

Será verdade que:

o PSD corre
para uma vitória certa
e para a renovação
da maioria absoluta?

a grande
e decisiva disputa
eleitoral é apenas
entre o PSD e o PS?

o PSD detém
a iniciativa política
e conduz o debate
pré-eleitoral?

o PCP e a CDU têm
um papel subalterno
nas eleições?

**O PCP
responde**

Pág. 28

TV

a mecânica da laranja

Págs. 14 e 15

o «saco azul» e as eleições

• Editorial

Pág. 2

Inglaterra: o pior está para ver-se

• Artigo de Manoel de Lencastre

Pág. 21

INDEP: reformados com 25 anos de idade!

Pág. 17

EDITORIAL

O «saco azul»
e as eleições

Intensifica-se o trabalho de esclarecimento e sensibilização para o voto na CDU (na foto um momento da deslocação de Carlos Carvalhas ao distrito de Setúbal)

RESUMO

3
Quarta-feira

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) admite a hipótese de os seus associados do sector de esgotos e recolha do lixo paralisarem durante o mês de Agosto ■ Militares, membros da comissão constituinte da Associação dos Profissionais da GNR (APG), criticam em comunicado a «falta de diálogo» no seio daquela organização ■ A Igreja Católica, pela voz da Comissão Nacional Justiça e Paz, apela à clemência para os implicados no caso FP-25 ■ Álvaro Cunhal afirma na China, país onde se encontra em visita oficial, que «o movimento comunista internacional continua a ser uma realidade» ■ Walesa afirma querer cooperar com a NATO sem afectar a segurança da URSS ■ Após braço de ferro entre exército e islamitas, Governo argelino procura renovar diálogo do Poder com os políticos.

4
Quinta-feira

Presos dos implicados no caso FP-25 suspendem greve de fome ■ Marcelo Rebelo de Sousa anuncia publicamente a sua demissão de Comissário das Comemorações de Lisboa, Capital Europeia da Cultura ■ O PCP torna pública a sua decisão de apresentar na próxima Legislatura uma iniciativa tendente a conferir às organizações de mulheres o estatuto de parceiro social ■ Chevardnadze, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Gorbachev, abandona o PCUS ■ Exército italiano entra em estado de alerta ao longo das fronteiras com a Eslovénia ■ O governo libanês e a OLP chegam a acordo para o desarmamento dos guerrilheiros palestinos ■ Boris Ieltsin manifesta o seu apoio ao movimento centrista lançado por liberais soviéticos.

5
Sexta-feira

Trabalhadores ferroviários cumprem greve de 24 horas com uma adesão que ronda os cem por cento ■ O Governo considera inoportuno alterar a lei do indulto ■ Chega a Lisboa, em escala na sua viagem para Marrocos, o presidente romeno Ion Iliescu ■ Edgar Cardoso afirma querer inaugurar a ponte de S. João, sobre o Douro, em Setembro ■ Nelson Mandela é eleito presidente do Congresso Nacional Africano ■ Um dos principais dirigentes da Frente Islâmica da Salvação (FIS) argelina, o imã Mohamed Said, ameaça apelar para a «guerra santa», caso o «Poder se obstine a perseguir a Frente para a decapitar» ■ Em consequência dos acontecimentos na Jugoslávia, exército da Albânia entra em estado de alerta.

6
Sábado

Exército aceita autoridade central na Jugoslávia e anuncia um cessar-fogo na Eslovénia ■ Após dez semanas de conversações inconclusivas, solução pacífica para o Ulster continua adiada entre os principais partidos da Irlanda ■ Freitas do Amaral reitera apelo a uma coligação com PS ou PSD ■ Fenprof considera que a actividade do Ministério da Educação no ano lectivo 1990/91 foi marcado pela «conflitualidade», «inércia» e «incompetência» ■ O

ministro da Defesa da Jugoslávia afirma estar excluído o recurso da força por parte do exército para resolver a crise que se vive no país ■ China e Egipto chegam a acordo para promover uma iniciativa de desarmamento no Médio Oriente, defendendo simultaneamente uma conferência de paz para a região sob a égide da ONU.

7
Domingo

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, afirma em Braga que é necessário dar «expressão política ao descontentamento existente, tanto mais que o «desencanto e o mal-estar se exacerbam perante o fausto e a opulência» de alguns ■ Conselho Nacional do PSD aprova apenas com 59 por cento dos votos a lista do Porto, liderada por Fernando Nogueira, o que é considerado como uma penalização ao número dois do partido ■ Belgrado acusa Bona e Viena de interferências na vida interna da Jugoslávia ■ Por alegada conspiração contra o regime, Saddam Hussein procede a purga no seio do exército ■ Um mês após a instauração do estado de sítio na Argélia, exército neutraliza a Frente Islâmica ■ No encerramento da sua Conferência da Organização, ANC defende «flexibilização» das sanções contra o regime de Pretória.

8
Segunda-feira

Câmara Municipal de Lisboa aprova em sessão extraordinária um reforço orçamental para novas realizações nas áreas do trânsito e infra-estruturas viárias, habitação e reabilitação urbana ■ O Ministro das Finanças manifesta o seu acordo ao conteúdo da recomendação da Comissão Europeia no sentido de um maior esforço do nosso país no controlo da inflação ■ Amnistia Internacional denuncia em relatório execuções extrajudiciais em Timor Leste realizadas por forças do governo indonésio ■ Uma cerimónia oficial comemora em Aveiro o Dia da Armada ■ Sem excluir «noção de independência da Eslovénia e Croácia» a CEE afirma através de Jacques Delors pretender evitar «epidemia de violência» ■ O Primeiro-Ministro da Federação Russa, Ivan Silayev, abandona o Comité Central do PCUS ■ Mulheres palestinianas entram em greve de fome em Amã, como protesto pelas condições de detenção dos seus familiares em Israel.

9
Terça-feira

A reprivatização parcial do BESCL rende 61 milhões de contos para os cofres do Governo; o Grupo Espírito Santo garante o controlo de 23 por cento do capital do banco ■ «A derrota do PSD é perfeitamente possível», afirma Carlos Carvalhas em conferência de imprensa após a reunião da Comissão Política do PCP ■ Jorge Sampaio faz a apresentação pública do manifesto eleitoral do PS ■ OPSD recusa, na Comissão Permanente da AR, a convocação do plenário para discutir a lei do indulto e recentes privatizações ■ Otel Sarajva de Carvalho acusa as FP-25 de praticarem «terrorismo caseiro e descabido» ■ George Bush apela ao Congresso dos EUA para que aprove o orçamento da Defesa (incluindo financiamentos para o bombardeiro B2 e para a «guerra das estrelas»).

Numa entrevista ao DN de Fevereiro de 1989 Cavaco pôde proclamar de si próprio com inteira verdade: «Considero-me um Primeiro-Ministro com sorte.» De facto, Cavaco Silva tem sido um PM cheio de sorte:

- Com a «golpaça» de 1985 na Figueira da Foz que lhe permitiu aposar-se da chefia do PSD e alijar as responsabilidades do seu partido no descrédito do governo do «bloco central»;

- Com a decisão do Presidente da República Mário Soares de antecipar as eleições legislativas em Junho de 87, em sequência da aprovação da moção de censura apresentada pelo PRD;

- Com as «vacas gordas» de uma conjuntura internacional favorável;

- Com a conquista da maioria absoluta que lhe tem permitido avançar com botas de sete léguas no restabelecimento do poder dos monopólios.

Olucioso afluxo de dinheiros trouxe um certo desafogo. Provocou a elevação em termos globais do poder de consumo e um certo crescimento económico.

Mas a este crescimento não correspondeu o desenvolvimento da economia nacional, não correspondeu a diminuição das desigualdades e injustiças sociais na distribuição dos rendimentos do trabalho, antes as agravou, em alguns casos com foros de escândalo a favor das classes possidentes e em gritante desfavor das classes despossuídas; não diminuiu antes agravou os desequilíbrios sociais e as assimetrias regionais; não decresceu antes aumentou a nossa dependência externa. Não se pode por isso deixar de concluir que à «sorte» do Primeiro-Ministro correspondeu de facto uma grande falta de sorte do povo português, principalmente dos trabalhadores e das classes, camadas e sectores intermédios da população.

São, porém, factores que podem por seu lado contribuir decisivamente para a derrota de Cavaco Silva e da direita no seu conjunto e para a vitória das forças democráticas nas eleições de Outubro.

A esta luz e quando Cavaco, os seus ministros e secretários e subsecretários de Estado calorreiam o país dominados por uma febre demagógica e eleitoralista de inaugurações e óbolos jamais verificados em eleições anteriores convém ten-

tar escarpelizar com a aproximação possível as fontes, os montantes e os dispêndios dos dinheiros públicos abusiva e ilegalmente acaparados e desviados para a campanha eleitoral do PSD. Donde vêm os dinheiros do «saco azul» de Cavaco? Dos custos das inaugurações a curto prazo (como da Ponte de S. João, no Porto, do troço da auto-estrada de Cascais e qualquer dia do Centro Cultural de Belém)?

Donde vêm as «coroas» para a esmolar distribuição de subsídios pelas aldeias do seu distrito do superministro Fernando Nogueira?

E outros, tantos outros mais, que é impossível contabilizar?

Só da CEE desde a adesão de 1986 até Março do ano corrente recebeu Portugal de ajudas comunitárias 700 milhões de contos do total dos 3200 milhões previstos até 1994.

Das formas da sua aplicação falam alguns casos reveladores da honorabilidade dos beneficiários cavaquistas: em Junho de 1989 eatavam pendentes do foro judicial 194 inquéritos sobre a utilização indevida ou fraudulenta das verbas atribuídas, dos quais 142 eram objecto de processo-crime (31 por fraude, 78 por desvio de subsídios, 3 por corrupção, 14 por falsificação e 1 por associação criminosa) ascendendo a mais de 14 milhões de contos. Os desvios do Fundo Social Europeu no capítulo da formação profissional atingem milhões de contos. Na concretização do principal objectivo para que está vocacionado - a entrada qualificada dos jovens no mercado do trabalho - só 42 por cento nos cinco anos já passados obtiveram emprego. E os milhares de contos para carros de luxo dos ministros?

Na utilização das verbas do PEDAP (agricultura) o governo devia em Dezembro de 90 mais de 14 milhões de contos aos agricultores. Na reconversão da vinha e do olival a irregularidade e os atrasos dos pagamentos são prática corrente do governo cavaquista.

Num outro plano, Portugal depende como se sabe em larga escala de produtos de decisiva importância estratégica da economia nacional oriundos do estrangeiro - energéticos e de alimentação, entre outros.

A norma do governo PSD/Cavaco é conhecida: quando no mercado internacional os preços sobem o governo agrava-os de imediato no mercado interno - quando baixam (em alguns casos substancialmente) o governo não lhes mexe, mantém-nos na alta ou os sobe ou, como se

prepara para fazer agora com propósitos eleitoralistas, baixa-os em termos irrisórios.

O caso dos combustíveis é paradigmático. Só em 1990 importámos 132 milhões de contos de petróleo, um ano em que as cotações sofreram uma queda notável sem que por isso os portugueses os tenham comprado mais barato. É o governo que arrecada a parte de leão do diferencial dos preços no mercado interno.

Em 1986 com o preço por litro da gasolina a 112 escudos o governo colhia no imposto a verba de 70 escudos (63 por cento!). Se a percentagem se mantém, se ainda não foi elevada, ao preço actual de 145 escudos o governo arrecada em cada litro de gasolina mais de 90 escudos!

No diferencial de preços dos cereais arrecadou o governo com a queda das cotações no mercado internacional 13 milhões de contos em 1988 e nas oleaginosas mais de 18 milhões. Quanto cobrará agora?

As cotações do trigo caíram no mercado americano (nosso principal abastecedor) de 150 dólares/tonelada em Agosto de 1989 para 90 em Agosto de 1990. Pagou por isso mais barato o pão o povo português? Todos sabemos que não.

A estas oscilações dos preços mundiais deve acrescentar-se a do dólar. No ano transacto um economista tão insuspeito como o sr. Alfredo de Sousa estimava o rendimento obtido pelo Estado português com a queda das cotações do petróleo e do dólar em 174 milhões de contos!

Do poço sem fundo das privatizações do Sector Empresarial do Estado o governo já encaixou mais de 300 milhões de contos e prevê-se que atinja mais de 480 até ao final do ano. Onde pára toda essa dinheirama?

Não no bolso dos trabalhadores que só à custa de duras lutas conseguiram em muitos casos romper o tecto salarial da taxa de inflação fictícia.

E entretanto desde 1986 até Maio de 1991 abriram falência em Portugal 672 empresas principalmente do sector têxtil onde as ameaças de novos encerramentos e despedimentos se avolumam nas cordas do Ave e da Beira enquanto o índice convencional de pobreza se mantém entre nós na elevada taxa de 34 por cento contra 1,1 na Dinamarca, 8,3 na Grã-Bretanha, 12 na Irlanda, 9,9 na Grécia etc., etc., etc.

Eis porque, nas entrevésperas das eleições de 6 de Outubro deve o povo português meditar seriamente nas suas opções de voto.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOSI

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968783; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guiões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Festa da Alegria

Uma lufada de ar no sufoco quotidiano

Apesar da chuva, a 12.ª edição da Festa da Alegria demonstrou mais uma vez ser a grande festa dos comunistas do Norte

Choveu. Choveu ininterruptamente durante as tardes e noites de sábado e de domingo que passámos no Parque Municipal de Exposições de Braga, na Festa da Alegria, 12.ª edição da que já é, por direito próprio, duramente conquistado, a festa dos comunistas do Norte, que a população acorre com crescente naturalidade fazendo a festa de todos.

Espectáculos tiveram que ser adiados ou até anulados, o convívio só foi possível debaixo de telha, mas a festa não deixou de ser a Festa da Alegria e os organizadores, com a compreensão de todos, esforçaram-se por encontrar soluções

para os mais diversos problemas decorrentes das condições atmosféricas.

Choveu. O céu esteve cinzento e, ainda assim, para os que arriscaram ir à Festa (e foram muitos) viveu-se uma «lufada de ar» de descontração, de convívio, de fraternidade, que caracterizam os comunistas e as relações que estabelecem entre si e com todos, em contraste com o clima quotidiano de sufoco que, ainda que o céu esteja azul, nos faz sentir um cinzenismo amargo que convida à desesperança.

Também por isto a Festa foi importante. Porque foi local de encontro com a esperança, que em nós não

morre e que uma vez mais, em Outubro próximo confiamos transformar em caminho livre para outra sociedade.

Presentes estiveram, como em qualquer festa popular, os carrosséis, as faturas, as pipocas.

Os petiscos, salgados e doces e os vinhos portugueses do «verde da região» ao já célebre «Alpiarça», habitualmente convidativos, tiveram honras especiais por serem servidos em espaços abrigados da chuva e possibilitarem o encontro de velhos amigos e a criação de outras tantas novas amizades.

Moelas, cabidela, vinho verde e «jesuítas», em

Santo Tirso; caracóis, em Lisboa; leitão e ovos moles, em Aveiro; doces de amêndoa e «D. Rodrigo», no Algarve; marisco e «manjericos», em Viana do Castelo; lombo assado e bola de sardinha cozinhada em fornos autênticos, por pessoal vestido a rigor e um belo «bachelau à Braga» na Adega do Fado, foram algumas das atracções gastronómicas da Festa.

Da autoria de Arlindo Fagundes, artista presente e participante, desde a primeira hora, na Festa da Alegria, encontrava-se logo à entrada da Festa, à venda, o boneco de barro que é já o ex-libris da iniciativa dos comunistas nortenhos.



Nos vários pavilhões era possível comprar roupas, artesanato, ou até velharias, num esforço desdobrado para tentar ir ao encontro da bolsa deficitária da maioria dos visitantes.

«Comunista será el futuro...», cantava, no domingo, o chileno Julien del Vale, aplaudido por quem o ouvia com entusiasmo debaixo do guarda-chuva e sabe que, inexoravelmente, na caminhada do homem rumo a uma crescente fraternidade e justiça social, se trata do rumo inevitável.

Na festa actuaram ainda o Grupo «Raízes» e os «Cinco Ciganos» que, no Pavilhão da JCP, constituíram um momento de brilhante actuação musical e da alegria que dá o nome à festa.

A juventude foi, aliás, uma presença viva e sentida durante os dois dias da festa.

Na noite de domingo actuaram os «Issabari», conjunto de música africana. Pelo insólito e pela ternura, fica o apontamento: este grupo tinha que actuar pontualmente às 21.30 horas porque em seguida havia que conduzi-los ao Porto para dormirem porque se levantam cedo para trabalhar na construção civil.

Os apontamentos da reportagem da Festa não poderiam deixar de referir a emoção de ouvir bem alto a

voz do Zeca Afonso, companheira de muitas jornadas e tão esquecida nas rádios e na televisão.

«O Governo e os seus servidores pintam a realidade de cor-de-rosa, silenciam lutas e protestos, mas, por detrás de uma calma aparente, um descontentamento difuso, ou mais aberto, atravessa a sociedade portuguesa», disse, no domingo à tarde, Carlos Carvalhas, secretário-geral-adjunto do PCP, no comício, ponto alto da Festa, onde se reuniu a grande maioria dos visitantes que, debaixo de guarda-chuvas ou dos beirais dos pavilhões, o ouviram com atenção.

Depois de saudar o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática, a UDP e os «numerosos democratas independentes que apoiam a CDU», os camaradas e amigos que deram corpo à festa as lutas dos trabalhadores do distrito de Braga, de que nomeou a da Coelima, da Grundig, da Administração Local e dos agricultores, o secretário-geral adjunto do PCP referiu lutas dos trabalhadores dos transportes, e das alfândegas, dos agricultores, dos polícias, dos estudantes, dos médicos e paramédicos, dos magistrados, dos sargentos e dos operários



Saramago e Siza Vieira na Festa

Partindo das ideias seguras de «Construir o espaço, construir o tempo, José Manuel Mendes, que moderou o debate, deu «liberdade completa à imaginação dos intervenientes, por de aís conhecidos, o escritor José Saramago e o arquitecto Siza Vieira, para ouvir os quais, na tarde de sábado, o Toldo do Circo se encontrou repleto de gente, que seguiu atentamente um debate nem sempre fácil.

Ideais iniciais como a da necessidade interdisciplinar do urbanismo que, «como simples técnica se distancia do que se passa nas cidades», o equilíbrio de tensões de preservação e de progresso, a mistificação ou desprezo pelo rural e o desenvolvimento ou stress do urbano, um sistema viário que implica grandes transformações que podem ir até ao ponto de alterar o objectivo fundamental da comodidade, foram algumas das «pistas» lançadas por Siza Vieira que acabou a primeira intervenção com a afirmação de que, na sua opinião, serão temas de equilíbrio e não de dicotomia que marcarão os próximos anos.

«Se eu pudesse, matava a cultura», afirmou, polémico, Saramago, para explicar que a cultura está a tomar demasiado espaço na vida das pessoas ao mesmo tempo que não está a tomar espaço nenhum.

Mais concretamente, explicou: «quanto mais se fala, menos há», para criticar uma situação em que «a cultura não faz parte do quotidiano das pessoas».

A cultura isolada como qualquer coisa onde é necessário ir e não onde é necessário estar, foi a ideia central da intervenção do escritor.

Saramago, que se afirmou e reafirmou pessimista,

disse que «hoje nos contentamos com qualquer coisa e perdemos o sentido do belo». «Por isso vamos à casa de cultura, porque a cultura não está em nossa casa» e, transferindo para o nosso país, afirmou que, «se não repensarmos a situação, vamos ter quem governe, mas não vamos deixar uma grande herança aos nossos filhos e netos».

Mais optimista manifestou-se Siza Vieira que afirmou que «uma cidade não pode ser imposta» e citou o exemplo de Brasília, onde, a par da cidade pré-construída, existe hoje outra Brasília, a que tem vindo a ser construída pelos habitantes.

«A televisão tornou-nos mentalmente preguiçosos», disse José Saramago, para afirmar que, assim, «não podemos surpreender-nos de uma cultura pobre e de um Secretário de Estado da Cultura pobre».

À pergunta de José Manuel Mendes de como conseguiu Saramago fazer a «Passarola» de Frei Bartolomeu de Gusmão levantar voo, o escritor confessou que não foi fácil, mas acabou por descobrir a evidência: «a Passarola levantou pela vontade humana», à semelhança da mesma vontade humana que faz mover e transformar o mundo.

Foi esta nota que originou a intervenção de uma jovem da assistência que, reagindo ao pessimismo do escritor, afirmou que a cultura ainda está no quotidiano das pessoas: «isto não é uma casa de cultura e estamos aqui».

Depois de várias intervenções, Saramago acabaria por se «encontrar» com Gramsci, numa citação de J.M. Mendes a dizer-se «pessimista na observação da realidade e optimista na acção».



rios e trabalhadores de várias empresas, para referir que, «só por si esta larga movimentação social não nos dá conta da extensão do desencanto e do descontentamento que é muito mais amplo».

«Resolvemos muitos problemas para construir a Festa da Alegria, só a chuva não foi possível resolver», disse, na abertura do comício, António Lopes, do CC do PCP e da Comissão Organizadora da Festa da Alegria.

Interrompido pela palavra de ordem «Assim se vê a força do PC», António Lopes saudou os presentes e agradeceu aos artistas que, como disse, «ficaram tristes por não poderem actuar», mas manifestaram a melhor compreensão face aos imponderáveis da situação.

Chamando a atenção para a oportunidade do grito «CDU», José Manuel Mendes, cabeça de lista da coligação pelo círculo de Braga, interveio em seguida

e disse que na lista, cujos candidatos estavam no palco, «se encontram todos os que vocês conhecem e que, nas empresas, nas escolas, nos locais de trabalho, na vida social e cultural intervêm e empenhando-se na resolução dos problemas».

Depois de referir a actualização do Grupo Parlamentar comunista de que faz parte, «trabalho que foi possível realizar porque se trata de representantes que defendem a população do distrito», José Manuel Mendes disse que «a CDU é uma maré a encher pela acção de cada um de nós».

«É bonito, apesar de tudo, ver tanta gente debaixo dos guarda-chuvas», afirmou o cabeça de lista da CDU para salientar que «não há inclemência que nos dome» e, dizendo tratar-se de «um pequeno símbolo do que somos capazes», afirmar a necessidade do gesto «patriótico e indispensável do voto na CDU».

Maria Eduarda Castro

Marketing político não muda a realidade

— Carlos Carvalhas em Braga

Camaradas e Amigos

(...)

O Governo e os seus comentadores de serviço pintam a realidade de cor-de-rosa ao mesmo tempo que silenciam lutas e protestos de modo a procurar dar a ideia de que tudo corre pelo melhor. Mas, ao contrário do que diz o Governo, por detrás de uma calma aparente, um descontentamento difuso ou mais aberto, por múltiplos e variados factores, atravessa a sociedade portuguesa, obrigando grupos e camadas sociais a terem de manifestar as suas reivindicações: são os trabalhadores dos transportes, das alfândegas, são os agricultores, os polícias, os estudantes, os professores, os magistrados, os médicos e paramédicos, os sargentos, os operários e trabalhadores de várias empresas.

No entanto, esta larga movimentação e agitação social só por si não nos dá conta da extensão do desencanto e do descon-

extraordinárias para se obter um salário digno, é o salve-se quem puder perante o egoísmo erigido em valor num país onde o negociamento é rei, é uma administração que não funciona, onde tudo parece feito para complicar e não para facilitar, são as longas jornadas nos transportes, é a burocracia e os maus serviços da saúde, é o acesso à justiça, são as preocupações com a escola e com o dia de amanhã, é a banalização do tráfico da droga perante a passividade de muitos, é a procura da habitação, é a lufa-lufa do desconto das letras perante as taxas de juro exorbitantes, são os difíceis escoamentos dos produtos agrícolas e os elevados custos dos factores de produção.

São os milhares e milhares de portugueses que não podem gozar as suas férias fora do local de residência pelo simples facto de lhes ser incomportável, é a sorte dos desempregados de longa duração tocando fundamentalmente as mulheres...

Em 6 de Outubro há uma grande oportunidade para se derrotar a direita e para se reforçar a CDU, força fundamental para uma verdadeira alternativa democrática.

Mulher em debate

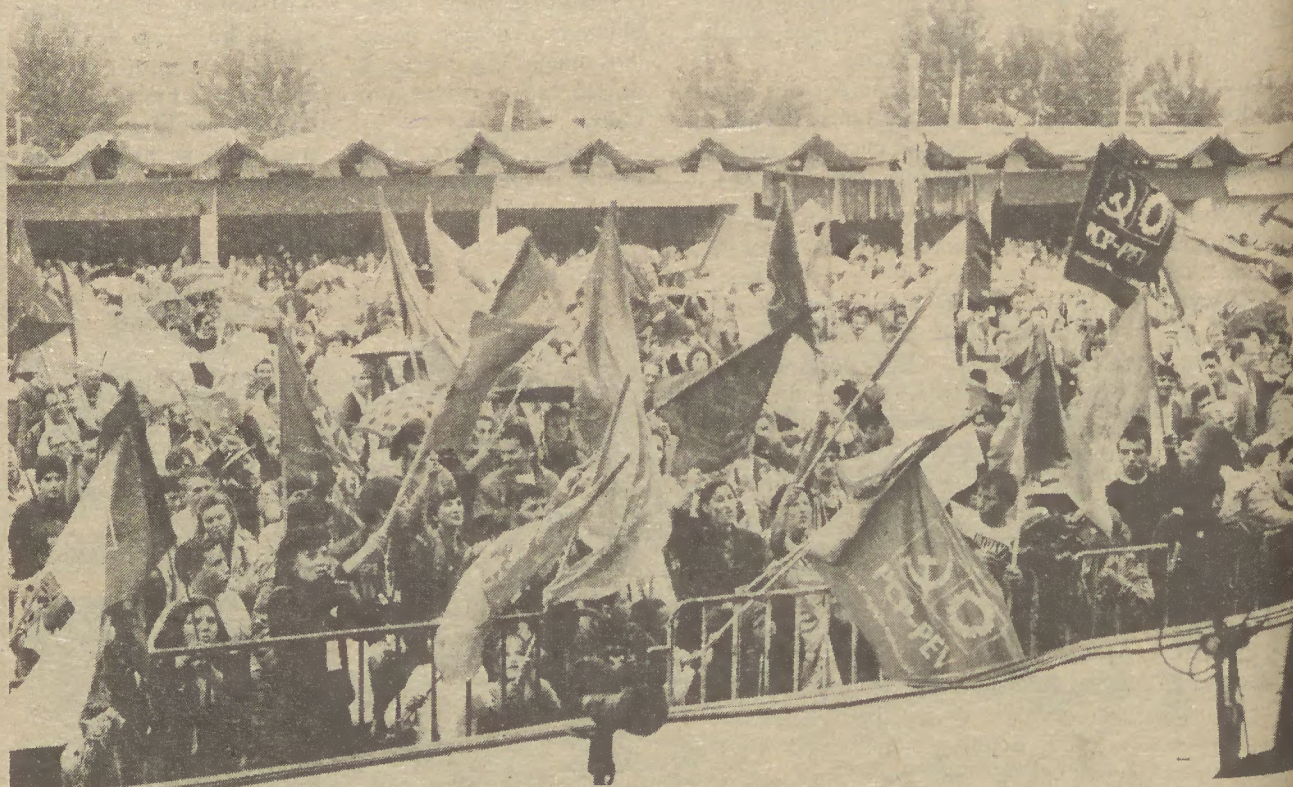
Salários trinta por cento inferiores aos do homem, um terço da participação global na formação profissional, os condicionamentos (não casar, não ter filhos) na procura de emprego, as dificuldades na ascensão na carreira profissional, o desconhecimento dos seus direitos, a falta de concretização da legislação específica e a fraca participação das mulheres na área do poder, foram algumas das questões levantadas por Teresa Lopes, do CC do PCP e da Comissão para o Trabalho e a Luta das Mulheres, num outro debate da Festa da Alegria, em que a diversidade faz parte da riqueza humana.

O debate, dirigido pela professora Graça Branco, apesar das dificuldades objectivas criadas pelo mau tempo, reuniu um grupo de pessoas muito interessadas e decorreu num clima de vivacidade.

A palavra sempre presente e oportuna de Virgínia Moura, combatente desde sempre pela liberdade, democracia e emancipação da mulher, trouxe um contributo indispensável a um debate onde também estiveram e intervieram jovens.

Sem querer ser agente do passado, e com os olhos postos no futuro, Virgínia Moura lembrou os tempos, não muito longínquos, que ela própria viveu, «em que não podíamos pôr um voto na urna e em que, sendo já engenheira civil, não pôde alugar, ela própria, uma sala para escritório...»

Lembrando que, para os comunistas, a independência económica da mulher é fundamental, Teresa Lopes salientou que «os factores económicos, sociais e de mentalidades devem caminhar a par», para dizer ainda que uma democracia ficará sempre empobrecida enquanto a mulher não participar em igualdade».



tamento que é muito mais amplo e que nem sempre encontra os meios práticos de se exprimir. Numerosas famílias sofrem inclusive a estagnação e até a regressão do seu poder de compra, num País que tem tido crescimento económico. Mas as dificuldades económicas não chegam para explicar a extensão do mal-estar. Nas zonas rurais, como nas concentrações urbanas, soma-se, para muitos, uma inquietação confusa, uma ausência de confiança no futuro. É necessário dar expressão política a este descontentamento, tanto mais que o desencanto e o mal-estar se exacerbam perante o espectáculo do fausto e da opulência exibida por alguns.

Uma indignação mal contida surge, cada vez que o Governo com sobrançeria autoglorifica os seus «bons» resultados económicos, cada vez que diz apresentar-se «preocupado» com o social, quando se atreve a dizer, por exemplo, que acabaram as pensões de miséria. Alguns factos sólidos explicam este clima. É o trabalho precário, em part-time e em casa, são as horas

Nesta campanha eleitoral há quem procure dar a ideia de que tudo se vai jogar entre o PSD e o PS. Nada mais falso. Quem conduz esta orientação, no que está interessado é na manutenção da mesma política, num rotativismo sem mudança de política, na bipolarização sem alteração da situação. O PS, quer pelo seu passado de alianças, quer, infelizmente, pelas suas ambiguidades no presente, não é, só por si, garantia suficiente de uma real alternativa. Dois exemplos para clarificar. Tomemos os casos da redução do horário de trabalho e das desigualdades sociais.

Ainda há poucos meses, o PS votou contra a nossa proposta de redução do horário de trabalho, agora em tempo eleitoral o PS vem incluí-la nos seus sete compromissos...

Quanto às desigualdades sociais, o PS tem-se manifestado contra. Mas na penúltima semana antes do encerramento da Assembleia da República, o PSD apresentou uma proposta com vista ao reforço das indemnizações aos ex-monopolistas do 24 de Abril. Tal proposta, que foi aprovada com os votos do PSD e do CDS, significa a entrega de mais 40 milhões de contos a meia dúzia de famílias. Quarenta milhões de contos davam para construir cerca de 10 000 habitações sociais. É um escândalo. Ora o PS perante esta proposta absteve-se com o argumento de que no seu entender era pouco... Esta é infelizmente a verdade...

Quando se polariza a riqueza em meia dúzia de famílias está-se a criar dificuldades a milhares e milhares de portuguesas e portuguesas que se vêem excluídos de um nível de vida digno.

Por isso, perante as ambiguidades do PS, o reforço da CDU é a melhor e maior garantia para uma efectiva mudança de política.

Acusamos o Governo

As linhas de propaganda do PSD são conhecidas. Por um lado, procura, com o auxílio de grandes meios de comunicação social, fazer esquecer que se encontra há onze anos no poder, procura fazer esquecer que este Governo é também o Governo de Cadilhe, de Beleza e de Alvaro Barreto, esse ministro dos campos de golfe, o Governo dos escândalos, de corrupção, do negociamento e das negociatas.



PCP

O PSD e Cavaco Silva procuram tudo fazer para que a memória dos cidadãos se fixe somente nestes últimos meses, em que o Governo se apresenta com a pele de cordeiro, sorridente, «dialogante», distribuindo «benesses» e fazendo promessas...

Se o PSD obtivesse de novo a maioria, meteria de imediato os votos no bolso e voltaria à sua postura real, à postura da arrogância, do quero-possa-e-mando. Não tardaria em voltar à sua política. Passados alguns meses, tal como já aconteceu, já ninguém afirmava que tinha votado no PSD.

Uma outra linha de propaganda que é necessário desmistificar, diz respeito à auto-glorificação da política do Governo. O País nestes últimos quatro anos beneficiou de uma conjuntura externa muito favorável. Difícil seria que a economia portuguesa não tivesse crescido. Mas contrariamente ao que diz o Governo não só crescemos menos do que a vizinha Espanha, por exemplo, como este crescimento acentuou as desigualdades sociais e regionais.

Os trabalhadores da têxtil, os trabalhadores do Vale do Ave, sabem bem a quem serve e a quem tem servido a política do PSD. Os trabalhadores da têxtil sabem bem quem está ao seu lado nas horas boas e nas horas más, como sabem também quem nas épocas eleitorais aparece a dizer que os apoia...

Nós acusamos o Governo pela não modernização atempada da têxtil, pelos atrasos das negociações com a CEE, por ter subalterizado as propostas e as soluções dos trabalhadores, dos sindicalistas e dos eleitos do Poder Local.

Em Março o ministro da Indústria, Mira Amaral, enquanto ia lançando aos quatro ventos que os 750 milhões de contos do seu mirífico PMIT e cantando loas às excelências do PEDIP, declarava a sua indignação contra os que falavam de crise no sector têxtil. Acusava mesmo, corroborado pelo ministro Valente de Oliveira, que os responsáveis pela criação da «ideia de que há crise» agravavam os problemas, pois essa «ideia» assustava os bancos que se retratam nos créditos, favorecia os comerciantes estrangeiros que assim impunham baixos preços.

Depois, os 750 milhões passaram a 72 milhões a dividir por 3, Portugal, Grécia, Espanha, mas ainda sem qualquer resultado prático.

Depois, a crise continuou a desenvolver-se, a crescer atingindo embora em grau diverso algumas das mais importantes empresas do Vale do Ave — Coelima, Cavalinho, Bugio, Somelos, Empresa Têxtil de Pevidém, Fábrica Têxtil de Vizeira, Hortex, etc.

O balanço do 1º semestre de 91, feito pelos Sindicatos Têxteis, espelha com rigor a gravidade da situação, problemas em 82 empresas com 25 000 trabalhadores, dos quais 50% com salários em atraso, milhares despedidos ou com essa perspectiva a curto prazo, fábricas encerradas ou com redução da produção.

Cegos e surdos, porque mudos não são, os ministros e secretários de Estado fingem desconhecer a realidade e inventam siglas para responder aos problemas.

Que dizer do comportamento do secretário de Estado do Comércio Externo, Neto da Silva, que em resposta às preocupações de industriais do sector, e face aos seus protestos pelo corte de verbas de apoio à PORTEX — o que vai significar a ausência da promoção externa dos nossos têxteis em sete feiras internacionais, na Espanha e na Alemanha — continua a dizer que há é apenas «uma sensação de crise» e trocando as vogais do PEDIP atira com o PIDEPI!! («Programa para promoção e desenvolvimento das exportações»), ainda, e só na imaginação do sr. secretário de Estado, pois no dizer do próprio «terá ainda de ser discutido com o Governo»!!!

As múltiplas iniciativas do PCP, de que deveremos destacar as Jornadas sobre o sector têxtil, realizadas em Guimarães no passado mês de Abril, demonstram que os comunistas conhecem os problemas e têm respostas.

Demagogia eleitoral e a realidade nacional

(...)

Há umas semanas, o Dr. Cavaco Silva foi ao Algarve e aí, com a sua modéstia habitual, revelou uma inconfidência. Contou que um seu amigo americano lhe tinha dito que ele veio na primeira página de um jornal americano durante três dias... E com a elegância que o caracteriza, quando fala de si, acrescentou que no dia em que o novo Primeiro-Ministro francês foi nomeado, ele, Cavaco Silva, continuava na primeira página enquanto a ministra francesa vinha no interior... Se o ridículo e a mentira fizessem crescer o nariz, vejamos o que aconteceria ao Primeiro-Ministro...

Mais recentemente, na televisão, um entrevistador, numa daquelas «questões» difíceis, confrontou o Primeiro-Ministro com a afirmação de que o crescimento português em 1990 fora o maior do mundo. Cavaco Silva em vez de desmentir, pois sabe que tal afirmação é uma pura mentira, com ar «sério» interrogou: «E o senhor, ao saber isso, não sente orgulho em ser português?»...

Este e outros truques para faltar à verdade dizem muito do perfil ético do Primeiro-Ministro.

Também esta semana na TSF Cavaco Silva foi interrogado sobre o futuro dos agricultores, face à futura invasão de produtos agrícolas dos países da CEE. Sabem como respondeu?

Disse que a responsabilidade é dos agricultores. Para Cavaco Silva, os agricultores portugueses têm que se habituar à qualidade, à boa apresentação dos produtos, para concorrerem com os outros...

Naturalmente que esta resposta não passou na televisão... Seria bom que os agricultores portugueses conhecessem a sua resposta!



O Governo marginaliza os agricultores, que já hoje vivem uma situação aflitiva face à dificuldade de escoamento dos seus produtos, impõe-lhes, por um lado, preços de máquinas, de adubos, pesticidas e de combustíveis mais caros do que na CEE, e por outro, preços portugueses na compra dos produtos, sem beneficiar sequer o consumidor...

Vivem, em particular os agricultores de Entre Douro e Minho, uma situação dramática decorrente da falta de escoamento de milhares de pipas de Vinho Verde, e de grandes baixas nos preços e também difícil venda do gado bovino. E perguntamos, face à posição do sr. Primeiro-Ministro:

- será responsabilidade dos agricultores portugueses a importação feita em 90 e mesmo 91 de vinho espanhol de baixa qualidade?, como pode ser lido em publicação oficial do Serviço de Informação dos Mercados Agrícolas (SIMA) em 1990, foram importados de Espanha «1,33 milhões de hectolitros compostos essencialmente por vinhos de mesa brancos destinados ao fabrico de Vinho Verde!» Tal e qual!

- será responsabilidade dos viticultores que muitos tenham sido impedidos de participar na destilação paga pela CEE, embora os preços fossem perfeitamente ruinosos para a região?;

- será responsabilidade dos agricultores que o vinho que vendem a 100 chegue à mesa do restaurante a 500, mil e muitas vezes mais?;

- será responsabilidade dos agricultores a falta de agentes e meios de fiscalização económica, a falta de medidas para o controlo dos volumes de produção e circulação dos produtos vînicos, que se traduz pela inacção oficial, faltas de operatividade, que mais se assemelha a cumplicidade, perante o conhecido «martelão», a fraude que produz milhares de pipas de vinho?, como se em todos os meses do ano houvesse uma vindima!;

- será responsabilidade dos agricultores que a importação de carne tivesse duplicado, passando das já muitas 2200 toneladas em 89 para 4400 toneladas em 1990?;

- será responsabilidade dos agricultores que contra a sua vontade e apesar dos seus protestos (e também contra a opinião e propostas na Assembleia da República do PCP), se tenha procedido de forma incorrecta ao desmantelamento e desactivação dos matadouros públicos, reduzindo a Rede Nacional de Abate a meia dúzia de instalações, dominadas pelos grandes comerciantes e industriais da carne, dificultando o acesso dos produtores aos centros de matança, agravando os custos com os transportes do gado?

O disco da estabilidade

(...)

Uma outra linha complementar da autoglorificação do Governo é a do disco estafado da estabilidade.

A estabilidade é necessária e desejável. Mas esta não se identifica com a permanência de um Governo no poder, governando para os seus amigos, compadres e afilhados. Aliás, tomando mesmo como expressão de estabilidade a estabilidade do Governo que dizer das numerosas remodelações de vários ministros e secretários de Estado - que ainda agora se verificaram - quando estes estão «queimados» por uma nefasta política?

(...)

Uma outra linha de propaganda do PSD insere-se na tentativa de difundir e martelar a ideia de que o PSD já ganhou. Com isto procura desmobilizar os activistas das forças da oposição e mobilizar aqueles que gostam de apostar no vencedor. Mas o que a situação está a revelar, contrariando a propaganda do Governo, é que o mal-estar não só tem alastrado como o Governo vai aqui e ali mostrando a sua verdadeira face como aconteceu com o folhetim da inauguração da Ponte de S. João, e com as desculpas tacanhas do Primeiro-Ministro acerca da manipulação da informação por parte do Governo nos órgãos estatizados de comunicação social.

Na mesma semana em que Cavaco Silva «jurava» a pés juntos que nem ele nem qualquer membro do seu Governo pressionava os jornalistas, a imprensa relatava sem desmentidos que o secretário de Estado da Comunicação Social todos os dias se inteira e se imiscui no conteúdo do telejornal.

As operações de «marketing político» não conseguem

esconder a realidade. Não é com o «marketing político» e com a propaganda que se resolvem os problemas do País.

Veja-se o que se passa mais uma vez com os fogos. Aos primeiros calores de Maio os fogos multiplicaram-se. Uma coisa é um incêndio em tal ou tal mata sempre difícil de evitar, outra a calamidade com que temos estado confrontados nestes últimos verões.

O País não está condenado a ser todos os anos pasto de chamas com a destruição de vidas e haveres em benefício de alguns especuladores. Os últimos incêndios mostraram com clareza que praticamente nada se avançou, ao contrário do que diz a propaganda do Governo, em matéria de política preventiva. O País continua a não estar dotado de meios para prevenir e combater fogos de grandes proporções.

Nós, PCP, responsabilizamos o Governo por ter recusado a nossa proposta de reforço das dotações orçamentais para o combate aos incêndios, por não ter aprovado as nossas duas propostas legislativas na AR: «Programa de Emergência para a Defesa da Floresta Portuguesa» e o «Programa de Arborização para as Áreas Percorridas por Incêndios Florestais». Isto mostra bem a auto-suficiência do PSD. Os resultados estão à vista.

Perante este autêntico desastre ecológico, também seria bom que o ministro e o secretário de Estado do Ambiente, sempre tão disponíveis para as entrevistas, nos dissessem como pensam actuar contra este flagelo. Mas neste caso tudo indica que preferem o silêncio, a chamada postura de Pilatos.

Afastar a direita do poder

É imperioso impedir o PSD de levar para a frente o seu projecto de desfiguração do regime democrático nas suas componentes fundamentais.

É necessário assegurar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e dos trabalhadores.

É urgente desgovernamentalizar o Estado, isto é, anular as situações de facto, restabelecer o pleno respeito pelas funções e competências do Presidente da República, a assunção pela AR da plenitude dos seus direitos, a observância do Governo dos limites dos seus poderes e competências, o respeito pela independência dos tribunais, a intervenção activa da AR nos assuntos da integração, a autonomia do Poder Local.

É necessário acabar com a morosidade processual da justiça e a dificuldade de acesso aos tribunais.

É um dever fundamental do Estado tudo fazer para assegurar o direito ao emprego, para melhorar as condições de vida e de trabalho, para promover uma segurança social ao serviço do bem-estar dos portugueses. Temos de encarar o direito à saúde como condição básica para a qualidade de vida.

Precisamos de conceber a cultura como factor de valorização humana e de emancipação individual, social e nacional.

Precisamos de um desenvolvimento harmonioso e solidário e não a política de concentração e centralização de capitais. Precisamos de uma especialização industrial mais valorizada e de recuperar as actividades da agricultura e das pescas e de se encarar a ciência e a tecnologia como bases essenciais para o desenvolvimento.

Lutamos e lutaremos para que o povo português possa viver melhor numa sociedade mais justa e mais fraterna.

Para que uma nova política tenha lugar é necessário afastar a direita do poder dando lugar a um governo democrático. Para isso é também indispensável que o PS e o PCP e a CDU dialoguem e convirjam. Neste sentido, é decisiva a força do PCP e da CDU, a força das suas propostas, da sua votação, dos seus eleitos na Assembleia da República.

Quanto mais fortes forem o PCP e a CDU, mais possibilidades haverá de se vir a concretizar a convergência democrática e a formação de um governo democrático. Assim, se se fala em voto útil é necessário dizer desde já que o apoio ao PCP e à CDU, que o voto na CDU será em 6 de Outubro a opção mais certa, segura, útil e eficaz para derrotar o PSD, para fazer valer os interesses dos trabalhadores, para dar corpo a um novo governo com uma nova política ao serviço dos Portugueses é de um Portugal democrático, livre, independente e soberano.

Viva a Festa da Alegria!
Viva Portugal!
Viva a Coligação Democrática Unitária!
Viva a CDU!



Dos 14 projectos sobre problemas das mulheres apresentados na AR durante a legislatura que agora chega ao fim, 11 tiveram a sua origem na bancada do PCP - referiram as candidatas no encontro com a comunicação social

Candidatas do PCP por Lisboa propõem linhas para a igualdade

As candidatas comunistas na lista da CDU no distrito de Lisboa apresentaram na semana passada as linhas fundamentais de uma política para a igualdade de direitos e oportunidades de homens e mulheres.

Num encontro com a comunicação social que teve lugar no terraço do CT Vitória foram apresentadas as 14 mulheres que figuram na lista lisboeta da coligação (publicada no «Avante!» de 20 de Junho) e que, no total de candidatas, representam 25,5 por cento. Rosa Rabiais, da DORL e do CC do Partido, apresentou ainda mais alguns dados: as mulheres na lista da CDU são 20 por cento dos primeiros 20 lugares e 25 por cento dos primeiros 12 lugares; 8 são militantes do PCP, 1 é independente, 1 do PEV, 1 da ID e 3 são da JCP; a idade média das candidatas é de 39,5 anos, tendo a mais jovem 20 anos; representam diversos sectores profissionais, têm participação activa na vida política, social e cultural e muitas estão ligadas à luta pelos direitos das mulheres.

As candidatas do PCP, num documento que divulgaram no dia 3, consideram que «uma política para a igualdade passa pela existência de uma rede de equipamentos sociais de apoio à família, pelo estímulo à partilha das responsabilidades familiares entre pai, mãe e sociedade, pelo desenvolvimento de uma política educativa e cultural que vise a alteração das mentalidades e o estabelecimento de relações familiares baseadas na decisão livre, no amor e solidariedade recíprocos, em suma, pela criação das condições objec-

tivas e subjectivas para a formação de uma adequada consciência social que encare as mulheres e os homens como seres humanos na plenitude dos seus direitos e deveres».

Através das deputadas e dos deputados a eleger distrito de Lisboa - afirma-se no documento da comissão da ORL, para as questões das mulheres - o PCP propõe-se, a nível da Assembleia da República:

- reforçar a sua acção no âmbito do aperfeiçoamento legislativo dos direitos das mulheres e da instituição de mecanismos de garantia e fiscalização do seu cumprimento;

- defender o estatuto de parceiro social para as organizações de mulheres, incluindo o direito a tempo de antena;

- pugnar pela criação de um centro de estudos sobre a Mulher;

- propor a criação da comissão parlamentar da condição feminina.

No documento distribuído aos jornalistas são também apontadas linhas estratégicas básicas para a acção governativa, nomeadamente em áreas como a educação, a saúde, o trabalho e o emprego, e o cumprimento de direitos, liberdades e garantias.

Ao fazer um balanço da actividade do Grupo Parlamentar do PCP na legislatura que agora chega ao fim, Paula Coelho salientou que, dos 14 projectos de lei apresentados sobre a temática feminina, 11 foram de autoria dos comunistas; destes, um projecto garantindo a protecção às mulheres vítimas da violência foi aprovado por unanimidade.

Apresentados os candidatos CDU por Santarém

Numa sessão em que participaram mais de cem personalidades apoiantes e activistas da CDU, foram apresentados na sexta-feira, nas Portas do Sol, os candidatos da coligação pelo distrito de Santarém. Na declaração lida por António José Ganhão, são apontados os principais problemas e estrangulamentos que têm afectado o desenvolvimento da região. Para lhes dar resposta, os candidatos da CDU defendem uma profunda mudança nos objectivos e métodos que vêm sendo prosseguidos na esfera legislativa e na acção do Governo. Está em curso a preparação do manifesto eleitoral para o distrito, o qual vai conter propostas e orientações que serão o compromisso de honra dos candidatos com a população do distrito.

Na sessão pública de dia 5 participou o camarada Agostinho Lopes, de cuja intervenção divulgamos nesta página alguns extractos.

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes — 46 anos, engenheiro. Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

António José Ganhão — 46 anos, professor do Ensino Secundário. Presidente da Câmara Municipal de Benavente e vogal do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Luís Carlos Martins Peixoto — 35 anos, médico. Vereador da Câmara Municipal de Abrantes.

Vicente Carlos Flor Batalha — 49 anos, animador cultural. Presidente da Junta de Freguesia de Pernes.

Fernanda Maria Ferreira de Carvalho Pinto — 37 anos, médica. Presidente da Assembleia de Freguesia do Couço.

Amândio Braulino Freitas — 41 anos, agricultor. Presidente da Junta de Freguesia de Benfca do Ribatejo. Dirigente da Federação de Agricultores do Distrito de Santarém e da Confederação Nacional da Agricultura.

Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha — 35 anos, animadora cultural, residente em Almeirim. Membro da Comissão Executiva Nacional do PEV.

Carlos António Lopes Tomé — 33 anos, advogado. Residente em Riachos, Torres Novas. Independente, indicado pela ID.

Paulo Filipe Fernandes Ferreira Chora — 24 anos, estudante do Ensino Superior, residente em Santarém. Activista do movimento associativo juvenil e membro do Secretariado Distrital da Juventude Comunista Portuguesa.

Carlos Manuel Godinho Matias — 39 anos, engenheiro, residente no Entroncamento. Membro da Comissão Política do Conselho Nacional da UDP.

João Manuel Pereira — 32 anos, empregado de escritório. Residente em Torres Novas.

Jorge Mendes Rivottl — 29 anos, professor do Ensino Preparatório e músico. Residente em Tomar.

Manuel Martins Jorge Costa — 33 anos, ferroviário. Residente no Entroncamento. Dirigente do Sindicato dos Ferroviários do Centro.

Anabela Botelho Amaro Almeida — 32 anos, professora do Ensino Secundário, residente em Santarém. Membro do Conselho Nacional do PEV.

João Filipe da Silva Ricardo — 38 anos, empregado de escritório. Membro da Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Intervenção de Agostinho Lopes

O Governo do PSD não resolveu os problemas nacionais, não resolveu os grandes problemas do distrito de Santarém. E não serão as medidas, as promessas, as deslocações e inaugurações que podem mudar a realidade de anos de imobilismo e de agravamento dos problemas da região, da responsabilidade do PSD, no poder há onze anos. A demagogia, a mistificação e o eleitoralismo não lavarão a cara da direita. Não será a aprovação, nos últimos dias de legislatura, de uma Lei Quadro da Regionalização, que ilibrará o PSD das indefinições e atrasos do processo de regionalização. Não será a promoção, apressada e sobretudo propagandada, de um dito Congresso dos Povos do Vale do Tejo, dirigida por um sr. deputado do PSD, que desagrarará o Governo do PSD, que desagrarará o Governo do PSD do ónus do subdesenvolvimento relativo do distrito, bem evidenciado nos resultados provisórios do último censo à população recentemente divulgados. Nem de um crescer de desigualdades e assimetrias intra-regionais. Nem das baixas taxas de execução do Plano Operacional do Vale do Tejo, como consequência de uma política estranguladora da capacidade financeira dos municípios e do carácter centralizador e burocrático de direcção e gestão da aplicação do FEDER.

Não serão as recentes promessas do nóvel ministro do Ambiente e Recursos Naturais, de reforço da fiscalização dos utilizadores e agentes poluidores do rio Alviela e as medidas a concretizar até Outubro, contratação até 15 de Junho de um jurista «a tempo inteiro» — concurso público da ETAR até 16 de Agosto, concurso em Agosto para o tanque de homogeneização e início da construção de 10 colectores — que absolverão o Executivo de Cavaco Silva da inacção da Administração Central face aos gravíssimos problemas ambientais do distrito.

Não será a inauguração da auto-estrada do Norte, lá mais para perto do acto eleitoral, que fará esquecer os atrasos na concretização de outros eixos rodoviários, como por exemplo a IP 6, a IC 3, ou dos melhoramentos na Ponte Ferroviária D. Amélia, que permitiriam a sua utilização rodoviária na ligação do Cartaxo a Salvaterra de Magos, poupando tempo e dinheiro aos agricultores e outros cidadãos do distrito.

Não será a eleição de distribuição de 3 mil hectares de terras da Companhia das Lezírias a jovens agricultores a fazer, segundo o ministro da Agricultura, ainda antes da privatização da Companhia, a concretizar em 1992, que ocultará as gestões ruins da empresa, concretizadas no sacrifício do seu património fundiário, nem o negócio mais escuro do contrato com

o Grupo Espírito Santo para aproveitamento turístico e cinegético de parte dos seus terrenos, mas sobretudo para gravar o «ferro» daquele Grupo na futura privatização. Não ocultará a sobreexploração desenfreada de seareiros através do subarrendamento das terras da lezíria, com elevadas e especulativas rendas. Não ocultará o agravamento de muitos problemas da agricultura regional, os milhares de pipas de vinho em posse de adegas, cooperativas e agricultores, ainda por escoar, os problemas na baixa de preços e dificuldades de comercialização do gado bovino, como resultado de uma importação de carne que duplicou, de 1989 para 1990, a situação difícil de muitos produtores de tomate que, a braços com uma baixa no preço real do produto e uma imposição de última hora de classificação do extracto seco da sua produção, assistem ao rompimento dos contratos por algumas empresas de concentrado.

A encenação demagógica de distribuição de terras de lezíria não esconderá o crime perpetrado contra a agricultura nacional e regional num processo de degradação sistemática e propositada da Estação Zootécnica Nacional.

Não será o discurso do mesmo senhor deputado do PSD na Assembleia da República no passado mês de Maio, e divulgado na imprensa regional, em pretensa reivindicação junto do Governo de um projecto de navegabilidade do Tejo (aliás, em contradição com a posição do ministro do Planeamento, Valente de Oliveira, que põe em dúvida a sua viabilidade), que absolverá a política de direita, e em particular os governos do PSD, do fosso em que caiu há muito a grande obra de engenharia hidráulica e agrícola: a regularização dos leitos do Tejo e do Sorraia.

O espectáculo eleitoralista não ocultará o nulo ou mau desempenho do PSD na resposta aos problemas do distrito. O sol não se tapa com uma peneira».

«Não podemos deixar de continuar a esclarecer e a denunciar os que, sabendo que não há bipolarização possível no plano da contagem dos votos ou do número de deputados, vão fazendo a bipolarização através de sondagens-fantasmas, através das palavras, através dos apelos eleitorais. Que outro sentido atribuir à mensagem do cabeça de lista socialista do distrito que bem recentemente, em acto público semelhante a este, lançou «um desafio aos deputados do PSD (e só a estes) (...) no sentido de aceitarem debater com os candidatos socialistas as grandes questões da nossa região».

Quem poderá estar de acordo com a exclusão desse debate da voz diferente, mas significativa, com fundas raízes no distrito, dos comunistas e dos seus aliados da CDU? (Como, aliás, será negativa a exclusão de outras forças com mais ou menos representatividade distrital.) Não queremos acreditar que esse «desafio» prossegue as orientações reaccionárias e antidemocráticas dos directores do CNEMA que, com a complacência da Câmara socialista de Santarém, afastou os comunistas dos debates sobre a política agrícola na recente Feira Nacional da Agricultura, e «tripolarizou» artificialmente a discussão entre o PSD, o PS e o CDS, falsificando a verdade democrática de um real confronto de ideias.

Nós, pelo nosso lado, continuaremos firme e serenamente, sem sectarismo nem oportunismos vesgos pela gula do voto, a luta pelo esclarecimento e convencimento do eleitorado da necessidade e possibilidade de derrotar o PSD e a direita. Da necessidade e possibilidade da vitória democrática».

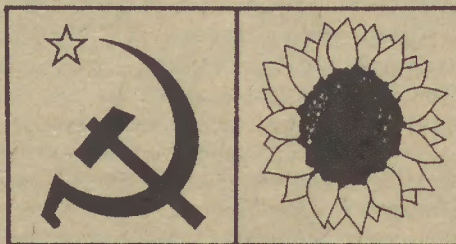
Encontro na Amadora

Com a presença de 80 activistas e candidatos, realizou-se na passada sexta-feira, no auditório municipal, o encontro concelhio da CDU na Amadora. No encontro foi analisada a situação política e social do concelho, foram debatidas e decididas as linhas da campanha eleitoral e foi aprovado um manifesto eleitoral.

Intervieram, entre outros participantes, José Carlos Mendes, do secretariado concelhio da CDU e da Comissão Concelhia do PCP, sobre as linhas da campanha eleitoral; Orlando Almeida, presidente da CM da Amadora, membro do secretariado concelhio da CDU e candidato na lista de Lisboa, que colocou a tónica nas responsabilidades que o PSD e o Governo não honra-

ram no tocante à resolução de graves problemas do concelho; e José Casanova, da Comissão Política do CC do

PCP, sobre a actual situação política e a necessidade e possibilidade do reforço eleitoral da CDU.



Apoio de independentes à CDU

Proseguindo a divulgação dos nomes das inúmeras personalidades sem filiação partidária que têm expressado o seu apoio à Coligação Democrática Unitária (CDU), apresentamos neste número e dentro das nossas limitações de espaço mais um conjunto de nomes que, em todo o País e nos mais variados sectores de actividade, fazem questão em afirmar a sua confiança na CDU.

Vem a propósito referir que ascendem neste momento a muitos milhares as individualidades que, em todo o território nacional, se empenham no apoio à CDU, o que confirma o alargamento da Coligação e a sua afirmação como espaço de debate democrá-

tico, reforçando naturalmente a confiança num bom resultado eleitoral no próximo escrutínio de Outubro para a Assembleia da República. O facto é tanto mais relevante quanto se sabe que este inúmero conjunto de personalidades detém um prestígio incontável nas suas áreas e locais de intervenção, abrangendo actividades e profissões tão diversificadas como as de médicos, dirigentes sindicais, juristas, professores de todos os graus de Ensino, militares de Abril, gestores, arquitectos, economistas, sociólogos, empresários, agricultores, desportistas, escritores, cineastas, actores, artistas plásticos, músicos, bailarinos, quadros técnicos, etc.

São os seguintes, os nomes que apresentamos neste número:

Joaquim Pinto, produtor e realizador de cinema, de Lisboa; **Maria João Branco**, artista plástica, de Lisboa; **João Morais Cabral**, gestor, do Porto; **Pedro Chorão**, artista plástico, de Lisboa; **Nelson Dias**, artista plástico, de Lisboa; **Jaime Isidoro**, artista plástico, do Porto; **Inácio Vilar**, advogado, da Guarda; **Alcino Soutinho**, arquitecto, do Porto; **Fernando Rodrigues Soares**, médico veterinário, da Nazaré; **Filipe Lopes**, arquitecto, de Lisboa; **Manuel Cardona**, bancário, de Vila Real; **Manuel dos Santos Trigo**, industrial, de Vila Flor; **Luís Carmo**

Gama Pereira, professor universitário, da Mealhada;

Fernando Torres, arquitecto de Lisboa; **Luís Carvalho de Oliveira**, advogado, de Lisboa; tenente-coronel **Mário Brandão**, presidente da delegação do Porto da Associação 25 de Abril; **Maria José Mónica Dias**, médica, da Covilhã; **Manuel Ferraz Vicente Madeira**, professor, da Golegã; **Dourada Mendes**, militar na reserva e dirigente associativo, do Barreiro; **Jaime Rodrigues Machado**, médico veterinário, de Aveiro; **Manuel Sá Marques**, médico, Lisboa; **Gil de Cantos**, médico, Lisboa; **Artur Augusto Silva**, médico, presidente do Centro de Saúde de Gouveia.



Sábado, em Lisboa Encontro nacional de candidatos e activistas CDU

No próximo sábado, dia 13, a partir das 14.30 horas, realiza-se no hotel Altis, em Lisboa, o encontro nacional de candidatos e activistas da CDU-Coligação Democrática Unitária.

Contando com cerca de 300 participantes de todo o País, o encontro destina-se a debater aspectos fundamentais da campanha eleitoral da coligação e promover uma ampla troca de opiniões e experiências sobre as formas de intervenção eleitoral.

Preside ao encontro o professor Avelãs Nunes, candidato independente nas listas da CDU por Coimbra. A

intervenção de abertura será feita por José Casanova, da Comissão Política do PCP, em nome da Comissão Coordenadora da CDU. Haverá, entre outras, intervenções de representantes do Partido Ecologista «Os Verdes», da Associação «Intervenção Democrática» e da União Democrática Popular. A intervenção de encerramento será feita por Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

No final do encontro, cerca das 20 horas, terá lugar um convívio no Terraço Vitória (centro de trabalho do PCP), na Avenida da Liberdade.

Ao invés da propaganda laranja Coimbra vai ficando para trás

«Contra os que procuram alegar um surto de desenvolvimento no nosso distrito, reafirmamos que o crescimento económico não é desenvolvimento», afirmou Victor Costa aos jornalistas no final do encontro de candidatos e activistas da CDU do distrito de Coimbra, realizado no sábado, na Figueira da Foz. O deputado e cabeça-de-lista da coligação sub-

linhou que «esta realidade nos vai distanciando progressivamente de alguns distritos vizinhos».

Recordando o facto significativo que foi a divulgação pela CDU da lista completa dos seus candidatos no círculo de Coimbra quando ainda faltavam 44 dias para o início do período legal de apresentação de candidaturas nos tribunais, Victor Costa

considerou como traços característicos dos nomes que a coligação PCP-PEV apresenta «trabalho, honestidade e competência na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, da região e do País».

«A composição da lista ilustra de forma clara uma virtualidade da CDU: a de que ela, além de um projecto que vale por si mesmo, com a sua identidade e características próprias, é uma coligação que visa contribuir para o entendimento e a unidade de todos os partidos e forças democráticas» - disse Victor Costa, que apontou como «dolorosa evidência» a degradação da vida democrática do distrito de Coimbra.

No encontro de dia 5 ficou marcada para hoje à noite, no salão das Piscinas Municipais de Coimbra uma reunião da Comissão Coordenadora distrital da CDU. Esta iniciativa, alargada a activistas e apoiantes, deverá discutir e aprovar o manifesto eleitoral dos candidatos da coligação para o distrito.

Na ocasião será dado a conhecer o leque de personalidades que integram a Coordenadora e que inclui, entre outras conhecidas figuras, os nomes de Alberto Vilaça (advogado, mandatário da candidatura de Carlos Carvalhas às presidenciais), Mário Veiga e Linhares de Castro (dirigentes do Sindicato dos Professores da Região Centro), Isabel Sousa Pereira (directora do Museu Municipal da Figueira da Foz) e Jorge Veiga (vice-reitor da Universidade de Coimbra).

Algarve na AR PCP foi o primeiro e por vezes o único

«O PCP foi o primeiro e, por vezes, o único partido a levantar na Assembleia da República as grandes questões e problemas com que se debate o Algarve» - afirmou Carlos Brito na apresentação pública da lista CDU pelo distrito, realizada no passado fim-de-semana em Portimão.

Para o presidente do Grupo Parlamentar do PCP e de novo cabeça-de-lista da CDU pelo círculo de Faro, o trabalho dos comunistas em defesa dos interesses do Algarve na AR «não receia quaisquer confrontos» com o de outros partidos que tiveram mais deputados. Salientando o papel desempenhado em prol da regionalização, Carlos Brito considerou a recente aprovação da Lei-Quadro das regiões administrativas como «uma vitória do PCP». Enumerou, como grandes questões regionais em que o Partido tomou posição preponderante, a denúncia e o combate ao traçado imposto para a Via do Infante, a defesa da autonomia da Universidade do Algarve, o alerta para as questões da erosão da costa algarvia e, em particular, a situação da Praia de Faro, a firme oposição ao falso plano de ordenamento chamado Protal, a denúncia dos escândalos no hospital de Faro, a exigência de medidas para o porto da Baleeira e a iniciativa legislativa que levou à elevação a cidade de Vila Real de Santo António.

Carlos Luís Figueira, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP e segundo candidato na lista da CDU no

Algarve, contrapôs à autoglorificação do Governo, em termos de desenvolvimento da região, a persistência de bolsas de salários em atraso e outros graves problemas sociais, nomeadamente na hotelaria. «Aos que nos acusam de um discurso catastrofista temos que dizer que a realidade não se molda ao facto de fazermos como a avestruz» - frisou -, «e os que nos acusaram de querermos colectivizar tudo já vão reivindicando a necessidade de um desenvolvimento de forma planificada».

Depois de criticar o afunilamento no turismo da actividade económica do Algarve, em detrimento de outros sectores, como a agricultura, as pescas e a construção civil, considerou que os números referentes ao ano turístico se devem a uma situação conjuntural que afecta os mercados concorrentes. Alertou para o perigo de infra-estruturas em construção, como a Ponte do Guadiana e a via longitudinal, se poderem transformar em vias de sentido único para chegarem mais depressa ao Algarve os produtos da Andaluzia.

Nesta apresentação de candidatos no parlamento algarvio, que reuniu mais de uma centena de apoiantes e activistas da CDU, coube a Margarida Tengarrinha a apresentação da lista. Falaram também Rui Sacramento, vereador do município portimonense e membro da Comissão Concelhia do PCP, Manuel Ruivo, candidato em representação da UDP, e Luís Catarino, da ID.



Candidatos CDU por Coimbra

Carlos Victor Baptista da Costa - 52 anos, geólogo. Natural de Alijó, Vila Real. Membro do Executivo da DORC do PCP. Deputado.

António José Avelãs Nunes - 52 anos, professor universitário, membro do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Natural de Pinhel, Guarda. Membro dos I, II, III, IV e V governos provisórios. Presidente da Associação Portugal-URSS. Independente.

Carlos Manuel Guerra Fraião - 42 anos. Natural da Horta, Açores. Residente em Coimbra. Membro da Comissão Executiva Nacional do CC e do Secretariado da DORC do PCP.

Carlos Manuel Ferreira Baptista - 43 anos, operário da construção naval. Natural de S. Julião, Figueira da Foz. Membro da Comissão Concelhia de Figueira da Foz e da DORC do PCP.

Beatriz Maria de Oliveira Duarte Rosa - 37 anos, engenheira civil, assistente convidada do ISEC. Natural da Lousã. Vereadora na CM de Coimbra entre 1987 e 1989. Membro da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP.

João Carlos de Oliveira Lázaro - 33 anos, psicólogo clínico. Natural de Leiria. Encenador-actor e Presidente da Direcção do TEATO - Grupo de Teatro de Leiria. Membro da Comissão Executiva do CN do PEV.

João Carlos Abrantes - 46 anos, engenheiro técnico agrário. Natural de Alcáçovas, Viana do Alentejo. Ex-deputado do PCP na AR e membro da AM de Montemor-o-Velho. Membro da Comissão Concelhia de Montemor-o-Velho e do Executivo da DORC do PCP.

Fernando Peixinho de Cristo - 44 anos, geólogo. Natural de Santo António dos Olivais, Coimbra. Membro da DORC do PCP.

António Manuel de Almeida Santos Queiroz - 38 anos, professor do Ensino Preparatório. Natural de Celorico da Beira. Membro da Assembleia Municipal de Nelas. Militante da UDP.

António Eduardo Pita Cankelero da Costa - 58 anos, industrial. Natural de Condeixa-a-Nova. Ex-dirigente do MDP. Membro do Conselho Nacional da ID. Independente.

Carlos Manuel Dias Cidade - 32 anos, empregado de escritório. Natural de Coimbra. Coordenador da União dos Sindicatos do Distrito de Coimbra. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro do Executivo da DORC do PCP.

João Augusto de Castro Ramos Pereira - 39 anos, professor do Ensino Secundário. Natural de Coimbra. Membro do Conselho Directivo da Escola Secundária de Soure. Membro da AM de Soure. Membro da Comissão Concelhia de Soure do PCP.

Manuel Artur Gaspar Barbosa Leão - 46 anos, médico ortopedista, chefe do Serviço de Ortopedia dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Natural de Parada de Todeia, Paredes, Porto. Membro do PCP.

João António Albuquerque Frazão - 19 anos, estudante Universitário. Natural de Coimbra. Membro da DORC do PCP e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

João Alberto da Silva Bizarro - 31 anos, jornalista. Natural de São João do Campo. Presidente da Junta de Freguesia de São João do Campo. Independente.

Vitória dos baldios festejada em Viseu

A cidade de Viseu assistiu no domingo passado a uma grandiosa concentração, precedida de desfile, de mais de 1200 compartes que se deslocaram à cidade mobilizados pelos Secretariados dos Baldios de Aveiro, Coimbra e Viseu, com o apoio da CNA, para confraternizar e assinalar a grande vitória recentemente obtida pelos povos dos baldios quando, no espaço de dois anos, o Tribunal Constitucional reconheceu o direito dos povos serranos ao uso, fruição e administração dos seus baldios.

Tratou-se de uma grande festa que começou com uma concentração no Parque Aquilino Ribeiro, onde os comes e bebes marcaram a devida presença, seguindo-se um espectacular desfile até ao Rossio. Mas contemos as coisas com mais algum pormenor.

Os compartes começaram a chegar ao Parque Aquilino Ribeiro em excursões ou carro próprio logo pelas 10 da manhã e ao meio-dia Baltasar de Almeida deu as boas vindas a todos, seguindo-se o almoço com os abundantes farnéis que

cada um trouxe. Pelas 15.00 iniciou-se a festa com a actuação dos Bombos de S. Martinho de Orgens e de vários ranchos folclóricos.

Ao usar da palavra, o dirigente da CNA João Vieira abordou os problemas dos agricultores portugueses, nomeadamente os da agricultura familiar, saudou a luta dos povos dos baldios e o apoio que sempre tem tido por parte da CNA, criticando ao mesmo tempo — e fortemente — a política agrícola do Governo do PSD nesta 2.ª fase de adesão à CEE.

Usou também da palavra o dr. Manuel Rodrigues, presidente do Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu, que, muito aplaudido, afirmou a certa altura: «A nossa luta está alojada no coração dos povos serranos e perde-se na noite dos tempos. A origem dos terrenos baldios perde-se, historicamente, nas profundezas dos séculos». E mais adiante: «A Revolução do 25 de Abril fez justiça aos povos serranos ao dar forma jurídica, através dos Decretos-Lei n.º 39/76 e 40/76 e legitimidade constitucional aq consagrar na Lei



Pormenor da concentração dos povos dos baldios no Rossio de Viseu



Ranchos folclóricos em plena actuação

Fundamental do País os bens comunitários como posse útil e gestão das comunidades locais». E ainda: «Mais uma vez o PSD sofreu uma importante derrota pois não conseguiu,

como era seu objectivo, encontrar uma forma mesmo que encapotada de tirar os baldios aos povos e entregá-los às celulosas».

No Encontro-Festa foi aprovada uma Proclamação que coloca em primeiro plano as principais reivindicações do momento, juntando-se ao Plano de Aproveitamento das Potencialidades e dos Recursos dos Baldios do Distrito de Viseu aprovado em Maio passado numa reunião dos Conselhos Directivos dos Baldios deste Distrito.

Como refere a organização deste Encontro de domingo passado, «os povos dos baldios têm agora como instrumento de trabalho e grandes linhas de orientação o Plano de Aproveitamento e a Proclamação».



Um momento do desfile entre o Parque Aquilino Ribeiro e o Rossio de Viseu

Coligação de Esquerda exige posição clara sobre reforma da PAC

O Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu exigiu esta semana em Estrasburgo que a Comissão Europeia tome uma «posição clara» sobre a reforma da política agrícola comum (PAC). A decisão foi tomada a semana passada em Braga, durante uma reunião do Grupo, que aproveitou a visita a Portugal para encontros com a Associação Industrial do Minho, Câmara Municipal e União de Sindicatos do distrito de Braga, entre outras organizações.

O Grupo considera «imprescindível» - segundo o seu secretário-geral, Martins Coelho - que a Comissão se pronuncie sobre a matéria, dado que «não existe nenhuma posição oficial sobre a PAC, nem da Comissão, nem do Conselho Europeu», mas

apenas «um documento provisório, datado de Fevereiro».

Os deputados da Coligação de Esquerda, em que se incluem os deputados do PCP no Parlamento Europeu,

manifestaram-se «preocupados com o futuro da região, quer no plano agrícola, quer no plano industrial», e afirmaram o seu empenhamento em assegurar a participação dos agentes da região no de-

bate a realizar sobre a «CEE e as Regiões».

O referido debate está agendado para o início de Novembro, em Estrasburgo, defendendo o Grupo Coligação de Esquerda a intervenção das estruturas sindicais e outras na análise sobre o «impacte do desenvolvimento regional sobre o meio ambiente», as «questões sociais» e «o papel das regiões no âmbito do desenvolvimento regional».

Nos encontros com as instituições bracarenses, os deputados da Coligação de Esquerda debateram ainda questões relacionadas com a formação profissional, aplicação dos fundos comunitários, precariedade de emprego e regime de mono-indústria, com especial incidência no sector têxtil.



Candidatos CDU por Vila Real

A apresentação pública dos candidatos da CDU às eleições legislativas pelo círculo de Vila Real foi feita na semana passada, na capital do distrito.

Numa declaração lida aos jornalistas afirma-se que «é indimentável que, ao longo de toda esta legislatura, fomos a força política que maior intervenção teve na AR em defesa do distrito de Vila Real e dos interesses das nossas populações», apesar de a CDU não ter eleito ali nenhum deputado. «O apagamento, o desinteresse e a evidente falta de intervenção dos deputados eleitos pelo PSD e pelo PS» — afirmam os candidatos da Coligação Democrática Unitária por Vila Real — «revelaram-se altamente prejudiciais para o distrito, o que permite concluir da sua perfeita inutilidade perante o eleitorado».

Os candidatos da CDU consideram necessária «uma acção decidida para um efectivo desenvolvimento regional, o que passa também pela regionalização e a criação da região administrativa».

Virgílio Alves — 42 anos, engenheiro zootécnico, professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, membro do Senado universitário. Director técnico da Associação dos Criadores de Gado Maronês, membro da DORVIR do PCP. Residente em Vila Real.

Vasco Paiva — 40 anos, empregado de escritório. Membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP e do Secretariado da DORVIR. Residente em Vila Real.

Máximo Cunha — 50 anos, médico. Dirigente associativo estudantil entre 1960 e 1964, eleito na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior em 1985 e em 1989. É membro da organização concelhia de Chaves do PCP. Residente em Chaves.

Joaquim Vassal — 33 anos, operário cerâmico, residente em Chaves. Membro do Conselho Nacional da CGTP-INT, coordenador da União dos Sindicatos de Vila Real e vice-presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Cerâmicos e Cimentos do Norte. Membro do Secretariado da DORVIR do PCP.

Francisco Anastácio — 41 anos, empregado bancário. Residente na Régua. Candidato independente.

Agostinho Monteiro — 52 anos, empregado bancário. Delegado sindical dos Bancários do Norte. Membro da Assembleia Municipal de Alijó. Membro da DORVIR do PCP. Residente em Pinhão, Alijó.

Manuel Martins — 39 anos, escrivão-adjunto. Activista de colectividades. Membro da DORVIR do PCP. Residente em Montalegre.

Manuel Sampaio — 43 anos, empregado bancário. Membro do Congresso do Sindicato dos Bancários do Norte. Membro da Assembleia Municipal de Vila Real. Membro da DORVIR do PCP. Residente em Vila Real.

Marina Costa — 20 anos, estudante de engenharia zootécnica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Foi candidata à Associação Académica. É membro da JCP. Residente em Vila Real.

Domingos Afonso — 58 anos, agricultor e comerciante. Membro do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro. Membro da Assembleia de Freguesia de Dornelas. Membro da DORVIR do PCP. Residente em Dornelas, Boticas.

STAPE sem dinheiro para campanha nas rádios locais

A Comissão Nacional de Eleições rejeitou na semana passada uma proposta tendente à racionalização da campanha eleitoral nas rádios locais, o que vai provocar «gastos elevadíssimos» para os quais o STAPE não tem cobertura orçamental.

A proposta limitava os tempos de antena nas rádios locais sem expressão a nível do círculo eleitoral, mas a comissão optou pela interpretação extensiva da lei, disse à agência Lusa uma fonte oficiosa.

O sorteio dos tempos de antena realiza-se em Setembro, por meios informáticos,

com todas as rádios locais do País.

Um porta-voz do STAPE disse à agência que tinha «esperança» que o problema se resolvesse pelo «melhor». «Se não, o STAPE não tem estrutura para pagar», acrescentou.

O mesmo porta-voz adiantou que o STAPE preveniu atempadamente o Ministério da Administração Interna para a delicadeza da questão, e mesmo a Comissão Nacional de Eleições apresentou na Assembleia da República uma proposta conducente à sua resolução, proposta que acabou por cair com o fecho da legislatura.

Justiça em Portugal O mal é profundo

«O mal é bastante profundo, há que actuar nos mais diferentes domínios», afirmou Luís Sá, cabeça de lista da CDU pelo círculo do Porto, num debate promovido pelo PCP que se realizou na noite da passada sexta-feira, num hotel do Porto, subordinado ao tema «A Justiça em Portugal, hoje» e onde compareceram convidados dos diversos ramos da «família forense».

Luís Sá, que acentuou a profunda diferença entre o discurso oficial, traduzido, por exemplo na operação de promoção que é a exposição patente no Forum Picoas, em Lisboa, e as realidades, abordou diversos aspectos dessa mesma realidade, que os «comunistas conhecem e se propõem empenhar, cada vez mais, em alterar».

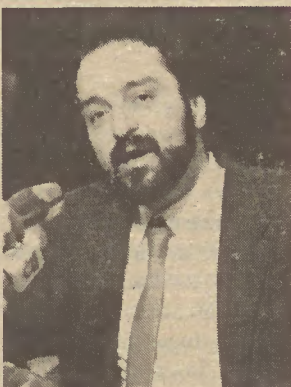
As muitas maquetas expostas no Forum Picoas que não se sabe quando irão ser concretizadas, a distribuição de mil e duzentos computadores sem a respectiva formação dos trabalhadores e, às vezes, até com dificuldades de instalação, o forte encarecimento da justiça, o Programa «Cidadão e Justiça», traduzido apenas na edição de um opúsculo que «se acumula em repartições e juntas de freguesia», o grande défice de informação jurídica e do acesso ao Direito, a demora média de dois a três anos na resolu-

ção das questões, as prisões superlotadas, foram alguns dos muitos aspectos levantados pelo cabeça de lista da CDU pelo Porto, que referiu ainda a necessidade de dignificação das carreiras da família forense.

«Por mais inaugurações que o Governo faça, estes pilares da democracia não são devidamente tratados. Questões fundamentais para a dignidade e direitos do povo português não têm avançado», afirmou Luís Sá.

«O Governo legisla substancialmente mal e formalmente mal», afirmou Macedo Varela, advogado, membro da DORP do PCP e um dos elementos que, com Jorge Sarabando, do CC e da DORP do PCP, e Luís Sá, constituíram a Mesa do debate. Macedo Varela concluiria, depois da exposição de questões como a actual legislação laboral e a possibilidade dos arrendamentos por cinco anos criada pelo Governo e que «não resolveu problema nenhum» no campo da habitação, dizendo que «não é rigorosamente verdade que vivamos num Estado de Direito».

As intervenções foram muitas e mostraram um sem-número de problemas que reflectem uma situação de gravidade nesta área fundamental que, como disse Luís Sá, significam que



«os Tribunais, enquanto órgão de soberania, são um parente pobre, o que tem um significado político».

A questão da ideologia subjacente à política governamental — o neoliberalismo — foi levantada pelo advogado Raul Castro, dirigente nacional da Intervenção Democrática e número dois da lista da CDU pelo Porto.

O prosseguimento do debate demonstrou a oportunidade do tema e a premência da intervenção nesta área que os comunistas e a CDU pretendem privilegiar, entre outras, na próxima legislatura da Assembleia da República.

Projectos que, ao serem inaugurados, já são desajustados, os tais computadores que, em muitas das salas nem sequer cabem e se encontram em caixas, a questão da droga nas prisões, sobre a qual foi posta a questão: «será que serve para amortecer possíveis conflitos devido à falta de

condições?», as vísceras que viajam em transportes públicos e a falta de verbas para transporte quando é necessário ir buscar um prevaricador faltoso, a questão dos «alimentos», por vezes dramática, a total falta de dignidade das salas de testemunhas que nem cadeiras têm, levaram a afirmações dos presentes como: «o sistema é para quem tem poder económico» e «a justiça em Portugal não funciona no mais pequeno aspecto».

A crítica aos Tribunais de Círculo e à falta de contingência de processos atribuídos a cada juiz, foram outros aspectos muito focados no debate que terminou com um apelo final do cabeça de lista da CDU, licenciado em Direito, para que sejam apresentadas aos futuros deputados da coligação, ele próprio e Raul Castro, da ID, todas as situações que justifiquem a sua intervenção parlamentar, de forma a criar uma forma mais estreita de trabalho comum entre os eleitores e os eleitos.

«Os deputados comunistas visitaram já 32 prisões, houve oportunidade de conhecer a realidade por dentro, não para ganhar votos, mas por um sentido profundamente humanista do exercício dos cargos públicos que norteia a intervenção da CDU», disse Luís Sá.



4ª ASSEMBLEIA DE ALCOCHETE

Decorreu no passado sábado a 4ª Assembleia de Organização de Alcochete do PCP, em cujos trabalhos participou Octávio Teixeira, membro da Comissão Política, cabeça de lista pelo distrito de Setúbal, nas próximas legislativas. A reunião aprovou por unanimidade uma resolução sobre as eleições para a Assembleia da República bem como o relatório de actividades da Comissão Concelhia. Nas intervenções feitas, foram abordados temas como a Organização do Partido nos locais de residência e de trabalho, nas autarquias, a participação da juventude nas lutas políticas, a força do movimento associativo do concelho, a paz e a qualidade de vida, fundos e situação financeira, e a actualidade social e política e a luta ideológica no concelho. Também por unanimidade, foi aprovada a proposta de constituição da nova Comissão Concelhia, composta por 33 elementos.

GOVERNO REGIONAL FAZ VIDA NEGRA AOS ESTUDANTES

A JCP/Madeira acusou, a semana passada, em conferência de imprensa, o Governo de Regional de tomar medidas que agravam ainda mais a condições de vida e de estudo aos jovens madeirenses. Designadamente, a organização condena o «escandaloso aumento dos passes escolares», calculado em 300 por cento, e dos manuais escolares que são constantemente substituídos por outros mais onerosos. A JCP denuncia ainda a degradante situação de muitas salas de aulas, bem como a existência de turmas com cinquenta alunos em recintos que mal têm condições para albergar trinta pessoas. Na nota divulgada, os

juvens comunistas consideram «abusiva e ilegal a intromissão da Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego em processos eleitorais das Associações de Estudantes, caso da escola secundária Jaime Moniz, onde foi proibida a realização de uma reunião geral de alunos». Aquela secretaria regional é ainda acusada de não convocar, desde Novembro último, o Conselho Regional da Juventude, quando os estatutos obrigam a reuniões de dois em dois meses. Em relação à PGA, a JCP/Madeira afirma que o que está em causa não é a média global das classificações obtidas, mas sim o número de vagas ao dispor dos candidatos, que actualmente se cifra em 60 mil para 107 mil estudantes. Por outro lado, das 60 mil vagas apenas 28 mil são no ensino público.

Fim-de-semana CDU em cheio no distrito de Setúbal

O passado fim-de-semana foi marcado, no distrito de Setúbal, por uma intensa actividade do PCP e da CDU, cujo ponto alto foi o almoço-convívio em Casebres (concelho de Alcácer do Sal), em que participaram Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do Partido, e Octávio Teixeira, cabeça de lista da CDU pelo distrito.

Foi no sábado, e logo pelas onze horas Carlos Carvalhas tomava a bica num café de Águas de Moura, onde cerca de 50 populares encetaram com ele o contacto.

Acompanhado ainda por Manuel Sobral, da Comissão Executiva Nacional do CC, Carlos Carvalhas, chegado a Casebres, visitou centros de apoio social (nascidos da vontade e do apoio populares), a Junta de Freguesia e assinalou com a sua presença a reabertura do Centro de Trabalho do PCP, melhorado agora com obras que orçaram em cerca de 2 mil contos (para os quais em grande parte muito contribuiu a população da aldeia) e empenharam a mão-de-obra desinteressada de militantes e amigos do Partido.

No almoço-convívio, juntando mais de 200 pessoas (e

«rebatendo» com o número previsto inicialmente para as inscrições), o secretário-geral adjunto do Partido fez uma intervenção política, naturalmente tendo como quadro de fundo as próximas eleições legislativas, a necessidade de derrotar o PSD e a direita e reforçar o PCP e a CDU.

Ainda nesse dia decorreu a IV Assembleia da Organização Concelhia de Alcochete do PCP, em cujo encerramento participou Octávio Teixeira. Coube ainda a Octávio Teixeira, no dia seguinte, tomar a palavra no comício da Festa da Unidade, em Alvalade (concelho de Santiago do Cacém), que no seu decorrer juntou centenas de pessoas.

Um debate (sobre a Ford/Volkswagen) na Quinta do Anjo e encontros-convívio (no Bairro Alentejano e em Aires) e uma reunião de eleitos CDU do concelho do Seixal marcaram igualmente os dias 5 e 6 de Julho, no distrito de Setúbal.

Muitas outras reuniões se realizaram com deputados, candidatos e quadros do PCP e da CDU, preparando a campanha eleitoral e dando corpo a uma dinâmica de grande ligação às populações e aos trabalhadores.

mento dos salários dos reformados e dos rendimentos dos agricultores», acrescentou António Murteira.

No encontro foi igualmente proposta a criação de uma nova base económica, assente numa economia mista capaz de promover o aproveitamento racional dos recursos do distrito e captar e reivindicar projectos e financiamentos nacionais e da CEE. Sobressaiu ainda a

preocupação de «corrigir assimetrias, impulsionar o rejuvenescimento da população, criar milhares de novos postos de trabalho, valorizar a cultura, o desporto, a ecologia, preparar a integração na CEE, preservando a identidade cultural do povo alentejano».

Relativamente à política agrícola comum, a CDU propõe «profundas reformas»,

bem como se compromete a defender firmemente a agricultura portuguesa, em particular a alentejana, durante a segunda fase de transição (1991-1996). Foi também argumentada a necessidade de eliminar o latifúndio, de acordo com a Constituição, e de facilitar o acesso à terra por parte dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores agrícolas.

António Murteira, real-

quando que «a CDU apresenta-se às eleições de 6 de Outubro com um projecto de futuro e uma obra realizada», referiu que «quinze anos de Governos PS e PSD não foram capazes de resolver as questões que travam o desenvolvimento do distrito de Beja e do Alentejo». Por concretizar ficaram o Alqueva, o Plano de Rega do Alentejo, as metalurgias do cobre e do estanho, a Regionalização.

O Homem e a Natureza são objectivos centrais

«No centro do projecto da CDU estão o Homem e a Natureza, a procura da harmonia, do progresso, da justiça social», referiu António Murteira, candidato da CDU pelo distrito de Beja e membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, na abertura de um debate sobre a situação social e laboral, realizado no passado sábado em Beja, pela Concelhia Distrital de CDU. A iniciativa inte-

grou-se na elaboração do Projecto de Desenvolvimento Integrado — Anos 90, que será o compromisso político pelos candidatos da CDU.

Aquele dirigente comunista afirmou que a CDU é «pela acção convergente de todos os que desejam uma vida melhor». «Defendemos uma mais justa repartição do rendimento nacional, desig-

Para romper estrangulamentos Algarve precisa de plano integrado

— concluem Jornadas Legislativas do PCP

A delimitação das futuras regiões administrativas constitui uma necessidade urgente para a concretização do processo de regionalização, concluíram os participantes nas segundas Jornadas Legislativas Regionais do Algarve, promovidas pelo PCP, no passado fim-de-semana.

«1992 pode e deve ser o ano da criação das regiões

administrativas», sublinham os comunistas que consideram a aprovação da Lei Quadro das Regiões Administrativas «um passo em frente» a complementar com a regulamentação das finanças regionais e a delimitação primária das futuras regiões.

Para o PCP, que durante três dias manteve 35 encon-

tro e entrevistas com as mais variadas entidades da vida da região, entre organismos públicos, associações e agentes empresariais e sindicais, o Algarve continua a ser uma criação com grandes potencialidades mas onde persistem «graves problemas, desequilíbrios e assimetrias».

Objecto de preocupação, em termos gerais, é a excessiva dependência do Algarve da actividade turística, enquanto as pescas, a agricultura e a indústria conhecem uma fase de retrocesso e se mantém o processo de desertificação da serra e do barrocal.

Realçado pelos participantes nas Jornadas foi ainda a forma como persistem os principais factores de estrangulamento da economia regional, de entre os quais se destacam a ausência de apoios e incentivos ao desenvolvimento dos vários sectores económicos e à sua preparação para o embate do Mercado Único.

As Jornadas, que se realizaram sob o lema «Aprofundar o compromisso do PCP para o futuro do Algarve», concluíram pela necessidade de se dotar a região com um plano de desenvolvimento integrado que permita eliminar os principais factores de estrangulamento existentes.

No sector agrícola, de acordo com o documento de conclusões, a ausência do planeamento e do fomento de produção constitui um dos traços marcantes, sendo igualmente de assinalar o recurso crescente às importações, nomeadamente de citrinos.

A inexistência de um Plano Regional de Pescas, com

as consequências daí inerentes ao nível de uma fiscalização discriminatória de embarcações estrangeiras e portuguesas, assoreamento das barras, deficiente e inadequada legislação, é igualmente encarado com preocupação pelos comunistas algarvios que assinalam, por outro lado, os estrangulamentos existentes no plano económico, financeiro e administrativo à necessária remodelação e valorização da pesca artesanal.

Atenção particular mereceu ainda a grave crise que atravessa a construção civil, sector onde se verifica uma redução acentuada dos investimentos em resultado do crescimento excessivo da construção de oferta turística nos últimos três anos e das dificuldades crescentes no acesso ao crédito para habitação.

A degradação dos serviços prestados aos utentes, por outro lado, continua a ser a característica principal no plano da Saúde, área onde se destacam também os factores de corrupção que corroem o Hospital Distrital de Faro, unidade que se tem mostrado incapaz de satisfazer as necessidades da região.

Em representação do Grupo Parlamentar do PCP, participaram nas Jornadas os deputados Carlos Brito, Jerónimo de Sousa, Ilda Figueiredo, Rogério de Brito e Manuel Filipe, sendo a delegação da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP constituída por Carlos Luís Figueira, José Freitas, João Zagalo, José Lucas, Carlos Leal, José António e Mário de Sousa.

PCP comenta demissão de Marcelo Rebelo de Sousa

Solicitado por diversos órgãos de Comunicação Social a pronunciar-se sobre a demissão do prof. Marcelo Rebelo de Sousa do cargo de Comissário governamental para Lisboa, Capital Europeia da Cultura em 1994, o Gabinete de Imprensa do PCP divulga o seguinte comentário:

1. Os vereadores e deputados municipais do PCP, eleitos no quadro da coligação «Por Lisboa» que governa o município da capital, aprovaram e firmemente apoiaram a decisão camarária que condenou o afrontamento institucional que constituiu a nomeação unilateral e sem prévia consulta do Município pelo secretário de Estado da Cultura de um Comissário para a realização de Lisboa Capital Europeia da Cultura em 1994. Igualmente aprovaram a criação da Comissão Municipal Lisboa 94.

2. A nomeação e acção da Comissão Municipal Lisboa 94, de que faz parte Ruben de Carvalho, membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, tem constituído um valioso e reconhecido contributo para o desbloqueamento de uma situação gerada pelo Governo PSD e que obviamente lesa os interesses da cidade de Lisboa e do País.

Junho termina nos Açores com derrota do PSD e do Governo

«O mês de Junho acabou com uma profunda derrota política do PSD e do Governo Regional, o que é demonstrativo da urgente necessidade de ser criada uma alternativa criativa, plural e participada» - afirma o Secretariado da DORAA do PCP.

Numa nota assinada por José Decq Mota, coordenador da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do Partido, que foi divulgada aos jornalistas após a reunião de 1 de Julho do Secretariado, são analisados os mais recentes aspectos da evolução da situação política no arquipélago e da actividade regional dos comunistas.

A recente sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Regional, convocada pelos três partidos da oposição parlamentar (PS, CDS e PCP) com vista a alterar o Regimento da ALR constituiu «um importante momento de demonstração institucional de que há uma séria evolução e modificação da vida política específica da Região», afirmam os comunistas açorianos, sublinhando que os promotores daquela iniciativa «alcançaram todos os objectivos que se tinham proposto».

O PCP/Açores sublinha que, «quando da aprovação do Regimento em 1989, o PSD tinha imposto as normas agora alteradas, o que demonstra que o facto de o PSD agora ter votado favoravelmente as propostas dos três partidos da oposição apenas se deveu a uma vã tentativa de mascarar a sua derrota».

No documento divulgado na semana passada os comunistas açorianos referem ainda que a Assembleia aprovou, derrotando o PSD, dois votos de protesto (um dirigido ao Governo, outro ao Presidente da ALR) e que a inter-

peleção sobre agricultura e transportes «serviu para demonstrar o imediatismo e as políticas erradas do Governo e a incapacidade do PSD». Aproveitando a interpelação, o PCP apresentou um conjunto de propostas sobre agricultura e agro-pecuária.

O agravamento do descontentamento político tem reflexos na fragilização do PSD/Açores e na aceleração da sua desagregação interna, afirma o Secretariado da DORAA do PCP, que considera ser necessário que «todas as vertentes do descontentamento» prossigam todos os esforços para que a ALR assumia plenamente o seu papel e seja totalmente desgovernamentalizada no seu funcionamento; mantenham e aprofundem o diálogo político com vista a tornar evidente ser necessário e possível governar melhor; mantenham uma apreciação permanente da evolução da situação, por forma a não deixarem de ser assumidas todas as actividades políticas que a situação exija.

Neste quadro, o PCP/Açores considerou a visita do Primeiro-Ministro à Região «inadequada no tempo e com objectivos inaceitáveis». Cavaco Silva, afirmavam os comunistas, iria visitar a Região «procurando fazer passar para segundo plano os problemas regionais, ao mesmo tempo que tudo fará para tentar capitalizar votos para o próximo acto eleitoral». No documento do Secretariado da DORAA denuncia-se «o oportunismo da direcção do PSD/Açores em procurar esconder os problemas regionais atrás da figura do Primeiro-Ministro, esquecendo voluntária e acintosamente o facto de o Primeiro-Ministro ser protagonista de inúmeras atitudes centralistas» para com a Região.

Urgências ou a urgência de inaugurar

Da visita «não preparada» ontem realizada pelo Ministro da Saúde à nova urgência do Hospital dos Capuchos, com o acompanhamento também «não preparado» dos Órgãos de Comunicação Social e nomeadamente da RTP, resultou a «tranquilizadora certeza» de que finalmente se encontra resolvido o problema das urgências da Área Metropolitana de Lisboa.

Também em vésperas de anteriores eleições, faz agora 4 anos, a sua antecessora, Dr^a Leonor Bezeza, em idêntica visita inaugural ao então novel Hospital S. Francisco Xavier, tinha garantido a resolução do mesmo problema.

E se tal garantia da Dr^a Leonor Bezeza custou ao país os escândalos sobejamente conhecidos, a do Sr. Ministro, já custou um Director dos Hospitais Civis, um Director do Banco de Urgências, um secretário de Estado e uma verba de montante desconhecido que se espera não tenha sido agravada pelo recurso à adjudicação sem concurso público.

Teria sido muito mais interessante que o Sr. Ministro tivesse realizado visita semelhante ao serviço de urgências do Hospital S. Francisco Xavier, na passada segunda-feira, onde os doentes «despejados» de S. José só não foram deitados no chão porque a isso se opuseram os médicos, do «Banco» com recurso à força policial presente, ou ao serviço de urgência do Hospital de Santa Maria onde a falta de meios para receber os doentes para lá transferidos não só pôs em evidência o caos reinante como tornou insustentável a situação.

A abertura das novas urgências dos Hospitais Civis só não foram desde o início uma catástrofe, porque a pressa eleitoralista do Ministro foi impotente face à defesa intransigente dos requisitos técnicos indispensáveis por parte dos profissionais do sector, que obrigaram o Ministério a modificações de última hora nos seus planos iniciais.

Mesmo assim, continuando por resolver os problemas essenciais dos Cuidados de Saúde Primários e das questões sociais e clínicas dos doentes crónicos ou de evolução prolongada, a abertura de novas urgências vai provocar apenas o alívio temporário da situação caótica a que tinha chegado o Banco de S. José, a qual está a ser transferida para outros hospitais com uma nova distribuição das áreas de urgência, como o testemunham os hospitais de S. Francisco Xavier e de Santa Maria.

É de esperar pois, que a médio prazo, a pressão sobre as urgências se reproduza nas novas instalações.

Urgente, urgente se torna aproveitar o acto eleitoral que se aproxima para afastar de vez o PSD do Governo e garantir assim uma política de saúde que dê resposta aos gravíssimos problemas das urgências, como garanta um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde, que assegure serviços de qualidade acessíveis a todos os portugueses.

3. A demissão do Comissário nomeado pelo Governo, prof. Marcelo Rebelo de Sousa, além de reflectir as evidentes contradições internas da maioria governamental, constitui acima de tudo transparente derrota de uma política governamental que, contra a apregoada estabilidade, diariamente se constitui em elemento de desestabilização do funcionamento das instituições democráticas, bem como novo fracasso de uma catastrófica política cultural, agravada brutalmente pelo exercício do actual secretário de Estado e que tem vindo a ser contestada por praticamente todos os sectores da vida nacional.

4. A concretização de uma iniciativa com a importância e projecção de Lisboa Capital Europeia da Cultura em 1994 não pode continuar à mercê das prepotências, contradições, hesitações e incapacidades do Governo PSD, sob pena de se transformar numa vergonha nacional, pelo que o PCP reafirma o seu apoio às decisões da Câmara Municipal de Lisboa e à acção da Comissão Municipal Lisboa 94.

TRABALHADORES

Greve total na CP

Em paralisação conjunta pela primeira vez há muitos anos, os ferroviários portugueses poderão agravar formas de luta, se continuarem por satisfazer as suas reivindicações

Os comboios da CP pararam sexta-feira passada por todo o País. Fontes de origem diversa assinalaram a extensão adquirida por essa forma de acção reivindicativa com uma adesão praticamente total.

É de registar que as correntes sindicais não se dividiram desta vez quanto à oportunidade necessária em fazer coincidir a paralisação dos maquinistas com as dos restantes ferroviários.

Aderiram à greve os sindicatos de filiação unitária — CGTP —, UGT e independentes.

Na primeira apreciação da luta, em 5 do corrente, a Federação dos Sindicatos Trabalhadores Ferroviários afirmava que a circulação de comboios em toda a rede se encontrava reduzida

«a meia dúzia de comboios que o conselho de gerência conseguiu fazer andar à custa do desrespeito das mais elementares normas de segurança».

Para isso o CG «recorreu a inspectores», reduzidos desse modo à «simples condição de fura-greves».

A Federação comenta ainda que essa atitude da gestão produz «graves consequências no prestígio e na autoridade profissional de uma categoria que deveria estar acima de qualquer suspeita».

A greve foi provocada pela suspensão unilateral das negociações por parte da gerência e do Governo. A greve destinou-se a conseguir o reatamento das negociações.

A Federação STF refere-se a um comunicado emitido

em 4 do corrente pelo conselho de gerência. Diz o conselho nacional federativo que o CG afirma que fez «propostas de ajustamentos salariais

para este ano». Simplesmente essas propostas indicavam um aumento de 30 escudos por mês para milhares de trabalhadores.



Hoje em Lisboa Cordão humano contra o Pacote

Sob o lema «De mãos dadas contra o pacote laboral», a USL/CGTP organiza hoje em Lisboa uma manifestação. Na forma de cordão humano, os manifestantes desfilarão às 18 e 30 no Rossio. A acção de protesto e luta integra-se no processo de «esclarecimento, sensibilização e contestação» que, segundo a União dos Sindicatos de Lisboa, nas suas linhas gerais, «avança pelo Verão dentro». O objectivo é «não abrandar a luta contra o pacote laboral», já que o mesmo «não está aprovado». E «é grave — acrescenta a USL/CGTP-IM — que, a tão pouco tempo do fim do mandato, o Governo queira aprovar leis tão controversas como as que constituem a série da nova legislação laboral

Função Pública Provedor dá razão aos sindicatos

Na opinião do Provedor de Justiça, o Governo deve reabrir sem demora negociações com sindicatos da Administração.

Ao responder em 3 do corrente à queixa que lhe foi apresentada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, Mário Raposo afirma-se «muito empenhado» na resolução do conflito surgido — nos termos usados pela FNSFP — «por violação dos direitos de negociação colectiva e liberdade sindical».

O Provedor considera no seu parecer, revelado a semana passada pela FNSFP,

que «qualquer discriminação em relação a ela (Federação) assumirá um mais significativo peso — até numa perspectiva sociológica e de paz e justiça social».

Recorde-se que o sector mais representativo dos sindicatos da Administração Pública não aceitou os aumentos salariais e outras condições impostas pelo Governo aos funcionários públicos este ano.

A FNSFP sublinhava em 3 do corrente, ao aludir ao parecer de Mário Raposo, que tinha ficado acordada com o Governo uma se-

Várias formas de luta em diversos e amplos sectores da Função Pública, incluindo greves, têm assinalado o decorrer deste conflito que se prolonga há meses.

Entretanto era assinalada a ameaça de greve por parte da Associação Nacional dos Funcionários da Inspeção Económica.

Por seu turno, os técnicos de finanças anunciavam para o período de segunda a sexta-feira desta semana uma paralisação de protesto pela «intransigência governamental e a arrogância da Secretaria de Estado do Orçamento».

gunda fase de negociações, que o mesmo Governo agora se recusa a abrir.

Segundo a Federação, o Provedor afirma que «qualquer disparidade de tratamento em relação a várias estruturas sindicais tem como inevitável corolário a afectação da plenitude da liberdade sindical».

Ainda sobre o mesmo assunto, o parecer do Provedor refere que «um tratamento mais favorável face a certas estruturas sindicais» (neste caso da UGT, segundo parêntese da Federação) será fragilizar essa liberdade sindical.

Vária

Salários em dívida na Tomé Fêteira. Esta fábrica de limas de Leiria tem salários em atraso. Quinta-feira passada os operários preconizavam a adopção de formas de luta na altura em que os seus representantes eram recebidos pela administração. Esta teria garantido, segundo a Lusa, o pagamento de parte dos salários de Maio, mas não os restantes.

Professores a dar aulas sem contrato. Desde o princípio do ano lectivo que há professores do primeiro ciclo do ensino básico e educadores de infância no distrito de Portalegre a leccionar sem qualquer contrato. Segundo o Sindicato (PZS) são «várias dezenas» os docentes nessa situação.

Postos de trabalho dos músicos. O Sindicato dos Músicos pretende garantir a existência de diversas orquestras sinfónicas em Portugal. Por isso contesta a projectada fusão da orquestra do S. Carlos com os músicos da ex-orquestra da RDP e, segundo a Lusa, a sua inclusão na Régie Cooperativa Sinfonia-Orquestra de Lisboa. O SM defende «os postos de trabalho indispensáveis ao exercício da profissão». Uma greve dos bailarinos do S. Carlos cancelava entretanto espectáculos no Porto.

Despachantes querem minimização dos efeitos da greve. A Câmara dos Despachantes Oficiais apelou a semana passada ao Governo no sentido de serem criados mecanismos que minimizem os efeitos da greve recente nos serviços, dilatando-se para o efeito o prazo de pagamento de dívida aduaneira. Os 598 membros daquela Câmara pagam mensalmente cerca de 70 milhões de contos de caução global.

Polícias não tiveram aumentos de 30 por cento. De acordo com a ASP/PSP os aumentos salariais dos agentes não foram da ordem dos 30 por cento (média anual) nos últimos três anos. A Associação contraria assim afirmações do ministro da Administração Interna. Os aumentos foram de 16 por cento em 1989, 20,5 por cento em 1990 e 16 por cento em 1991. Entretanto, a Comissão constituinte da Associação dos Profissionais da Guarda Republicana criticava a «falta de diálogo» dentro da GNR e declarava a sua intenção de observar «todas as disposições aplicáveis da Lei Geral».

Professores próximos de via negociada única

Uma posição negociada de todas as organizações sindicais beneficiaria os professores. Um comunicado conjunto Fenprof-Sindep defende essa e outras posições. Transcreve-se na íntegra o documento de 3 do corrente, distribuído nessa data pela primeira daquelas organizações sindicais:

«A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e o Sindicato Democrático dos Professores (SINDEP), reunidos para analisar a situação social referente à regula-

mentação do estatuto da carreira docente — Decreto-Lei 139-A/90 de 29 de Abril — consideram que o Ministério da Educação é o responsável pelos sucessivos proclamações que, com prejuízo para os professores, levaram à actual situação de impasse negociada.

«Daí que o Ministério da Educação não reúna as condições e a autoridade para tentar impor agora — no momento em que os professores se encontram absorvidos com as actividades de encerramento do ano lectivo e,

dentro de pouco tempo, em período de férias — soluções que são contrárias às posições dos professores. Entre as diversas matérias que mais preocupam os professores conta-se o acesso ao 8º escalão e, por consequência, ao topo da carreira. O «regime de estrangulamento» que o Ministério da Educação pretende introduzir com a candidatura ao 8º escalão é inaceitável.

«Assim, o SINDEP e a FENPROF, sobre esta matéria, decidem reafirmar as seguintes posições comuns:

1. Recusar as posições do Governo sobre o acesso ao 8º escalão;
2. Recusar qualquer solução que vise 'estrangular' o acesso ao topo, criando uma carreira em pirâmide;
3. Rejeitar qualquer solução, mesmo encapotada, que pretenda instituir quotas para acesso a determinados escalões, no caso aos de topo;
4. Recusar conceitos que, na prática, signifiquem o retorno da antiga proposta do ME de uma carreira organizada por níveis;
5. Continuar a exigir do Governo o enquadramento e a progressão nos

escalões da carreira, de acordo com o tempo de serviço prestado pelos professores;

Promover o esclarecimento dos professores sobre esta situação, da forma que cada organização entender mais correcta e eficaz;

7. Preparar, para a abertura do próximo ano lectivo, as acções que se acharem necessárias para o desbloqueamento desta situação, as quais poderão pôr em causa o início normal das aulas em todo o País e em todos os sectores de ensino, caso o Governo insista em

manter posições que são rejeitadas pela generalidade dos professores.

«Perante a necessidade de resolução desta e de outras situações é desejo manifestado pelas duas organizações sindicais que se procurem encontrar soluções negociadas comuns a todas as estruturas sindicais. Daí que o SINDEP e a FENPROF entendam que da existência de uma posição sindical única das várias estruturas envolvidas na negociação resultariam benefícios para os professores».

INTERNACIONAL

ANC exige clima adequado a verdadeiras negociações

A formação de um governo de transição, «aceite por todos os sectores da população sul-africana», é uma das exigências do ANC, sublinhadas por Nelson Mandela, presidente eleito do movimento, no encerramento dos trabalhos da 48.ª Conferência Nacional, dia 7, em Durban.

Um discurso pronunciado perante uma multidão em festa, que saudava a nova direcção do ANC, agora ampliada de 30 para 90 membros, e em que os comunistas obtiveram uma posição de peso: quase metade dos lugares elegíveis, enquanto o se-

cretário-geral do PC, Joe Slovo, obteve quase 90 por cento das preferências dos delegados.

O Congresso Nacional Africano decidiu manter a estrutura de movimento de libertação, não se transformando portanto em partido político porque, nas palavras de Ray Suttener, advogado responsável no departamento de estratégia do ANC, «a emancipação das massas africanas ainda não está completa».

O ANC anunciou ainda o seu empenho em assumir a luta de massas como estraté-

gia preferencial de pressão.

A criação imediata do clima necessário a negociações reais foi uma exigência afirmada em Durban, quando da leitura das resoluções sobre negociações, em que simultaneamente se acusa Pretória de procurar reforçar-se atrasando este processo.

Para a remoção de «todos os obstáculos a negociações», em que reafirmou o seu empenho, a Conferência descreveu como passos necessários a realização de uma conferência multipartidária e a formação de um governo interino.

As outras exigências apontadas foram a eleição de uma Assembleia Constituinte democrática e a adopção de uma Constituição democrática e de um Parlamento representativo de toda a população sul-africana.

«Todos estes objectivos devem ser alcançados durante um período de tempo que garanta a não diluição do processo de negociações», deliberou a Conferência que decidiu ainda que «as negociações devem ser ligadas a uma contínua luta de massas e à pressão internacional, porque os ganhos obtidos naquela se reflectem na mesa de negociações».

O documento aprovado atribui ao Comité Nacional Executivo a responsabilidade pela «defesa decisiva do seu povo», enquanto conduz uma ofensiva ininterrupta pela derrota do sistema de apartheid, ajudando todas as comunidades a edificar a capacidade de autodefesa.

«O MK (ala armada do ANC) deverá manter a sua preparação e vigilância que lhe permitem intervir decisivamente se forças antidemocráticas bloquearem a dinâmica para um acordo pacífico», refere outro dos pontos da resolução.

Após apoiar os esforços de paz conduzidos, neste contexto, por organizações religiosas e empresariais, a Conferência defendeu a adopção de todas as medidas necessárias a envolver a comunidade internacional em oposição à violência contra-revolucionária.

A Conferência instruiu também o Comité Nacional Executivo no sentido de assegurar a consulta e comunicação com as bases da organização e criar os mecanismos efectivos para envolvimento das forças aliadas no processo das negociações.



Para a população negra da África do Sul, o desmantelamento político do apartheid terá de abrir caminho ao seu desmantelamento também no plano socioeconómico

Conselho da Europa condena Indonésia

O Conselho da Europa aprovou uma resolução sobre Timor, em que são frontalmente condenadas, quer a anexação de Timor Leste pela Indonésia, quer a sistemática violação dos direitos do homem por parte das autoridades indonésias.

A resolução começa por relembrar o processo de anexação, consumado em 17 de Julho de 1976, ao arripio das normas de direito internacional e acompanhado «de violações dos direitos do homem e de uma política de assimilação forçada».

Lembra ainda a condenação internacional e a resistência do povo maubere, um movimento que «sempre contou com o apoio da população de Timor-Leste e mais particularmente, nestes últimos anos, do apoio dos jovens».

Neste contexto, o Conselho da Europa, de par de con-

denar a anexação e as contínuas violações dos direitos do homem, afirma «o direito do povo timorense a definir o seu destino político assim como a salvaguardar, desenvolver e afirmar a sua identidade cultural, linguística e religiosa» e lembra que «Portugal, potência administrativa reconhecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas», é moral e legalmente obrigado a «promover e garantir o direito à autodeterminação e à independência do povo de Timor».

A Assembleia exige que o governo indonésio termine com «todas as violações das normas internacionais, garantindo o respeito dos direitos do homem e o direito dos povos à autodeterminação e à independência», concretize uma efectiva abertura do território de Timor, nomeadamente às organizações internacionais de solidariedade,

decrete um cessar-fogo imediato e crie as condições políticas adequadas ao livre exercício da autodeterminação.

A Assembleia pede aos Estados membros do Conselho da Europa que se pronunciem por uma solução política negociada com a participação de Portugal, da Indonésia e do povo de Timor Leste, e ainda que, no caso de manterem relações económicas com a Indonésia, as utilizem para pressionar no sentido de que acabem todas as violações dos direitos do homem e a «apropriação das riquezas e recursos naturais de Timor-Leste».

A resolução conclui pedindo um apoio à ajuda alimentar e sanitária à população de Timor Leste e um embargo aos fornecimentos de armas à Indonésia até que seja aberto o caminho à autodeterminação do povo maubere.

«Um homem, um voto» é exigência fundamental, diz Mandela

Mandela é o novo presidente do ANC. Em vésperas da Conferência Nacional do Congresso, que encerrou os seus trabalhos no passado dia 7, o dirigente histórico do movimento anti-apartheid deu uma entrevista a «l'Humanité», de que aqui reproduzimos dois curtos extractos.

Referindo-se à actual situação no plano internacional, Mandela sublinha em particular, que «a voz das forças de libertação e do progresso no sentido da democracia, do fim da tirania, fez-se ouvir com muita força. Sinto-me feliz por constatar que as forças da paz estejam tão fortes, que a tendência a favor de uma redução das tensões no mundo se exprima com igual força e, naturalmente, que o movimento

anti-apartheid continue a ter peso idêntico por todo o mundo».

No plano interno Mandela refere a exigência «um homem, um voto» como elemento essencial do processo anti-apartheid.

«As reformas anunciadas pelo governo sul-africano são muito encorajantes — diz. — Registaram-se certos progressos no sentido do desmantelamento do apartheid, e o caminho que leva uma África do Sul unida e democrática está em vias de se construir. Mas estamos ainda muito longe da satisfação das reivindicações por nós avançadas, porque o principal conteúdo das reformas exigidas é a possibilidade, para o povo sul-africano, de se exprimir pelo voto».

América Latina

O 2.º Encontro dos Movimentos de Esquerda

Realizou-se recentemente no México o 2.º Encontro dos «movimentos e partidos políticos de esquerda» da América Latina e Caraíbas.

O Encontro reuniu 68 organizações de 22 países, representando diferentes opções e perspectivas. Dos movimentos guerrilheiros salvadoreños, guatemaltecos e colombianos ao Partido dos Trabalhadores brasileiro de Lula ou ao Partido da Revolução Democrática de Cuauhtemoc Cardenas, do México, passando pelos Partidos Comunistas da Argentina, do Chile, de Cuba, da Colômbia, Costa Rica, Bolívia,

Uruguai, Venezuela, República Dominicana, e novas organizações como Lavalas do Haiti ou a Aliança Democrática M19 da Colômbia.

Neste Encontro foi aprovada uma Declaração final, de que aqui reproduzimos alguns extractos.

«A tarefa primordial de solidariedade e defesa da soberania de Cuba, derrotando os planos de poder imperialista americano contra a revolução cubana», é colocada com destaque. De par da necessidade de «defender as conquistas da Revolução sandinista, ameaçadas pela derrota eleitoral da Frente Sandinista de Liber-

tação Nacional (FSLN), apoiar os significativos avanços democráticos do povo haitiano, solidarizar-se com a luta da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e outras forças progressistas de El Salvador que procuram uma saída política negociada tendo em vista eliminar as causas da guerra, apoiar a luta da União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) e as suas propostas de paz, apoiar o diálogo entre a Coordenadora da guerrilha Simon Bolívar e o governo colombiano, apoiar a luta pela retirada das forças norte-americanas do Panamá, assumir a luta anticolonial-

ista dos porto-riquenhos e outros povos colonizados das Caraíbas, opor-se à intervenção militar, a pretexto da «guerra andina contra o narcotráfico», dos Estados Unidos na Bolívia, Equador, Peru e Colômbia».

Numa análise dos anos 80, a Declaração descreve-os como «um período de crise e de reestruturação global da economia internacional. As ditaduras militares desapareceram em numerosos países. Neste e noutros países abriram-se novos espaços de participação política, por vezes no quadro de democracias restritas, permitindo a afirma-

ção, no meio da crise, de novos movimentos sociais».

Ainda no contexto desta análise, acrescenta-se na Declaração: «As políticas recessivas de inspiração neoliberal agravam a crise política e social da nossa região, crise provocada pelo capitalismo dependente. Trata-se de garantir a transferência dos recursos obtidos nos nossos países para cobrir o pagamento da dívida externa. Ao serviço do capital financeiro internacional, os governos latino-americanos agravam (...) a exploração e a miséria da maioria da população».

Os partidos e movimentos de esquerda latino-

-americanos presentes no Encontro consideram, como «solução de fundo» para os problemas actuais, «a transformação profunda das nossas sociedades e a integração política e económica da América Latina e das Caraíbas».

E o documento acrescenta: «Trata-se de forjar uma nova ordem internacional que respeite os nossos valores nacionais e leve à satisfação das necessidades dos nossos povos (...) Para que se possa construir e desenvolver esta democracia, é essencial que os trabalhadores e o conjunto da população tenham, neste processo, o papel decisivo».

Jugoslávia

Diálogo e instabilidade

Entre a esperança da consolidação do diálogo político e a instabilidade que permanece, a Jugoslávia continua a viver dias de tensão, ainda que as armas se tenham calado.

Reunida na noite da passada segunda-feira, a presidência federal jugoslava afirmou, em comunicado, seguir «com inquietação» o desrespeito pela Eslovénia dos acordos de Brioni, firmados 24 horas antes.

Segundo o comunicado, a República da Eslovénia não só não desmobilizou as suas forças, como também não levantou o seu bloqueio às instalações militares federais. Pelo que a presidência federal exigiu à direcção

eslovena que respeite os seus compromissos «a fim de permitir uma resolução pacífica da crise».

Resolução pacífica que, os factos indicam, ainda não é um dado certo. Mas sem dúvida ganhou em hipóteses com o acordo assinado em Brioni, promovido com a intervenção da «troika» destacada pela CEE com esse objectivo.

O acordo de Brioni, em que se defende a renúncia à violência, prevê o envio de uma missão internacional de observadores para controlar a situação «na Eslovénia e na medida do possível na Croácia», e apela a negociações urgentes sobre «todos os aspectos do fu-

turo da Jugoslávia, sem quaisquer condições». Pede também à presidência colegial jugoslava para reafirmar com firmeza o seu controlo sobre o Exército.

Os pontos mais importantes do acordo regulam questões fronteiriças, o regresso dos militares aos quartéis e a libertação dos prisioneiros.

O acordo surge no contexto de uma situação muito difícil, em que se entrelaçam problemas políticos, sociais, económicos, de afirmação de nacionalidades, de formas e possibilidades de unidade.

O jornal francês «Libération» assinalava, nestes dias, «três focos de tensão»: a Eslovénia confrontando-

-se com o exército federal, a Croácia de volta com a sua minoria rebelde sérvia e, por fim, o Kosovo, onde começaram as manifestações albanesas».

No plano socioeconómico, a interacção entre os problemas de desenvolvimento comuns e a acentuação das diferenças entre as Repúblicas, não pode deixar de ter repercussões no quadro político.

Estas diferenças são particularmente visíveis no plano do emprego, mas não só. Também em aspectos tão importantes como a formação do produto nacional bruto ou a contribuição para as exportações (note-se que, no conjunto da federação, se registou uma quebra de 10% na produção, no ano de 1990).

De realçar, por exemplo, as grandes discrepâncias no que se refere ao nível de vida que, no caso de um esloveno é cerca de um terço mais elevado que o de um croácio, mas corresponde a sete vezes o de um habitante do Kosovo e a 2,2 vezes o de um sérvio.

A crise que se vive na Jugoslávia não afecta apenas as populações das diferentes Repúblicas da Federação, mas tem também reflexos externos, em particular na Europa. Isso mesmo foi referido em recentes declarações do ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Alexandre Bessmertnikh, que disse: «Pensamos que uma solução correcta do problema jugoslavo determinará grandemente a evolução futura dos problemas europeus». E acrescentou: «Evidentemente que os povos não devem ser privados do seu direito à autodeterminação, mas parece ser do interesse do povo jugoslavo a regularização dos seus problemas de forma democrática, para que o país possa manter o seu papel na Europa e no mundo inteiro».

Um equilíbrio entre direitos nacionais e unidade que, entretanto, se afirma bem difícil.

Profundas diferenças entre as Repúblicas

	População %	PSH	Exportações %
Bósnia-Herzegovina	18,9	74	15,2
Croácia	19,9	123	21,0
Macedónia	8,9	66	4,9
Montenegro	2,7	78	2,0
Sérvia	41,6		
Sérvia restrita	24,6	93	21,5
Kozovo	8,1	31	1,7
Volvodina	8,7	119	8,2
Eslovénia	8,2	212	25,5
Jugoslávia	100,0	100	100,0

PSH — Produto social (produção de riquezas) dividido pelo número de habitantes, relativamente a um índice nacional de 100.

Pacifistas da Eslovénia
contra militarismo

Para os pacifistas da Eslovénia, estes tempos de crise são bem difíceis. A intervenção do Exército federal reflectiu-se de forma negativa na opinião pública. «É-nos actualmente impossível realizar uma acção pública pela paz», lamenta Marko Hren, presidente do Centro para a paz e não-violência, em Ljubljana.

Na opinião do dirigente pacifista o problema não é sair ou não sair da Federação. «A única questão são os métodos que se utilizam para obter o que se pretende. Temos muitas críticas à política suicidiária do

governo esloveno, mas também à do governo federal que não tem desculpas para uma intervenção tão brutal».

Para os pacifistas, é preciso continuar a negociar, utilizar as vias diplomáticas.

Paralisado hoje na sua acção, o movimento pacifista esloveno prepara já entretanto o seu futuro.

«É preciso curar a juventude da doença do militarismo — diz Marko Hren — mas é de temer que o clima militarista se arraste por alguns anos».

Delegação do PCP na China

«O movimento comunista internacional continua a ser uma realidade», declarou Álvaro Cunhal à Lusa, em Pequim. «Há possibilidades de recuperação — acrescentou — e, onde os partidos comunistas desaparecerem, os trabalhadores acabarão por ter a necessidade de criar partidos com a mesma identidade».

Álvaro Cunhal frisou ainda que, apesar das dificuldades actuais, «o movimento comunista internacional continua a existir, embora com uma composi-

ção e limites ideológicos diferentes de há dez anos».

Estas declarações foram proferidas no contexto de uma visita à República Popular da China de uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central.

A delegação encontrou-se com Song Ping, membro

do Bureau Político e do CC do Partido Comunista da China, e realizou conversações com uma delegação do PCC, dirigida por Zian Zenin, secretário-geral, que integrava ainda Zhu Liang, membro do Comité Central e Chefe do departamento internacional, e Li Shu Zheng, Chefe-adjunto do mesmo Departamento e outros representantes do PCC.

Posteriormente, a delegação do PCP esteve em Tianjin, onde se encontrou com altos dirigentes e visi-

tou designadamente a Área de Desenvolvimento Económico e Tecnológico de Tiangin e a fábrica de vestuário de Xin Hua.

Álvaro Cunhal fez ainda uma palestra para cerca de 300 jovens na Escola da Juventude Comunista, a que se seguiu a resposta a numerosas questões colocadas.

A delegação seguiu para a República Popular Democrática da Coreia, a convite do Partido do Trabalho da Coreia.

EUA, desemprego

A taxa de desemprego nos Estados Unidos atingiu, em Junho, a barreira dos 07 por cento, ao registar um aumento de 0,1 por cento relativamente ao mês anterior, informou o Departamento norte-americano do trabalho.

O desemprego nos Estados Unidos atingiu, assim, o seu nível mais alto desde Outubro de 1986, com a supressão de 50 mil postos de trabalho e o aparecimento de mais 105 mil pessoas à procura de emprego.

Os dados relativos a Junho levantaram, em alguns sectores, dúvidas quanto à anunciada recuperação da economia norte-americana.

Arafat comenta

O líder da OLP, Yasser Arafat, congratulou-se com o Acordo Líbano-Palestiniano que ocorreu em Sidon (Sul do Líbano), afirmando que ele «abarca todos os pontos» e responde praticamente a «todas as exigências» das duas partes.

No decurso de uma conferência de Imprensa em Tunis, Arafat manifestou-se esperançado que o acordo venha a «concretizar-se no terreno» e salientou que «não haverá mais confrontos entre os irmãos» libaneses e palestinianos.

Arafat, que abordou brevemente esta questão, anunciou que o acordo revoga uma lei adoptada, há vários anos pelo governo libanês, «interditando 51 profissões aos palestinianos» do Líbano. «A revogação desta lei constitui um êxito muito importante e um passo muito positivo» nas relações líbano-palestinianas.

Nova Constituição

A Colômbia, com 32 milhões de habitantes, aprovou uma nova Constituição, através da votação na Assembleia Nacional constituinte, reunida em Santa Fé de Bogotá, a nova denominação oficial da capital.

Elaborada depois de 150 dias de debates, a nova Constituição, assinada em cerimónia solene pelos 74 membros da Assembleia Constituinte, «divide em dois a história da Colômbia», disse o presidente César Gaviria.

O estado de sítio em vigor na Colômbia desde o 1.º de Maio de 1984, foi levantado pelo governo.

Estão previstas eleições gerais para 27 de Outubro.

China-Egipto

As consultas do primeiro-ministro chinês Li Peng com os dirigentes egípcios resultaram numa «convergência de pontos de vista», declarou um porta-voz oficial chinês.

A China e o Egipto acordaram na «necessidade de eliminar as sequelas negativas da guerra do Golfo» e reconhecem que «a nova ordem internacional deve ser baseada na soberania, igualdade e nos interesses mútuos de todos os países», declarou o responsável chinês no decurso de uma conferência de imprensa no Cairo.

China e Egipto concordaram também na necessidade da participação de todos os países nas negociações internacionais sobre limitação de armas nucleares, acrescentou, sublinhando «o grande interesse dado por Pequim à questão do controlo das armas de destruição maciça».

Precisou ainda que a aplicação de uma eventual limitação de armas no Médio Oriente devia estender-se a todos os países da região, sem excepção.

África ameaçada

O secretário-geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, advertiu que os países de África serão assolados por uma «tragédia de dimensões catastróficas», a menos que seja intensificado o auxílio internacional.

Declarou que o continente estava à beira de uma crise sem precedentes e que, se não forem tomadas medidas urgentes, mais de metade da sua população estará a viver abaixo do limiar de pobreza até ao final da década de 90.

Falando na abertura de uma sessão de três semanas do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, em Genebra, Perez de Cuellar propôs a realização de uma conferência internacional sobre financiamentos de desenvolvimento para debater esta questão.

Adiantou que, apesar das importantes reformas lançadas a nível das várias nações, as condições económicas na maioria dos países africanos continuavam a deteriorar-se.

«É evidente que o apoio da Comunidade Internacional não foi suficiente», notou, advertindo que a menos que o auxílio seja intensificado, «o resultado será uma tragédia humana de dimensões catastróficas».

A mecânica da laranja

A opinião pública está cada dia confrontada com a escalada de desinformação que prossegue na RTP. Os espectadores portugueses são vítimas quotidianas da arrogância e da agressão à sua inteligência e consciência cívica, por parte da Informação do serviço público de Televisão. A Redacção do «Avante!», atenta ao problema, fez a análise dos noticiários de maior audiência transmitidos nos últimos cinco dias da passada semana. Aqui ficam alguns dados não exaustivos expostos à reflexão de cada um. Para o leitor, é tempo de julgar. E de agir.



4.ª-feira, 3.07.91
Telejornal, 19.30

Ao contrário do que é habitual, as notícias nacionais dão início ao Telejornal. Naturalmente porque, desta vez, tal alinhamento é favorável à promoção do Governo, e a RTP não brinca em serviço.

É a «luz verde» dada pela CEE ao projecto FORD/VW, com a retrospectiva das negociações, a indicação das vantagens para a região de Setúbal (ignorando vozes que, em sentido contrário, se têm pronunciado) e, sobretudo, as declarações do Ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, o primeiro-ministro-laranja a surgir neste serviço informativo.

Estas benfeitorias em termos económicos e de emprego são de imediato ligadas pelos editores do Telejornal aos indicadores estatísticos sobre o «Mercado do Trabalho» publicados pelo INE. Por eles, os espectadores-eleitores ficam a saber (acriticamente, sem possibilidade de contestação ou interpretação qualitativa, diversa, dos dados apresentados) que haveria menos desemprego, menos jovens à procura do primeiro emprego, menos contratos a prazo. Tudo reforçado, em termos de imagem pelos quadros e legendas que a «painting box», nestas ocasiões, costuma debitar. Que os dados do relatório semestral da OCDE, a seguir apresentados, signifiquem que «nem tudo são rosas» ou que se regista um abrandamento do crescimento económico, é facto que só servirá para se alegar o carácter «independente» e «descomprometido» do Telejornal face ao poder político, tanto mais que (a RTP é perita nisso) tudo é apresentado numa peça em que tais fenómenos seriam, afinal, comuns às economias europeias.

Mais tarde, depois do intervalo, o Telejornal regressaria à actualidade nacional. Naturalmente porque se tratava de prestar mais um serviço ao Chefe, mesmo que através de uma peça antológica de como se faz Televisão a partir da Rádio! (Ver caixa...)

Mas não só: claro que ao

outro espectáculo encenado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Oliveira Costa, na conferência de imprensa dessa tarde, não podia deixar de se dar relevo. É certo que (talvez para desdramatizar) a repórter de serviço dissera, em voz «off»: «tempo de eleições é, sem dúvida, tempo para qualquer governo, seja ele qual for, apresentar trabalho feito para avivar a memória dos eleitores mais distraídos». O facto é que, tudo espremido, Oliveira Costa não foi capaz de explicar... o inexplicável, esta verdade comezinha: apesar de a taxa de tributação portuguesa ser, segundo ele, a mais baixa da Europa, o rendimento líquido dos cidadãos portugueses continua a ser, também, dos mais gritantemente baixos. Onde está a pretensa vantagem? O nosso problema é que, sendo isto assim, tal realidade fique diluída ou subvertida pela «política espectáculo» que a RTP amplifica para mistificar os portugueses.

Mas o elenco governamental deste Telejornal não estava ainda completo. Quando é necessário, até o Desporto serve! E Roberto Carneiro consegue o seu tempo de antena através da cobertura da conferência de imprensa da Comissão Para o Desenvolvimento da Lei de Bases do Sistema Desportivo. Com som directo, claro!

Entretanto, antes depois do intervalo, para além de uma reportagem sem som sobre a reunião da Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativa ao caso FP-25, o Telejornal dedicara parte do seu tempo à actualidade internacional: a crise na Jugoslávia, a reunião da CSCE em Praga, a Conferência do ANC em Durban, o ataque do exército libanês aos campos palestinianos. Digna de nota foi a reportagem da visita de Lech Walesa à sede da NATO, em Bruxelas. A julgar pelo que nos contou o correspondente da RTP, Mário Moura, «fontes diplomáticas adiantaram que Walesa não exclui uma eventual intervenção da NATO para resolver o conflito jugoslavo, hipótese rejeitada categoricamente pelo Secretário-Geral da aliança». Edificante! Mas Mário Moura ainda deu uma mão a Walesa: «(...) está diferente, tornou-se um homem de Estado. Longe vão os tempos de revolucionário electricista dos estaleiros de Gdansk. Na primeira visita à sede da NATO,

Lech Walesa revelou-se um político inteligente e pragmático, com sentido de oportunidade e de omissão.» (...)

Que teria o rapaz omitido? Ou seria «missão»?



5.ª-feira, 4.07.91
Telejornal, 19.30

Para além do «Folhetim Marques Mendes» (ver caixa), peça de resistência do telejornal, também a restante actualidade nacional ficou desta vez reservada para a segunda parte.

Assim, o serviço noticioso começou pelos acontecimentos internacionais e, desde logo, pela demissão de Chevardnaze do PCUS. E aí temos, com a objectividade, clarividência e elevado sentido de rigor informativo, uma peça em vários andamentos: imagens de arquivo, a propósito e a despropósito; retrospectiva da evolução do político; e, claro, a imprescindível contribuição esclarecedora de Carlos Fino, correspondente em Moscovo, mas hoje, pelo telefone, e de Praga. Muito trabalha o homem!

Que não! Que não era bem assim como dizia Vasco Trigo, que não se tratava de mais um elemento de perturbação da... Gorbachov até considerara que... Mas, mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo: Fino admite, afinal, que o nascimento, assim e agora, de um novo agrupamento político é uma tentativa para encontrar uma «alternativa a esta força muito grande que continua a ser o PCUS», que «estamos perante um plano», que há «jogadas muito fortes no interior do PCUS».

O telejornal dedicou, depois, a sua atenção à reunião em Praga da CSCE sobre a crise jugoslava, aos seus reflexos na Espanha, à Conferência do ANC em Durban. Não podendo reprimir a cegueira do seu anticomunismo, o texto «off» desta última peça rezava que «os (...) dirigentes máximos (do ANC) analisaram, à porta fechada e à margem do Congresso, as principais razões que impedem o ANC de ganhar significativos apoios fora desta sala (sic). Decorrem, de facto, de a

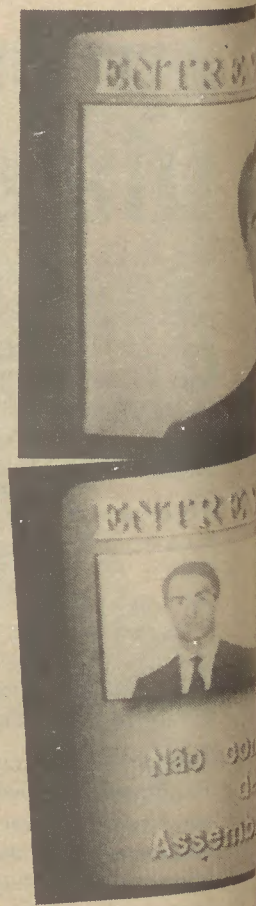
organização estar fortemente ligada ao Partido Comunista, de o movimento ser conotado como uma organização especificamente de negros (a imagem da tribuna desmentia esta afirmação), da falta de informação e de um sentimento excessivo de confiança por parte dos seus membros.» Já nem sequer se tenta disfarçar o ridículo em que se cai!

Depois do intervalo vem, então, o bloco das notícias nacionais: novo serviço de urgências no Hospital dos Capuchos, com a presença de mais um ministro, Arlindo de Carvalho, e declarações deste. São referidas pelo repórter divergências sobre a matéria com os profissionais da Saúde. Mas, mais uma vez, como nas últimas semanas, nenhuma estrutura sindical é ouvida! Segue-se uma peça sobre a visita a Belém de uma delegação de advogados dos presos das FP-25 e uma reportagem, sem som directo, da cerimónia de assinatura, pelo Presidente da República, da «Declaração Mundial para a Sobrevivência, a Protecção e o Desenvolvimento da Criança».

Mas o Telejornal não poderia acabar assim! Para mais um serviço ao Governolaranja e ao PSD (e, já agora, ao CDS), o bloco da actualidade nacional acabaria, antes do Desporto, com imagens e sons da visita que Cavaco iniciara aos Açores («chegou-nos agora a reportagem») imediatamente antecedida por um precioso intróito que surgira nesse dia. Nem de propósito! Uma conferência de imprensa de Krus Abecasis, subordinada ao tema «Absolutismo e Maiorias Absolutas!» Em estilo MRPP, Abecasis começa por proclamar: «Não às maiorias vermelhas ou laranjas!». E, na perspectiva de a «maioria absoluta» ser já uma miragem (transformada, agora, em «maioria clara»), Abecasis, e o Telejornal com ele, puxam por uma maioria de direita. Assim: «Não penso que em Portugal haja outra voz dissonante que se possa adicionar a uma maioria, que não seja uma voz vinda do CDS.» Ou, ainda: «Nem vale a pena sequer falar sobre isso, porque eu penso que qualquer pessoa minimamente atenta neste país sabe que, neste momento, não há outro partido (que não o PSD, entenda-se) com possibilidade de ganhar as eleições.»

Assim se partidariza a RTP!

Fazendo crer que não!



Cavaco Silva em «fotomontagem»

O impensável aconteceu. Insaciável no seu desejo, o Telejornal caiu na armadilha da memória, nos últimos dias e estéticas informativas.

Querendo aproveitar a oportunidade, o TFS, tornando-a monótona, escortinharam-na e apresentaram-na com ilustrações mais possíveis, incómodas e factuais, tudo serve à Televisão.

Percebe-se a intenção acutilante do ponto de vista da origem das citações que se fazem, mesmo que, para tal, haja mais possíveis, incómodas e factuais, tudo serve à Televisão.

Mesmo um novo e inovador «rito» a 19 (!) pessoas anónimas (o que conferência), contactadas pelo serviço sobre a entrevista. Desse confronto entre S. Bento e Cavaco pensava que era Cavaco. Desta vez, nenhuma das perguntas que «não sabe» ou «não responde» dá lugar a uma sondagem.

No final, reforçando a ideia, Horas não conseguiu a sua ca. Vergonha?



6.ª-feira, 5.07.91
Telejornal, 19.30

Se na véspera, o telejornal se demitira de desempenhar cabalmente a sua função de serviço público, ao silenciar deliberadamente (em nome da apreçoada «estabilidade social») a greve da CP, não cuidando sequer, através desta informação, de alertar os cerca de 700 000 cidadãos interessados no facto para a possibilidade de utilização dos (mesmo que insuficientes) «serviços alternativos», já na 6.ª-feira, por não poder ocultar mais a pública e notória ocorrência, à greve foi dado um tratamento mais do que secundário. Os editores



Avante!

Director

António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 4

11 de Julho de 1991

Não pode ser vendido separadamente

AMORA-SEIXAL • 6, 7 e 8 SETEMBRO

A festa! /

A «Festa!»

vai começar

Está quase. A «festa!» vai começar. Os aspectos de divulgação da «festa!» estão a ser neste momento trabalhados, podendo já um pouco por todo o país serem vistos cartazes e pendões alusivos à XV edição deste acontecimento político-cultural. À disposição de todos está já a EP e verifica-se a necessidade de as organizações *agarrarem* com determinação e empenho a venda desse ingresso na «festa!». É que só assim serão facultados os meios necessários à concretização dos trabalhos preparatórios da Festa do «Avante!», quer os que dizem respeito à organização central, quer os que dizem respeito às organizações regionais. Ao longo das últimas semanas temos dado aqui notícia de algumas das novidades que constituirão a «festa!» deste ano.

Destaque para a colocação de plataformas em zonas junto ao Tejo anteriormente fechadas ao público, com um *Mira Rio*, restaurante explorado por uma conceituada casa comercial que terá oportunidade de dar ao visitante da «festa!» um tipo de serviço completamente diferente do que é habitual.

Embora a «festa!» mantenha as características essenciais do zonamento anterior, ela vai aproximar-se mais do limite do terreno sobranceiro ao rio. Com efeito, mantém-se a alameda principal - desde a entrada da Cruz de Pau, desembocando no recinto do Palco, a alameda que nasce na entrada da Medeira e que igualmente termina neste recinto e ainda uma

terceira alameda que ligará a zona do Desporto e do Arraial ao recinto do palco principal da «festa!» e que servirá as organizações e estruturas a implantar na zona, actualmente ocupada pelo depósito de águas e ruínas e onde estará o referido *Mira Rio*.

Uma oportunidade para todos nós poderemos disfrutar de panoramas antes desconhecidos, quer da própria «festa!», quer do Tejo.

A sétima Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!» funcionará nos moldes anteriores, isto é, em forma de completa abertura às mais diferentes técnicas, processos e correntes estéticas das artes plásticas nacionais. A Bienal será, mais uma vez, uma das importantes componentes culturais do Pavilhão Central da «festa!».

Outra novidade importante diz respeito à construção para a «festa!» deste ano de um espaço próprio, tecnicamente

mais adequado, para o funcionamento do Avanteatro.

Também o Centro do Livro e do Disco vai beneficiar de uma estrutura mais consentânea com as tradições que implantou na Festa do «Avante!», enquanto é de assinalar que, igualmente, a zona desportiva vai beneficiar de obras que permitem um adequado desenvolvimento das diferentes modalidades, em terreno mais apropriado.

Uma festa em construção

A participação dos comunistas e de muitos amigos nas Jornadas de Trabalho que até Setembro todos os fins-de-semana ocorrem na Atalaia é um acto importante e imprescindível para a concretização da «festa!».

Todos os anos assim é. Deixemos um apelo a todos os que possam dar uma ajuda aos trabalhos no terreno, nomeadamente montadores de estruturas, carpinteiros, electricistas, pedreiros e outros.

Aqui fica a notícia da existência de transportes para todos os que desejem participar nessa outra festa que são estas Jornadas de Trabalho: para a

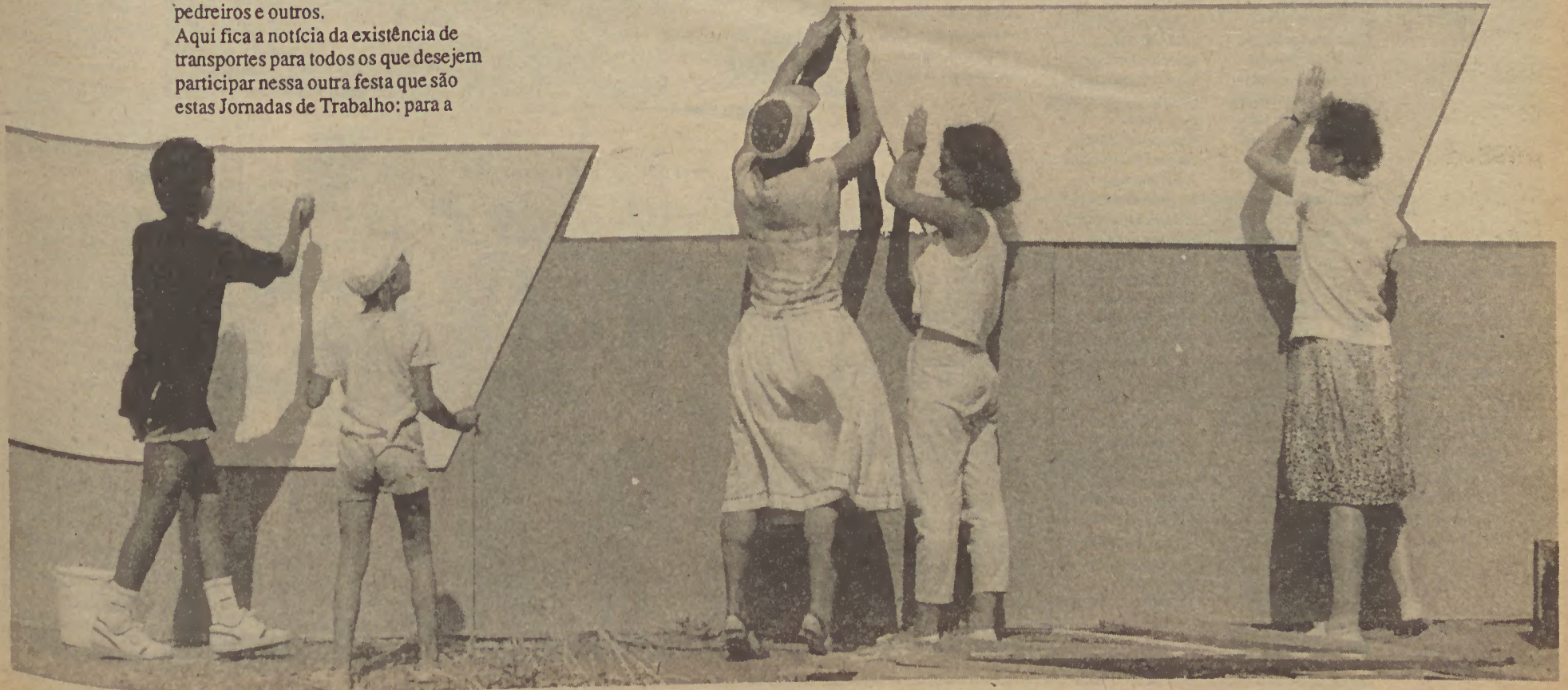
região de Lisboa, tal como o ano passado, partirão autocarros para o terreno da «festa!» de Cacilhas em frente ao refeitório da Parry & Son entre as oito e 30 e as nove horas de sábado e domingo.

Já nos próximos sábado e domingo, em relação a organizações da Direcção de Organização Regional de Lisboa (DORL), têm marcadas jornadas de trabalho as organizações do PCP da

zona ocidental da cidade de Lisboa e empresas da zona oriental da cidade, Sintra, Loures, Vila Franca e Câmara Municipal de Lisboa enquanto para o fim-de-semana posterior marcarão presença as organizações de Oeiras, sector sindical, transportes, zona centro e oriental de Lisboa.

Os comunistas orgulham-se de, com as suas mãos, o seu esforço, a sua

imaginação, o seu trabalho terem a capacidade de ajudar a construir anualmente um acontecimento com as características da Festa do «Avante!». É o esforço de muitos milhares que ao longo dos meses concebem e constroem a «cidade de três dias» a representar em cor, luz e som o país que nós somos e a visão do mundo que temos.



Adereços

Estão connosco. Desde sempre ou surgindo de surpresa para nosso agrado. Oferecem-se aos sentidos. São parte da «festa!». Aqui estão vinte e um. Claro, podiam ser mais.



1 Tubos: Faça-se o elogio do tubo. Apesar de a compra do terreno da Atalaia permitir a construção de estruturas com carácter permanente, a necessária diversidade que se pretende dar à «festa!», de ano para ano, implicará sempre a utilização deste valioso material em grande parte das construções. Os tubos são polivalentes, resistentes, económicos, reutilizáveis, até decorativos. O tubo não é tudo, mas é muito. Suporta palcos, simula casas, segura painéis, estrutura pavilhões, desenha restaurantes... Qualidades talvez antes insuspeitadas, mas a imaginação aplicada em catorze Festas do «Avante!» já provou ser o tubo matéria-prima com valor de muitos quilates. A grande infra-estrutura. Que o digam os homens dos gabinetes de projecto!

2 Sol: Quando uma vez ele faltou à «festa!», todos deram por isso. Nunca é de mais.

3 Sombra: Quando falta à «festa!», todos dão por isso. Nunca é de mais.



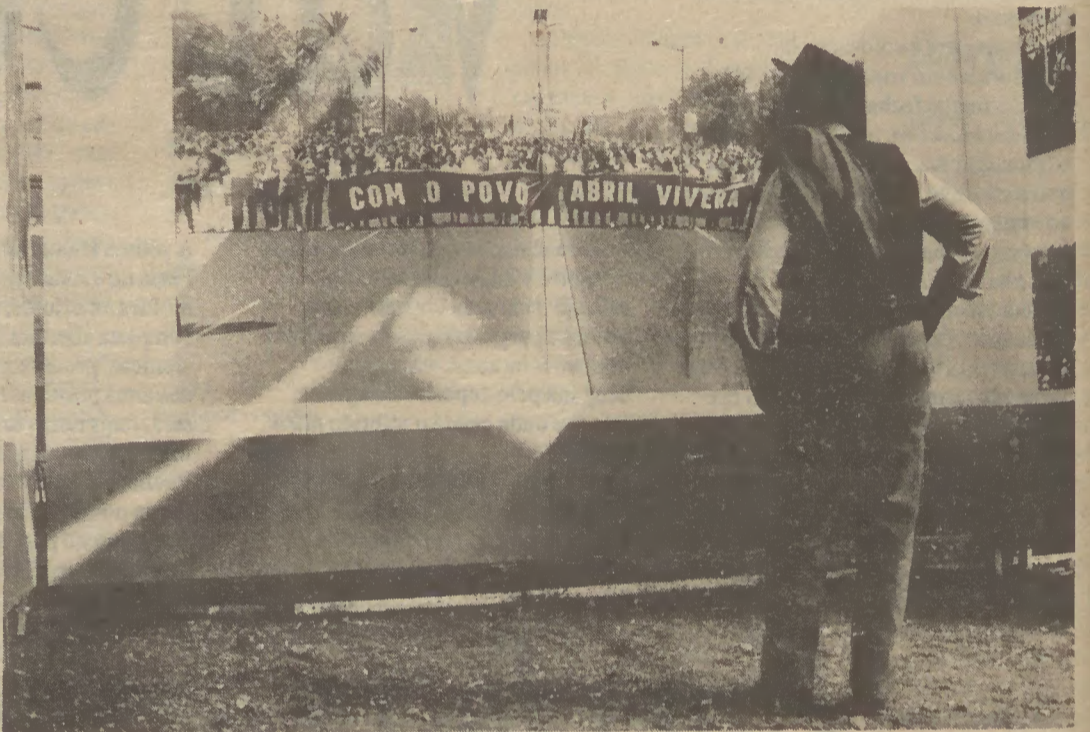
4 EP: Significa «entrada permanente» e é o nome do pequeno bilhete que dá acesso ao recinto da «festa!» durante os três dias da sua realização. Chega para todos e basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP espalhados pelo país e nas mãos de dezenas de milhares de activistas. A organização apela a uma compra antecipada deste ingresso, quer para facilitar o acesso quer para ajudar financeiramente a concretizar iniciativas. A EP tem uma originalidade em relação à maioria dos bilhetes para espectáculos: parte-se aos bocados (quatro), um por cada dia de festa que passa e mais outro para se guardar no fim a servir de recordação. Nas entradas da Festa do «Avante!» fica um mar colorido espalhado pelo chão de milhares de bilhetes cortados. Porque a EP é bonita, alguns compram uma suplementar que guardam na colecção... completa!

5 Verde: Não será propriamente uma tradição na «festa!». Mas a compra do terreno da Atalaia vai permitir que ao longo dos anos seja cada vez maior a zona verde, substituindo aos poucos o ocre da terra, a poeira/senão desta bela «festa!». Para já, este ano, na zona fronteiriça ao palco 25 de Abril foi já implantada uma zona verde actualmente submetida a rega intensa. Este ano aparecerá, para o ano será mais consistente. E depois crescerá, como a «festa!» cresceu em dezasseis anos.

6 Copos e garrafas: São muitos e estão espalhados por todo o lado. Bebe-se porque há alegria e porque se saúdam coisas estimáveis. Uma trabalhadeira quando toca a limpar...

9 25 de Abril: Não fora o 25 de Abril... Todos os adereços da Festa do «Avante!» só existem porque em 1974 a liberdade foi conquistada. Na «festa!» é Avenida e palco; o principal. Poderá acontecer (poderá mesmo?) que um dia não haja um único momento ou um espaço da

«festa!» explicitamente dedicado à Revolução dos Cravos; mas toda a «festa!», todas as festas, a ela estão devedoras e dela são adereços complementares, posteriores, perpetuadores.



6 Tejo: No percurso acidentado que as quinze edições da «festa!» percorreram quanto a localização, o Tejo ora esteve connosco ora nos fugiu. Regressou em todo o seu esplendor o ano passado na Atalaia. Este ano vamos estar ainda mais perto dele. Com o Tejo a «festa!» é mais bonita. E há uma brisa.

7 Tenda: Há o acampamento na orla da «festa!» dos que ali estão a trabalhar. Há duas tendas de circo que servem para outros maiores espectáculos do mundo. O auditório 1º de Maio com alguma da melhor música que alguma vez passou «ao vivo» no nosso país. Os livros e os discos no Centro desses dois valores perenes da criatividade humana. Tradições na «festa!».



10 Objectos soltos: Canivetes, talheres, candeeiros, brinquedos, caixas, jatas. Artesanato e memória do tempo. Barros, navalhas e vergas. Um país que se mostra. Bonecos, barros, louças, peles, cestos, cadeiras, couros... levamos para casa.

11 Lenço: Vermelho, branco, xadrez, florido, palestiano, bordado, impresso, em algodão ou linho, mesmo fibroso e sintético. São emblemas, identificações, tomadas de posição, regionalismos, tradições. Estão na «festa!» e protegem do sol, limpam suores, narizes de criança. Improvisam tapetes ou almofadas ou chapéus ou toalhas ou babetes ou estandartes ou bolsas ou...

da «festa!»

12 Bota: Apesar do calor! De couro, carneira, borracha ou sintético ténis. Alentejana, da tropa, ortopédica, desportista, até improvisada. A bota é um dos adereços predominantes e fundamentais da «festa!». Só ela resiste à solicitação bem intencionada do visitante que tudo quer ver na tarde de sexta-feira, até chegar a um estado de benevolente fastio, sábado à noite - é então que se faz a selecção, que se escolhe, restringe, sacrifica, classifica; é então que se decide ver «só o que vale a pena». Mesmo assim não se resiste a dar outra voltinha para rever o pavilhão mais apreciado ou apreciar o restaurante mais condimentado. A bota a tudo resiste, mesmo aos homéricos e últimos 500 metros que os filhos exigem, domingo à meia-noite: a derradeira viagem de roda gigante...



13 Abraços: São muitos os abraços dados ao longo dos três dias da «festa!». Manifestam alegria que este é um local de encontros e reencontros. Todos os anos...

14 Roda: Falamos da roda gigante. É um divertimento, um local privilegiado para visionar a «festa!». As crianças gostam, os mais crescidos também. Mas a roda é sobretudo uma visão. Lentamente, move-se. Rotação incessante. Como o mundo.

15 Pessoas: Muitas, diferentes. A razão e a construção da «festa!».

16 Petiscos: Aqui vai a ementa: broa de Mirandela, vinhos de Alijó, feijoada à transmontana, canelos de porco fumado, chispe, orelheira, linguíça fumada, broa, pão de centeio de Mirandela. Cristas de galo, vinhos do Douro, moscatel de Favaio. Tripas à moda do Porto, caldo verde, bacalhau. Caldeirada de Sines, arroz de tamboril de Setúbal, caldeirada de enguias do Seixal, marisco de Sesimbra. Vinhos do Fundão, de Pinhel e de Meda, queijos picantes de Malpica do Tejo, também os da Serra ou cabreiro e ainda os chouriços de carne, os paios do lombo, as paiolas ou o presunto. Chá e broas de mel, o leitão à Bairrada, atum fresco, cozido à portuguesa ou, até, um hamburger no pão. Os estranhos petiscos da Cidade Internacional... E há muito mais, que «festa!» é fartura!

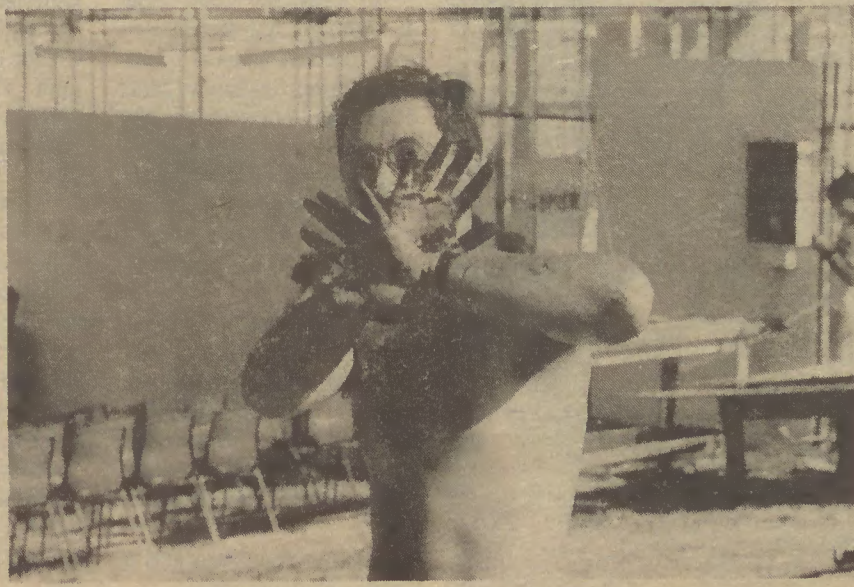


17 Cabelos: Esvoaçam sedosos e longos, louros, morenos e ruivos. Também verdes, azuis, amarelos e vermelhos. Caracóis, carapinhas, ondulados, lisos, penteados caprichosos. Escovinhas, canudos, tranças, rabos-de-cavalo. Tradicionais, geracionais, clássicos, exuberantes, discretos. Ornamentos, gel, brilhantina, fixadores, lacas, amaciadores. Carecas. A «festa!» é um mundo, recebe o mundo e todos os cabelos do mundo.

18 Bandeiras: Há quem diga que a Festa do «Avante!» é uma bandeira dos comunistas portugueses. Pois claro que é! E ela e eles bem o merecem: a «festa!» é bem bonita e com ela os comunistas mostram o seu carácter realizador, ponto final. Para além disso, muitas bandeiras ondulam nos céus cimeiros ao terreno da «festa!», cores diversas em simples decorações. E muitos transportam as bandeiras que seus corações preferem. A bandeira está associada a todas as festas, é um dos seus símbolos tradicionais. Aqui terá expressão máxima no comício de domingo: são milhares, galvanizantes, espectaculares.

19 Guitarra: É o instrumento. É a pequena orquestra portátil. Está em todos os palcos e fora deles, que há quem leve a sua para tocar em rodas de amigos. Está em toda a música popular, em pessoa ou representada por dignos parentes. Está no rock, seja «n roll ou and roll ou etiqueta nenhuma. Está nos ritmos, seja blues, brasileiro ou africano. Está acústica, electricada ou sintetizada. Está no jazz ou no experimentalismo. É heavy ou soft, dedilhada, arpejada, sacudida, solada, acompanhada, distorcida, ampliada, sensual, violenta, talentosa. Fala português, estrangeiro. É babel. Está na «festa!».

20 Transportes: São eles que nos levam e nos trazem da «festa!». São pensados e organizados de modo a que de todo o país e dos arredores da Atalaia se chegue e se parta de forma eficaz. Agora até de barco, a apanhar o fresco do rio. Dentro deles também se faz festa que as alegrias devem transbordar um pouco.



21 Mão: É a base do trabalho que constrói a «festa!». É o contacto mais desejado pelos que nela se reencontram. Aqui com mãos tudo se faz e três dias depois é com mãos que tudo se desfaz. Com as mãos se acena adeus até para o ano! A mão é humana...





Ora
aí está:

Abaixo os «planos» para o Alto da Ajuda!

A Comissão do Ambiente embargou há dias a construção da Universidade Técnica de Lisboa nos terrenos do Alto da Ajuda, no Parque Nacional de Monsanto, invocando o que sempre foi óbvio para o detentor de um par de olhos minimamente operacional: que o local — integrado, em pleno, no grande Parque Natural da cidade de Lisboa — não deve ser agredido com a construção de um equipamento de tal envergadura.

A notícia poderia ficar por aqui se não tivesse um antecedente do tamanho de seis anos, deixando à mostra

um dos mais compridos rabos de palha da gestão Abecasis, à frente da Câmara Municipal de Lisboa. Acontece que estes terrenos do Alto da Ajuda abrigaram a Festa do «Avante!» durante sete anos consecutivos, para benefício quer da sua preservação e fruição, quer da zona da cidade onde estão inseridos. Seria a misteriosa e súbita decisão da gestão de Kruz Abecasis, em 1986, de conceder os terrenos para a construção da Universidade Técnica de Lisboa, que desalojou a Festa do local e acabaria, mesmo, por inviabilizar a sua realização nesse ano. Já nessa altura entrava pelos olhos dentro o absurdo, para

não dizer a irresponsabilidade, de erguer um complexo arquitectónico da envergadura de uma Universidade Técnica de Lisboa em pleno Parque Natural de Monsanto. Mesmo sem recorrer a ambientalistas ou considerar os protestos então afirmados pela Comissão Directiva do Parque (que, de resto, não foi ouvida para a decisão), qualquer pessoa se apercebia da estupidez de tal opção. Enquanto o PCP criticava acerbamente este atentado ao património da capital, a direcção da Festa do «Avante!» procurava, nesse já longínquo ano de 1986, garantir pelo menos a realização da Festa desse ano no Alto da Ajuda, contactando para isso três entidades: a Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (que não levantou qualquer obstáculo, tanto mais que nem sequer se sabia quando começariam as obras), o então ministro da Educação, Deus Pinheiro (que, já calhado no estilo de passar a bola a outros, respondeu que «os terrenos estavam cedidos à Universidade e a situação lhe escapava») e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o inefável engenheiro Abecasis, onde se acabou por localizar o nó do problema.

Recebendo a direcção da Festa acompanhado do vereador do CDS Pedro Feist — e quando já era inviável encontrar outro local — Abecasis começou por negar redondamente o terreno, invocando que «as terraplanagens iam começar em Setembro» (outro prodígio, considerando que nem projecto ainda havia para a construção da Universidade), ao que lhe foi respondido que tal não constituiria problema dado que a Festa do «Avante!» se comprometia a libertar o terreno nessa altura, argumento que Pedro Feist considerou razoável mas que Abecasis, atulhado de anticomunismo, não escutou.

Passaram os meses e os anos e de terraplanagens nem novas nem mandados, tal como não avançaram nem projectos nem Universidade Técnica, enquanto os terrenos do Alto da Ajuda, abandonados dos cuidados que durante todo o ano a estrutura da Festa lhes dispensava, se afogaram em mato e entulho. Passados seis anos, a ideia peregrina de construir um complexo universitário em Monsanto foi felizmente chumbada, como igualmente o foi Kruz Abecasis à frente da Câmara Municipal de Lisboa, o que demonstra que as desgraças podem não vir sós, mas também não duram sempre...

Entretanto a Festa adquiriu terreno próprio num esforço de 150 000 contos onde, no final, quem ficou a perder foi a cidade de Lisboa, que deixou de albergar a maior manifestação cultural de massas que se realiza no País e se viu privada dos melhores zeladores que, jamais, o Alto da Ajuda teve. Mais uma consequência da demora em expulsar da gestão da cidade o patético homenzinho que a queria «incendiar»...

DIA DA FEIRA



A Associação de Estudantes das Escolas de Todos os Países Estrangeiros e de Outros Locais Desconhecidos da Cidade de Lisboa organizou uma visita à capital do nosso país. A excursão tem guia. Alfacinha de gema, claro! Fora exigido pela agência de viagens.

Em várias línguas ele explica as vistas. Entre «ohs» e «ahs» de admiração, o grupo passa a Sé e chega ao Campo de Santa Clara numa quinta-feira ensolarada:

«Cá estamos neste lugar de velharias, que atraí curiosos e que em Lisboa se anima neste Campo de Santa Clara, duas vezes por semana, depois de ao longo dos séculos ter percorrido vários locais da cidade: o chão da Feira (junto ao Castelo), o Rossio, a Praça da Alegria e o Campo de Sant'Ana».

Dito isto também em inglês, francês, alemão e espanhol o guia descobre-se só, com a alegre comitiva estudantil perdida já entre a balbúrdia compradora de quinquilharias desconcertantes.

Resignado, prossegue o seu discurso mecânico:

«Eis-nos chegados, depois de algum caminhar, a um sítio mil vezes desejado: Feira da Ladra».

Ainda tentou reiniciar em inglês. Olhou em volta, desistiu e caminhou para o autocarro de aluguer.

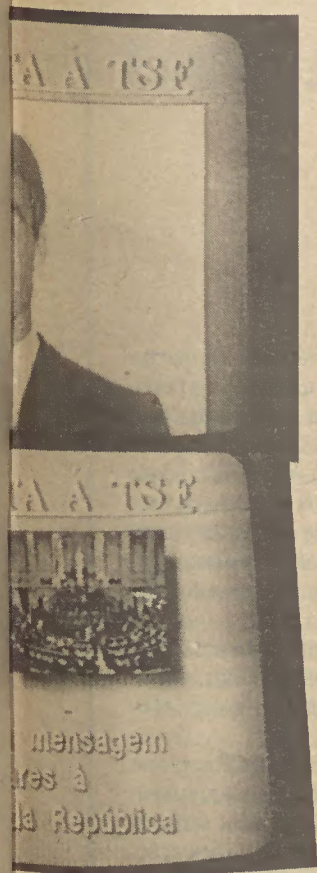
Ficou à espera dos seus estudantes, vindo ao longe alguns deles, negociando em gestos vigorosos, aquisições extraordinárias...

Claro que nenhuma Associação de Estudantes das Escolas de Todos os Países Estrangeiros e de Outros Locais Desconhecidos da Cidade de Lisboa organizará uma visita à Festa do «Avante!», mas a DORL vai organizar uma Feira da Ladra.

Será, mais uma vez, o recriar desta velha tradição lisboeta. A DORL conta para isso com as vossas antiguidades: loiças, gravatas, lenços, botões, livros e tudo o mais com que os velhos baús perdidos em vossas casas possam contribuir.

Essas velharias poderão ser enviadas para o Centro de Trabalho Vitória, Organização dos Professores, em Lisboa.

OCO



n»

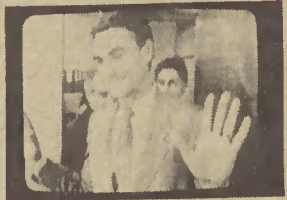
4.ª feira, 3.07.91!
 sem servir o Primeiro-Ministro...
 não se passa mais nada neste país?
 Passa: o telejornal foi a Londres, fazer reportagens sobre a instalação das canalizações de distribuição do gás natural. Mas a RTP tem uma tendência irremediável para se referir aos chefes. E, mesmo referindo-se a outros que não o Chefe, a língua desliza-lhe, em frequente lapso: «o chefe da autarquia e o Presidente da Gás de Portugal quiseram estar presentes», disse o telejornal. Mas só ouviu este. Aquele, pelos vistos, embora «chefe» não tinha nada de especialmente interessante para dizer. A língua portuguesa é muito traçoieira...
 entrevista de Cavaco Silva à televisão, foram à gravação, em o som de largos excertos, os e legendas.
 formar uma entrevista, viva e falístico, em passiva fonte de chamam ao Governo e ao PSD, que manipular e silenciar, o entrevistas dos entrevistados! De ranja! Mesmo o risco das abda campanha promocional.
 sistema de «sondagem-inquérites da vida portuguesa, r» e «isenção» ao empreendioras» dessa noite para opinar consideraram que não existe me, das outras 5, apenas uma nsável pelo eventual conflito. nas personalidades confessou nde». Uma falha na credibili- dor para o anonimato, o «24 r com a habitual Ficha Técnica

nião do Ministro da Justiça com a Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais acerca das eventuais alterações à Lei do Indulto, a RTP ouviu, além de Laborinho Lúcio, representantes de quatro partidos com representação parlamentar (PSD, PS, PCP, CDS) e, sobre o termo da greve da fome, dois dos presos das FP-25.

Tamanha e inusitada «abertura» não chegou, nem de longe, para tornar claras as várias posições sobre o assunto. Compreende-se: o PSD tem as mãos sujas e a consciência pesada. Faça-se o frete e acabe-se com isto, depressa!

Mas, para além do Ministro da Justiça, o telejornal ainda arranjou espaço para mais três ministros: o da Defesa, em Tancos; o da Educação, em Vila Nova de Gaia; o dos Negócios Estrangeiros, em Haia. E para a romagem de Cavaco Silva por terras dos Açores. Notícias supérfluas? Presenças forçadas? Nestes casos concretos, naturalmente que não. Mas serão apenas estes os protagonistas e os temas da vida nacional que há para cobrir? Não se passa mais nada neste país?

Passa: o telejornal foi a Londres, fazer reportagens sobre a instalação das canalizações de distribuição do gás natural. Mas a RTP tem uma tendência irremediável para se referir aos chefes. E, mesmo referindo-se a outros que não o Chefe, a língua desliza-lhe, em frequente lapso: «o chefe da autarquia e o Presidente da Gás de Portugal quiseram estar presentes», disse o telejornal. Mas só ouviu este. Aquele, pelos vistos, embora «chefe» não tinha nada de especialmente interessante para dizer. A língua portuguesa é muito traçoieira...
 Mas Albarán gosta de conversar. E durante muito mais tempo, se possível. E, para ele, nada melhor do que, num programa que se chama **Jornal de Sábado**, transformá-lo em «talk-show» e — por entre ligações frustrantes e frustradas ao telefone de Carlos Fino, em Braga, ao satélite de Helder Antunes, em Zagreb, ou ao emissor da RTP-Açores — aproveitar o tempo para charlar sobre um tema de grandíssima actualidade e repercussão nacional como é o... «time sharing».



Sábado, 6.07.91
Jornal de Sábado

A nova «vedeta» do **Jornal de Sábado** é Artur Albarán. Ele veio substituir (conjunturalmente?) o omnipresente Moniz, ainda sem lata para voltar a aparecer.

Albarán faz «que sim» com a cabeça, sublinhando as douras frases e considerações que tece, movimentando-se indolentemente na cadeira, refastela-se mesmo, conversa com entrevistados e comentadores como se estivesse, não na Televisão, mas em casa ou no café, como se fosse dono daquilo! Com aquela noção de impunidade e de irresponsabilidade que lhe é quotidianamente transmitida por chefias, por Conselhos de Gerência.

No último **Jornal de Sábado**, Albarán, como que em família, manifestou o seu «prazer» em conversar com Mário Crespo que, para além de tudo o que já faz na RTP, foi, desde há meses, promo-

vido a periódico «analista» dos assuntos africanos. Como dizem os seus colegas que o entrevistam amiúde, ele é um «profundo conhecedor da realidade da África Austral». Desta vez, o pretexto foi a Conferência do ANC. 9 minutos e 15 segundos de impressões especulativas.

Mas Albarán gosta de conversar. E durante muito mais tempo, se possível. E, para ele, nada melhor do que, num programa que se chama **Jornal de Sábado**, transformá-lo em «talk-show» e — por entre ligações frustrantes e frustradas ao telefone de Carlos Fino, em Braga, ao satélite de Helder Antunes, em Zagreb, ou ao emissor da RTP-Açores — aproveitar o tempo para charlar sobre um tema de grandíssima actualidade e repercussão nacional como é o... «time sharing».

A peça filmada inicial

(com mais de seis minutos) fora mais do que suficiente para esclarecer os espectadores sobre as burlas dos contratos, as formas de publicidade e venda agressivas, as dezenas de queixas dos afectados à Defesa do Consumidor. Mas havia que esperar pela reportagem da visita de Cavaco Silva aos Açores e, assim, Albarán prolongou o «debate» entre Cabrita Neto, governador civil de Faro, e Laranjo Pereira, da Associação Nacional dos Industriais de Turismo e Habitação Periódica, por mais 16 minutos em duas doses, entrecortadas por avarias e falhas técnicas: o «time sharing» ocupou, no seu conjunto, um tempo de emissão total de 22 minutos, praticamente um terço da duração do «Jornal de Sábado!» Um insuportável e escandaloso abuso da paciência e da disponibilidade dos espectadores, como se mais

nada houvesse de importante na realidade política e social para merecer referência.

Mas, até houve: a apresentação aos candidatos do PS do Manifesto Eleitoral, em Santarém, com 1"26"; a conferência de imprensa do CDS na Madeira, com 1"30"; a discussão da composição das listas do PRD, com 36". Tudo com declarações em directo dos dirigentes partidários presentes. E ainda houve a reportagem (43") de um almoço em Casebres com apoiantes da CDU, com a intervenção de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do PCP, sem qualquer som. Comentários para quê?



Domingo, 7.07.91
Jornal de Domingo

Tal como Artur Albarán, também Dina Aguiar está talhada para o que faz na RTP. Agora, é «pivot» do **Jornal de Domingo**, o último serviço noticioso em análise.

Este incluiu dois blocos dedicados à actualidade nacional com cerca de 35 minutos. Coisa farta, mas criteriosamente paginada. Para além de duas notícias sobre Macau (início das obras do Aeroporto local e encerramento de um banco britânico, por descoberta de fraudes e escândalos financeiros), constaram da actualidade nacional as actividades político-partidárias do Domingo. Com esta, significativa, distribuição e tratamento televisivo: a) visita de Cavaco Silva aos Açores: 2"04"; b) Conselho Nacional do PSD, elaboração final das listas de deputados: 1"08"; c) indicação em quadros, com fotos e nomes, de todos os cabeças de lista do PSD de todos os distritos (!): 2"05"; d) Jorge Sampaio, em comício do PS: 1"34"; e) intervenção de Carlos Carvalhas, do PCP, em Braga «naquilo a que chamaram Festa da Alegria» (Dina Aguiar: 1"24"; f) declarações de Freitas do Amaral, do CDS, na Madeira: 1"50". De todos estes apontamentos de reportagem dos partidos da oposição, o referente ao PCP foi o único que, mais uma vez, não teve som directo, mas apenas texto «off».

Até onde irá a provocação e a manipulação da RTP?

Ainda na actualidade nacional, figurou uma entrevista a Otelto Saraiva de Carvalho, ausente em Luanda, a

propósito de acusações do «comando Carlos» à revista «Sábado», da antevéspera!

A RTP, respeitadora do «direito de resposta», teve meios e tempo para fazer o que normalmente não faz em relação a qualquer líder partidário da oposição com representação parlamentar. E encarregou o seu correspondente em Angola, Carlos Albuquerque, de ouvir de Otelto durante quase 5 minutos tristes declarações sobre um tema delicado, sensível e complexo que movimentou, nas últimas semanas, órgãos de soberania, parlamentares, personalidades civis e religiosas. Uma patética irresponsabilidade política e informativa!

Mas ainda faltava um governante-laranja a este **Jornal de Domingo**. O móbil foi fácil de encontrar. Provavelmente, estava em «banho-maria» para de lá sair quando fosse necessário preencher tempo (textos e as imagens referiam, até, ao início, o dia 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente!).

A propósito das instalações de um aterro sanitário em Caxias e dos problemas causados pelo impacto ambiental, a informação da RTP foi fazer uma reportagem ao local e elaborou uma peça de 6"50" que se bastava a si própria: para além dos antecedentes do caso e do relato desenvolvido dos problemas levantados, foram ouvidas duas opiniões de sinal contrário, as de um representante da Comissão de Moradores de Caxias e as do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais.

No final, oportuna, Dina Aguiar tira da manga o Secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia («Trabalho 14 horas por dia, hoje é Domingo e estou aqui!» e faz-nos ouvir longamente o que tinha para dizer. Sobre o tema em questão? Não propriamente: como já acontecera semanas atrás, a propósito das praias com bandeira azul, Macário Correia veio ao **Jornal de Domingo**, não para discutir o problema, mas sim para, insinuosamente e veladamente, atribuir genericamente algumas culpas aos cidadãos e, mesmo, às autarquias, e safar o Governo deste ambiente... Pergunta-se: se o **Jornal de Domingo** queria prosseguir em estúdio o aprofundamento do tema, por que razão deixou a última palavra apenas a um membro do Governo e não o confrontou, por exemplo, em debate, com um representante da Associação Nacional de Municípios?

Francisco Costa



Vale tudo!

A regra primeira do PSD

Se alguém tinha uma réstea de esperança de que, apesar de tudo, o PSD pudesse colocar a si próprio alguns limites, ainda que tímidos e minúsculos, em matéria de oportunismo eleitoralista e de falta de escrúpulos, deve-a ter definitivamente perdido na passada sexta-feira, com a miserável, descarada e grosseira apropriação «laranja» da vitória da selecção nacional de juniores fria e calculadamente perpetrada através do tempo de antena daquele partido transmitido nesse dia.

É certo que a apropriação e exploração sectariamente partidária e governamental já vinha de trás.

Entre muitos outros elementos, já tínhamos visto e ouvido o frenesim discursivo do ministro Roberto Carneiro, com suas tiradas, em postura e tom de pequeno «gauleiter», sobre as «explosões» de «portugalidade».

Já tínhamos visto Cavaco Silva, no final do jogo, a enunciar as linhas mestras da «agit-prop» eleitoralista sobre o êxito dos sub-20 portugueses.

Já tínhamos sido prevenidos pela imprensa sobre a eventualidade da candidatura pelo PSD do responsável da selecção ou, no mínimo, da sua larga exibição na campanha do PSD.

O que se passou com a parte inicial do referido tempo de antena do PSD, tendo que ver com tudo isto, assume entretanto um significado inegavelmente mais grave.

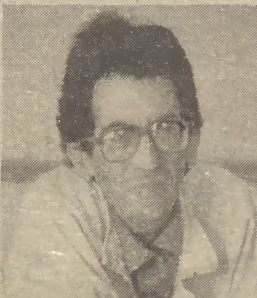
É que, com boa vontade mas sem os desculpar quanto às enormidades debitadas, podia-se admitir que o Primeiro-Ministro e o ministro da Educação se limitavam a aproveitar as suas funções oficiais e os microfones dos serviços noticiosos da RTP que sempre lhes são oportunamente estendidos para «cavalgarem» o esforço e o êxito dos juniores. Coisa bastante diferente é num tempo de antena do PSD, isto é, num produto de comunicação ou propaganda da exclusiva autoria e responsabilidade do PSD, acompanhando extensas imagens das jogadas, dos golos, das voltas triunfais ao rectângulo e da alegria da selecção vencedora, se proceder em «voz-off» à divulgação de uma mensagem de despudorada apropriação da vitória desportiva em favor das teses e concepções mais insistentemente difundidas pela propaganda do PSD e do Governo, numa infame caldeirada de decalques, «ensinamentos» e analogias.

E o facto de o «texto off» do tempo de antena do PSD, nesse ponto, ser constituído em boa parte por citações extraídas de um editorial do «Público», não altera em nada a responsabilidade do PSD que só acolheu e divulgou tais citações exactamente porque concorda com elas e as considera adequadas, razoáveis, oportunas e vantajosas.

Registe-se ainda a este propósito que, na passada 2ª-feira, uma «Nota da Direcção» daquele matutino manifestava estranheza pela utilização no tempo de antena do PSD de extractos do citado editorial, considerando-a «sus-

ceptível de afectar a imagem de independência do jornal», mas curiosamente não tinha a coragem de esclarecer se o «Público» falava a sério ou se estava a gozar com o PSD quando afirmou que a vitória dos juniores era «motivo para agradecermos ao governo de Cavaco Silva - sem a estabilidade dos últimos quatro anos, onde iria Carlos Queirós buscar a calma necessária para treinar os «miúdos»?...».

Bem vistas as coisas, era fatal como o destino. Um partido e um governo que não hesitam em se apropriar e chamar a seu mérito as coisas mais diversas - dos 600 000 nascimentos ocorridos no seu mandato aos resultados do normal andamento da Administração Pública, da normal evolução, no que toca a certos indicadores, de um país europeu às obras e trabalho das autarquias, dos frutos da



VÍTOR DIAS
Membro
da Comissão Política
do CC do PCP

luta dos trabalhadores contra a vontade e a política do governo às consequências e resultados das próprias transformações e processos de mudança introduzidos e provocados pelo 25 de Abril - por que razão haveriam de poupar os juniores a esse impetuoso e formidável empreendimento de esbulho a que se vêm dedicando?

O problema fundamental não está no ridículo de assim se colocar os alegados méritos da «estabilidade» de um governo e a ambição de um «Portugal vencedor» na dependência mecânica dos acidentes de um desporto em cujo léxico figura a frequente referência a que «a bola é redonda».

O problema também não está na hipocrisia e no cinismo que se desvenda quando se pensa que se, por azar, noite infeliz ou superior mérito dos adversários, os juniores tivessem perdido não haveria nem governo nem PSD para arcar com a derrota e que essa, então, ficaria por conta exclusiva do banco e dos que jogaram dentro das quatro linhas.

Um partido e um governo que não hesitam em se apropriar e chamar a seu mérito as coisas mais diversas, por que razão haveriam de poupar os juniores a esse impetuoso e formidável empreendimento de esbulho a que se vêm dedicando?

O problema também não está, ao contrário do que seriam certamente capazes de sentenciar um Pacheco Pereira ou um Vasco Graça Moura, em que a inclusão das imagens dos juniores e o paleio acompanhante no tempo de antena do PSD atestem a imaginação e a sensibilidade «popular» do PSD. Não. As imagens dos juniores, de todo o espectáculo (bancadas incluídas), e da alegria da vitória são de uma força e beleza que a ninguém passa despercebida tal como as correspondentes potencialidades de utilização.

E, havendo uma similar falta de escrúpulos e uma idêntica falta de respeito pelo esforço e trabalho alheios, a qualquer partido era fácil desenhar uma idêntica apropriação daquela vitória.

Assim, por exemplo, não seria difícil ao PCP explorar em tempo de antena as mesmas imagens e, suave, suavemente, ir sussurrando aos telespectadores uma série de ensinamentos e analogias falando - a respeito da selecção, a respeito do PCP e a respeito do projecto de um «Portugal melhor» - da importância da dedicação, da generosidade, do sentido de entreajuda, do profissionalismo e do amor à camisola, da serenidade e da persistência, da técnica individual e da força colectiva, da frieza e determinação no momento da marcação dos pontapés da marca de grande penalidade.

Mera conjectura e mera demonstração, uma e outra por absurdo, porque absurdo seria imaginarmo-nos ao nível do PSD nesta espécie de proxenetismo político-desportivo, nesta maré de voracidade eleitoralista em que vale tudo exactamente para aqueles que não valem nada em matéria de ética, de decência, de dignidade cívica e política, de respeito pelos outros, sejam eles jovens jogadores de futebol ou eleitores recenseados.

O grande e verdadeiro problema levantado pela apropriação por parte do PSD do êxito dos juniores na sequência de todas as outras apropriações são a retrógrada mentalidade e as medonhas concepções que as impulsionam e explicam, e que são sobrevivências (remaquilhadas em democracia) de ideias tragicamente impostas ao País por décadas de ditadura: a identificação do partido governamental com a Pátria e o seu destino, o caos e a instabilidade alegadamente inevitáveis de qualquer outra solução política e governativa, a clarividência do Chefe, etc., etc.

Perdoe-nos o leitor a concessão de linguagem, que não está nos nossos hábitos, mas, recordando as tantas e tantas vezes que o PSD e Cavaco Silva falaram, com destinatários errados, de «totalitarismo», «culto da personalidade» e de métodos «stalinistas», reconheçamos, agora sem hesitações, que eles sabiam do que falavam.

Pela simples e implacável razão de que falavam de si próprios.



Entre 1900 trabalhadores que saíram da Indep desde 1986

Há reformados com 25 anos de idade

Enquanto o Governo de Cavaco Silva e do PSD tenta entreter os portugueses com malabarismos estatísticos, dizendo que o desemprego está a diminuir, prossegue nas Indústrias Nacionais de Defesa a política de liquidação de postos de trabalho. Das 3100 pessoas que trabalhavam em 1986 nos estabelecimentos da Indep (Braço de Prata e Moscavide), restam actualmente 1200. Entre os 1900 que saíram há uma meia dúzia de jovens com idades que vão dos 25 aos 27 anos, segundo afirmaram ao «Avante!» elementos da Comissão de Trabalhadores da empresa.

Despedir a todo o custo

Tendo como objectivo a redução do pessoal, e deixando sem resposta as soluções apontadas pelas estruturas de trabalhadores para os problemas da Indep, a administração e o Governo promoveram naquela empresa pública as reformas antecipadas e as rescisões de contratos por mútuo acordo. Para se ter uma ideia da forma como o fizeram, basta lembrar o ambiente de instabilidade e repressão que instalaram na empresa e que culminou com os acontecimentos de 1988, quando foram abertos à polícia de choque os portões da fábrica de Braço de Prata.

Não satisfeito com os 900 postos de trabalho que liquidaram só por antecipação de aposentações e só durante o ano de 1987, em Abril do ano seguinte o Governo criou junto da secretaria-geral do Ministério da Defesa, com o Decreto-Lei 120/88, o QEI (Quadro de Excedentes da Indep). Depois de dois anos, seguidos ou interpolados, de permanência no QEI, os trabalhadores considerados excedentes são aposentados «em ordem a promover o descongestionamento» do quadro — como se lia no decreto-lei.

Actualmente estão neste quadro mais de 500 traba-

lhadores — quando se vai já na sexta lista de excedentes desde a criação do QEI. Foi pela porta do QEI (contornando a lei da aposentação, como notaram na CT) que Cavaco Silva, os seus ministros da Defesa, das Finanças e do Emprego, e a administração da Indep fizeram passar, em direcção à reforma, a meia dúzia de jovens entre 25 e 27 anos de que os membros da CT nos falaram.

Saíram também pessoas com mais de 40 anos de idade. Mas, de acordo com o conhecimento da situação que têm os representantes dos trabalhadores, o grosso das saídas abrange uma faixa de operários com 10 a 15 anos de casa, ou seja, com idades entre os 28-30 anos e os 40. Como consequência, tem-se verificado o envelhecimento do efectivo.

... e o QEI continua

Enquanto se vai instalando na empresa a prática dos contratos a prazo — mais de meia centena de trabalhadores estão já em tal situação, sobretudo na fábrica de Moscavide —, o Governo avança com projectos de alterações ao decreto que criou o quadro de excedentes e de transformação da Indep em sociedade anónima.

Os dois projectos de decreto-lei cruzam-se num ponto: alterar o estatuto dos trabalhadores da Indep que estão ligados à Caixa Geral de Aposentações, transferindo-os para o regime geral da segurança social e, simultaneamente, para o regime jurídico do contrato individual de trabalho, de forma a facilitar o despedimento. É este o entendimento da CT, manifestado nos pareceres que deu sobre aqueles projectos e reafirmado ao «Avante!».

Primeiro, o Governo afirma que será considerado excedente todo o pessoal *desocupado ou subutilizado por*

força de medidas de reestruturação ou alteração da escala de laboração da Indep que se encontre em funções na empresa no momento da sua transformação em SA. Logo de seguida, diz que este pessoal manter-se-á na efectividade de serviço na Indep SA, na situação de requisitado, até exercer a opção pela integração na sociedade anónima, ou até ser colocado temporariamente em serviços ou organismos da administração central ou local, estabelecimentos fabris militares ou empresas públicas.

Assim, sem apelo nem agravo, ficará alterado o estatuto sociolaboral dos cerca de 900 trabalhadores actualmente na Indep oriundos dos estabelecimentos fabris a partir dos quais foi formada a empresa (Fábrica Militar de Braço de Prata e Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras). Não admira, portanto, que a CT considere esta medida como *integração forçada* desses trabalhadores (que se mantêm na Caixa Geral de Aposentações) no quadro de excedentes.

Mas, apesar de os considerar excedentes, a empresa precisa deles. Por isso, os requisita. «Não se trata de não precisarem dos trabalhadores, trata-se de não lhes quererem manter o estatuto» — afirma a CT, ao interpretar o problema que estes projectos criam a três quartos das pessoas que trabalham na Indep: ou aceitam a integração na sociedade anónima, com alteração do estatuto sociolaboral, ou sujeitam-se a ser integrados num sítio qualquer onde o estatuto será também alterado.

Como afirma a CT no parecer — obviamente negativo — sobre o projecto de alteração do DL 120/88, o que se pretende é a pura e simples desoneração da empresa, no momento da privatização, das obrigações que tem para com os trabalhadores visados. Quanto aos custos que isso acarreta para o País, o Governo pouco se importa; no fim de contas, isso não aparece nas estatísticas do desemprego, e para Cavaco e o PSD os dramas de quem trabalha contam muito menos do que os superiores interesses privados.

Os trabalhadores da Indep e as suas estruturas representativas sempre combateram a destruição de postos de trabalho (na foto, o corte do trânsito ferroviário na estação de Braço de Prata, em Dezembro de 1987), defendendo que a empresa tinha capacidades potenciais para a diversificação dos produtos. O Governo e os administradores por ele nomeados recusaram, contudo, as hipóteses de reconversão ou alargamento da produção. Agora, no preâmbulo do projecto de decreto-lei para a passagem da Indep a sociedade anónima, já admitem a fabricação de produtos para aplicações civis nos domínios da mecânica de precisão, indústria automóvel, indústria aero-espacial e outros afins. No parecer que emitiu acerca do projecto, a Comissão de Trabalhadores recorda que «tínhamos razão, tínhamos mesmo muita razão» e lamenta que tal afirmação não tenha sido inscrita no DL 120/88, «extraíndo-se depois as necessárias e lógicas consequências... entre outras a de não enviar centenas de trabalhadores para o desemprego».



«O pão não cai do céu»

Nas terras do Sul do Ribatejo e do Alentejo a evolução económica e social traduz uma crescente deterioração que compromete o futuro e relança os temores do passado.

Os indicadores económico-sociais revelam hoje, tal como antes de 1974, dos mais baixos índices de intensidade da actividade económica de novo dominada e contida pelos regimes de propriedade e exploração latifundiárias, assentes em sistemas económico-produtivos incapazes de racionalizar e potencializar a utilização de recursos, de dinamizar o crescimento e a diversificação de outras actividades, de promover o desenvolvimento técnico-profissional e de criar e remunerar devidamente o trabalho.

Tal como no passado a região asfixia, amarrada a um baixíssimo nível de industrialização e a condições de trabalho precário e sazonal que têm um efeito fortemente repulsivo dos trabalhadores, sobretudo dos mais jovens e qualificados.

Os resultados estão aí, bem evidentes e infelizmente inegáveis:

— O Produto Agrícola Bruto tem-se vindo a reduzir.

— A economia da monocultura do cereal persiste.

— As produções alternativas não são incentivadas nem apoiadas tecnicamente.

— O conjunto dos perímetros de rega permitem regar cerca de 60 mil ha; no entanto só está a ser regada menos de metade desta área.

— Os atrasos e adiamentos na concretização das barragens do Crato, Minutos, Marvão e Alqueva são responsáveis pelo desaproveitamento de um potencial de rega da ordem dos 180 a 200 mil ha.

— O sector agro-industrial não se moderniza, não se diversifica, não cresce, continuando de uma forma geral incapaz de aproveitar o potencial produtivo disponível na região e de ter uma influência dinamizadora da produção primária.

— O património florestal degrada-se.

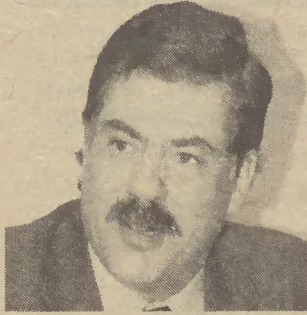
Este é o corolário de uma política e de um Governo que elegeram como objectivo maior para as terras do Alentejo a restauração do regime de propriedade latifundiária, não hesitando em relacionar a liquidação da Reforma Agrária e a destruição das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas com o retorno à estabilidade e às condições para o normal desenvolvimento do sector agrícola e da região, fazendo, na

prática, a afirmação de que graças à sua política a região está voltando aos «bons velhos tempos» — como se os «bons velhos tempos» fossem tempos de suficiência produtiva e de progresso económico e social.

Apesar de tudo, ainda nos espanta a indignidade e a hipocrisia com que o Governo e o PSD procuram absolver o passado e inventar politicamente um presente promissor que a realidade nega.

Em relação ao passado, para que não seja omitido nem absolvido por mais torpes que sejam as consciências e curtas as memórias temos os trabalhos de investigadores e economistas como André Dumont e Cas-

A história do processo da Reforma Agrária é a história da luta dos trabalhadores pela sua emancipação social e pelo desenvolvimento da região



ROGÉRIO DE BRITO
Deputado do PCP

tro Caldas, temos a obra-prima de Rodrigues Miguéis denunciando e sofrendo as injustiças que durante décadas atingiram os trabalhadores e agricultores pobres do Alentejo e despertando consciências, porque «o pão não cai do céu». E temos as estórias vivas de Manuel da Fonseca.

E temos o testemunho de homens e mulheres que quiseram transformar a terra dos latifúndios em fonte de trabalho e progresso social e económico. Trabalhadores que sem crédito, sem apoio técnico por parte do Estado, com uma mão na terra e outra nas contestações ou recursos jurídicos, saqueados das terras, dos seus gados, das suas máquinas e construções, das suas obras sociais, persistiram em lutas.

Foram e são os homens e as mulheres que na terra que não sabiam se continuaria na sua posse, teimaram em lançar as sementes, porque nesse gesto se misturavam a fraternidade, o amor e a revolta de quem mais

uma vez temia que o futuro, o seu futuro e do seu Alentejo lhe fosse mais uma vez roubado.

E o presente aí está, justificando os temores e reclamando uma urgente mudança das políticas.

Na direcção da vida política, económica e social do País não basta afirmar-se o que se não quer ou simplesmente negar-se o que vem de trás.

O mínimo que se exige é que seja apresentada uma alternativa ao que se nega, no mínimo tão eficaz quanto o que se destrói.

Ora o que se em passado em matéria de Reforma Agrária nos últimos 15 anos é que as políticas que elegeram como objectivo, primeiro, limitar e condicionar, depois, erradicar por completo as transformações que se operaram no agros alentejano e ribatejano não foram acompanhadas de proposta de soluções alternativas.

Uma nova dinâmica económica regional que as transformações iniciadas proporcionaram foi substituída por um processo de quebra das perspectivas da actividade económica agrícola.

A melhoria das condições de vida, o aumento das condições de emprego estável e reforço da ligação do Homem à terra traduzido, em 75/76, pela primeira vez em muitos anos, no aumento da população residente foi substituído pelo enorme incremento do desemprego e do emprego precário, de novo pela emigração e o despovoamento.

A uma nova dignificação e valorização do trabalho, a uma nova esperança no futuro rasgada com a Reforma Agrária sucedem-se hoje o desalento e a ausência de perspectivas para milhares de trabalhadores e agricultores.

Orgulhando-nos de um património que nos honra e honra os que o iniciaram, importa agora olhar em frente e pensar no futuro. E neste quadro é necessário que cada força política diga claramente o que propõe para uma região que envolve 1/3 da superfície agrícola do País num momento em que a aceleração do processo de integração comunitária coloca novas exigências ao futuro da região.

O que é que o PSD, e também os restantes partidos, designadamente o PS, propõem quanto à necessária alteração dos sistemas agrários para a região, ao aproveitamento e valorização dos recursos existentes e para a melhoria das condições de vida de quem trabalha na terra?



Castro Verde — mostruário da contradição

■ Miguel Urbano Rodrigues

O que é que os partidos representados na AR propõem de medidas que estanquem a hemorragia dos campos e o envelhecimento da população e promovam o desenvolvimento rural?

Pela nossa parte, PCP, entendemos que a região não está condenada a ter que voltar a uma estrutura da propriedade assente na exploração latifundiária (aliás, inconstitucional) e a um regime cultural baseado na extensividade e no absentismo, limitado à exploração florestal e silvo-pastorícia e a produções relativamente marginais à actividade agrícola. Bem pelo contrário.

É possível e necessário fazer a reconversão dos sistemas agrários tendo como base:

— a reorganização da estrutura fundiária com a constituição de uma malha de explorações cooperativas, familiares e empresariais;

— a melhoria da estrutura e da utilização-uso dos solos;

— o reordenamento e a reconversão cultural com a recondução dos cereais aos solos adequados e apoio à implantação de culturas alternativas como as proteaginosas e as leguminosas, o alargamento da área de pastagens e forragens e a aposta na pecuária de carne;

— a beneficiação e expansão das culturas permanentes, com relevo para o olival, a vinha e os pomares de frutas frescas e de frutos secos;

— a utilização dos recursos hídricos aproveitando-se as áreas beneficiadas pelos perímetros de rega e construindo-se Alqueva a cujo sistema poderiam ser ligadas as cerca de 2000 pequenas e médias barragens existentes;

— a defesa e expansão da floresta, privilegiando as espécies autóctones (montados de sobre e azinho) e ordenando e disciplinando as espécies de crescimento rápido necessárias à indústria;

— o aproveitamento das possibilidades cinegéticas no respeito pelos direitos das populações locais e dos agricultores;

— a valorização do potencial humano com o incremento da formação e extensão rural;

— o apoio à criação de estruturas de acesso aos mercados;

— a criação de uma base industrial em que uma das componentes essenciais deverão ser as agro-indústrias.

Isto é a Reforma Agrária.

Há propostas, há vontades, faltam políticas.

A história do processo da Reforma Agrária é a história da luta dos trabalhadores pela sua emancipação social e pelo desenvolvimento da região. Apesar das condições hostis em que viram o seu percurso encerrado fizeram mais no pouco tempo que dispuseram do que o sistema latifundiário em toda a sua história.

Mas há também uma contra-história: a dos que, a partir das posições de Governo, e pondo o Estado despididamente ao serviço dos grandes proprietários, lançaram ao longo dos anos sucessivas vagas de ataques com base nas mais monstruosas ilegalidades, actos de compadrio e corrupção, confronto com os tribunais, utilização da repressão, sem nunca terem construído nenhuma alternativa. Esta é uma contra-história já inapelavelmente condenada.

O PCP orgulha-se de, com os trabalhadores, ter contribuído para tão importante transformação democrática nos campos que, apesar de interrompida,

deixa traços indestrutíveis na História da luta pela terra, na vida e na economia agrícola do Sul. Depois da Reforma Agrária nada voltará a ser como dantes.

O Primeiro-Ministro tem agora um novo slogan. Afirma-se orgulhoso da obra dos portugueses, e, neste caso, dos trabalhadores agrícolas do Sul. Mas o que importa perguntar a Cavaco Silva é quem é que hoje beneficia e usufrui do trabalho dos portugueses, da obra dos agricultores do Sul que não seja a minoria dos grandes interesses económicos à custa, isso sim, do trabalho e da obra dos portugueses, à revelia dos interesses do País.

Constituindo uma solução objectivamente necessária para resolver o problema do sistema latifundiário, com os contornos que a vida vier a definir, a alteração dos sistemas agrários do Sul far-se-á, os direitos dos trabalhadores e agricultores não se perderão; a Reforma Agrária ressurgirá e realizar-se-á.

Conhecia mal Castro Verde. Era para mim uma terra de passagem, mancha branca na vastidão da planura, pouco mais do que contornos esbatidos na memória.

Em Junho andei por ali durante um dia que entrou pela madrugada seguinte. Caminhei de surpresa em surpresa.

Castro Verde apareceu-me como fascinante mostruário da herança de Abril no Alentejo e também como pequeno laboratório do processo de mudança social num município da área de gestão CDU.

O concelho é atípico. A grande mina de Neves Corvo constitui pela sua simples presença factor de ruptura do imobilismo, um estímulo à luta pela transformação da vida e desafio à imaginação. Quase tudo, entretanto, o que em Castro impressiona precedeu a nova fase da mina, posterior à dinamização da Somincor pela Rio Tinto Zinc.

A vila é uma pequena comunidade, pólo de concentração de 3500 dos 7300 habitantes do concelho. Se consultarmos estatísticas logo se verifica que o rendimento por habitante é muito inferior à média da maioria dos moradores de qualquer município rural do Norte ou do Centro. A riqueza produzida (exceptuada a mina) não favorece Castro quando se procede a comparações. Por isso mesmo, a contradição entra pelos olhos, porque a qualidade de vida identificada pelo forasteiro é superior à de concelhos do Minho ou da Beira com muito mais recursos.

O conjunto de equipamentos sociais chama a atenção pela quantidade e qualidade.

Na frente do Ensino, as carências da responsabilidade do Poder Central são muitas (sobretudo as de raiz orçamental), mas o esforço dos docentes na gestão das escolas Preparatória e Secundária e o da Câmara no transporte dos estudantes atenua falhas e insuficiências. O Jardim de Infância, instalado num edifício belíssimo e funcional, poderia servir de modelo pela concepção e pela harmoniosa inserção na paisagem urbana.

Uma cooperativa de consumo com mais de 2000 sócios recuperou um velho casarão no centro da vila e, com entusiasmo e muita participação, dotou Castro de um Supermercado que é hoje dos maiores e melhor abastecidos do Distrito. Os produtos expostos são reveladores da exigência dos compradores e de hábitos de consumo pouco generalizados noutros municípios da Região.

Uma cooperativa de habitação nasceu a partir do zero. Poucos acreditavam que pudesse ir longe. Mas em pouco tempo fez obra que inspira respeito. Visitei casas em dois bairros por ela erguidos na periferia. As moradias, de vários tipos, do T-2 ao T-4, integram-se em blocos residenciais bem encastoados na paisagem. O conforto e a decoração cativam; as lareiras permitem imaginar o aconchego caseiro no Inverno.

A piscina municipal será em breve uma realidade. O cinema, com cerca de três centenas de poltronas, é dos mais bonitos e confortáveis de Beja.

Numa das saídas da vila, um aparthotel é a novidade. O edifício, térreo, concilia a fidelidade ao estilo alentejano com inovações decorativas e a utilização de materiais incomuns. A esquadra dos apartamentos abertos para o pátio que emoldura a piscina fez-me lembrar velhas fazendas coloniais nos oásis do deserto peruano.

Obviamente, a mina pesa em Castro. Ela é o motor de mudanças contraditórias e do progresso desejado, mas também fonte de ambiguidades e de atitudes egoístas. Não pude visitá-la. Mas dei-me conta de que a relação entre a mina e a vila e as aldeias continua a ser difusa e superficial.

Pouca gente tem consciência de que a Somincor é somente uma entre muitas das empresas enfeixadas no polvo tentacular do Rio Tinto Zinc, o celeberrimo gigante britânico da indústria mineira mundial, com um poder financeiro superior ao do Estado português.

A direcção da mina, agindo com habilidade, conseguiu estabelecer uma relação paternalista e faz exibição das suas supostas bondades. É solicitada constantemente e contribui para iniciativas públicas e privadas, desde as escolares ao aluguer dos filmes para o cinema local (a proposta da programação é, porém, da sua comissão cultural).

Na realidade, a Somincor (51% do capital pertence ao Estado, mas o poder decisório cabe à RTZ) não presta favores ao povo de Castro. Recebe muito mais do que deixa. Não foi por altruísmo que a RTZ se instalou em Neves Corvo. O filão cuprífero é dos mais ricos da Europa, a exploração fácil, o teor em metais das quelas pirites elevadíssimo.

No diálogo com a Mina (a RTZ-Somincor), o Governo não tem assumido os interesses do povo português. Ninguém contesta que a exploração de Neves Corvo por uma grande empresa é um factor de progresso para o Alentejo e nomeadamente para Castro. A mina será por muito tempo uma fonte de emprego (muitos trabalhadores não são da região) e divisas. Dinamizou a construção e o comércio, trouxe impulso ao sector de serviços no concelho. A Somincor, contudo, não faz filantropia. Acumula benefícios enormes com facilidades que a RTZ dificilmente encontra noutros países (a poderosa transnacional já foi condenada pelas Nações Unidas por desrespeito aos direitos humanos).

A maioria dos portugueses ignora que o Estado garantiu por contrato à Somincor isenção do IRC por cinco anos. Ora, somente no primeiro ano da exploração a mina gerou lucros superiores a 9 milhões de contos. No ano passado o lucro subiu para 17 milhões de contos. Em condições normais deveria ter desembolsado em 1990 cinco milhões de contos de impostos. Mas o Estado português não arrecadou um centavo. Somente à Câmara Municipal de Castro caberiam 500 mil contos. Quanta coisa teria sido possível fazer em benefício do povo com esse dinheiro...

À noite, num encontro com dezenas de moradores da vila alertei-os para a necessidade de não olharem para a Somincor como mágica fada, mas sim como gulosa empresa (cujo comando real está em Londres) que trata de retirar de Neves Corvo o máximo de mais-valia ao seu alcance — uma empresa que poderia e deveria contribuir muito mais para o progresso do concelho.

Não houve — registo — pergunta alguma sobre a Mina. Era um silêncio, contudo, que não se enraizava numa atitude de alienação. Porque o povo de Castro apercebe-se de que a bela fachada da sua vila oculta o lado sombrio da realidade social. O concelho, tal como os vizinhos, é uma área de gente envelhecida, uma terra na qual o equilíbrio precário da vida familiar continua a depender sobretudo da exportação da força de trabalho. Nas aldeias, numerosas casas estão fechadas (em Entradas quase um terço). Muitos jovens optam pela emigração, sobretudo a sazonal, para fugirem ao desemprego. É principalmente na Suíça que amealham os francos que lhes permitem e às famílias viver com dignidade.

Fala-se muito na exigência de uma maior qualidade de vida. Mas em Portugal ela é cada vez pior nos grandes centros urbanos e nas cidades-dormitórios que os envolvem. De ano para ano torna-se mais instável e complexa a relação entre o salário, a casa, o emprego, as horas de lazer.

Em Castro Verde, mil pequenas coisas que conferem encanto ao quotidiano e reduzem a tensão em benefício da alegria de viver conservam ainda todo o seu significado.

Chamei a Castro mostruário e laboratório por não me ocorrerem qualificativos mais adequados para expressar a diferença que surpreende o visitante. Tudo ali na contiguidade antagonica impressiona: a qualidade da vida, a pobreza austera e silente dos reformados, a gestão CDU, o egoísmo astuto da invisível RTZ, a participação criadora, a estagnação, a confiança no futuro, o conformismo e o espírito de luta.

Emocionou-me escutar na aldeia de Cazével quadras do António Silveiras. Aos 80 anos ele canta nos seus versos estórias do Alentejo antigo. São afinal poemas de uma saga, mas facilitam o entendimento do cenário físico e humano que fui descobrir em Castro Verde, pólo de um concelho alentejano onde, a Mina é a personagem nova na mudança social.

Expansão do eucalipto nas cinzas da floresta

Não existe lei nem fiscalização destinadas a pôr cobro ao escândalo que constitui a destruição pelo fogo de matas onde, ainda há 20 anos, predominavam os povoamentos de pinheiro bravo

A deflagração de incêndios em Portugal tem aberto caminho ao aumento das áreas ocupadas pelo eucalipto, conclui um estudo efectuado por um investigador do Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.

Luciano Lourenço analisou, recentemente, as alterações produzidas pelos incêndios florestais nos ecossistemas do concelho de Soure, distrito de Coimbra, as quais, na sua opinião, «constituem um bom paradigma das diferentes situações que podem ocorrer a nível nacional».

O seu trabalho conclui que a área ocupada pelo plantio de eucaliptos no município de Soure aumentou pelo menos 14 por cento na última década.

O «elevado absentismo» dos proprietários relativamente às explorações e o facto de a floresta ser encarada «apenas como complemento» do rendimento familiar são factores comuns a vários municípios da região centro.

Por outro lado, «apesar de estar situado no litoral, o concelho de Soure apresenta contrastes bem nítidos, comuns a grande parte dos concelhos com aptidão florestal», refere Luciano Lourenço.

Este docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra considera que todos esses factores «justificam não só a incidência regular de incêndios florestais ao longo dos anos, mas também explicam a tendência para, depois do fogo, se proceder à substituição de certas espécies florestais ardidas por outras de crescimento mais rápido».

O estudo a que a agência Lusa teve acesso, antes da respectiva publicação na próxima edição dos «Cadernos Geográficos» da Faculdade, visa, segundo o autor, completar um outro trabalho intitulado «Cinco anos de incêndios florestais no distrito de Coimbra», realizado no ano passado por Lucília Mota e Luís Soares, técnicos da Direcção-Geral das Florestas.

«Contribuição dos incêndios florestais para o desequilíbrio ecológico do concelho de Soure» é o título dado a este trabalho de investigação de «cariz geográfico» que abrange o período de 1981 a 1990.

Além da desflorestação e da substituição de espécies de crescimento lento por outras de desenvolvimento rápido, na sequência dos fogos, o autor alude ao uso de «técnicas incorrectas» de mobilização superficial dos solos com vista à reflorestação das áreas ardidas.

«As técnicas de mobilização são muitas vezes incorrectas para o tipo de solo ou para o declive da vertente, revelando-se desastrosas para a conservação das terras, uma vez que estas passam a ser arrastadas pela erosão hídrica», disse o autor à agência Lusa.

Segundo Luciano Lourenço, entre 1981 e 1990, ardearam no concelho de Soure 4253 hectares de floresta, o que corresponde a cerca de 33 por cento da área antes ocupada por mata e incultos.

Um inventário da Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal refere a existência no município de Soure, em 1974, de 10000 hectares de floresta e de 2120 hectares de incultos.

À data dos fogos, 47 por cento daqueles 4253 hectares de área queimada estava ocupada por pinheiro bravo, 22 por cento por eucalipto e 31 por cento encontrava-se inculta.

No início de 1991, 36 por cento dessa área estava plantada de eucalipto, 35 por cento de pinheiro bravo e 29 por cento encontrava-se inculta.

O investigador quantifica, deste modo, o que «a simples observação directa nos mostra», realçando «a substituição em grande escala do pinheiro bravo pelo eucalipto», passando esta espécie australiana a deter o primeiro lugar, que 10 anos antes era ocupado pelo pinheiro.

A Associação Nacional de Conservação da Natureza «Quercus» afirmou recentemente que as populações serranas do norte e centro do país são «forçadas a abandonar» as suas terras para facilitar a plantação de eucaliptos.

«Não existe lei nem fiscalização destinadas a pôr cobro ao escândalo que constitui a destruição pelo fogo de matas onde, ainda há 20 anos, predominavam os povoamentos de pinheiro bravo», declarou à agência Lusa um dirigente da «Quercus».

Durante umas jornadas de ambiente realizadas na Lousã, Armando Carvalho alertou para o facto de «a cada pinhal queimado corresponder um futuro eucaliptal», salientando que «o êxodo das populações leva à desvalorização dos terrenos e a uma predisposição dos proprietários para os vender a qualquer preço».

Por seu turno, outra especialista do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Coimbra aponta o êxodo rural e a menor dependência das gentes serranas em relação à floresta como algumas das causas dos incêndios.

«O apelo do mundo urbano é cada vez maior, entre outras razões devido a uma antiga falta de incentivos à agricultura», disse Fernanda Cravidão à agência Lusa.

A docente universitária desenvolveu um trabalho de investigação relativo a um incêndio ocorrido em Setembro de 1987 nos concelhos de Arganil, Oliveira do Hospital e Pampilhosa da Serra, considerado «um dos mais graves» que deflagrou na região centro na década de 80.

Na altura, as chamas consumiram 10900 hectares de matas e pinhal, área que abrange 16 freguesias e uma centena de povoações.

O surto de desenvolvimento industrial que se verificou no país na década de 60, sobretudo nos distritos de Lisboa e Setúbal, provocou «intensos fluxos migratórios, cujo ponto de partida se situa, em grande parte, na região centro», refere o estudo.

Verifica-se que a área das 16 freguesias referidas perdeu, em 70 anos, 47,7 por cento dos efectivos demográficos, isto é, passou de 18723 habitantes, em 1911, para 10357, em 1981.

Intitulado «A população da área do incêndio de Arganil (1987)», o trabalho foi realizado no âmbito de um projecto multidisciplinar de investigação dos incêndios florestais, dinamizado pelo Grupo de Mecânica dos Fluidos da Universidade de Coimbra.

Na óptica de Fernanda Cravidão, «as populações têm tido, ainda que de forma menos perceptível, uma relação importante com o elevado número de incêndios que têm afectado, nos últimos anos, algumas áreas do país».

«A fuga às precárias condições económicas, quer com destino às cidades do litoral, quer com destino ao estrangeiro, leva, por um lado, a uma diminuição progressiva dos efectivos demográficos e, por outro, a um contínuo abandono dos campos», explica.

No seu entender, as «alterações irreversíveis» da economia tradicional das zonas serranas (onde a floresta, a agricultura e a pastorícia constituíam «suportes fundamentais»), em consequência dessa mobilidade espacial, «favorecem o desenvolvimento de incêndios».

A lenha já não tem a procura de outrora, os estrumes deram lugar aos adubos químicos, a superfície agrícola útil diminuiu bastante nas últimas décadas e a população das serranias tem sofrido um envelhecimento acelerado, com perda de mão-de-obra jovem.

Fernanda Cravidão conclui que, «com excepção dos lugares situados mais na periferia do limite do incêndio de Arganil, em que parece haver algum rejuvenescimento demográfico, todos os outros caminham progressivamente para o vazio total».

Como medidas aconselháveis para a revitalização e «desenvolvimento harmónico» daquela zona, sugere a necessidade de alargar e recuperar a actual rede viária e de concretizar uma política de parques naturais que promova a protecção do património ambiental e cultural.

A criação de um «banco de terras», com o objectivo de «gerir devidamente» os terrenos abandonados, é outra das propostas apresentadas.

Casimiro Simões
Agência Lusa



Nas páginas centrais em destaque!
Economia - pequeno curso

Publicação bimestral

Propriedade:
Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa Codex
Telef. 793 62 72
Nº Contribuinte: 500940673

Director da publicação:
Fernando Blanqui Teixeira

Administração:
Editorial «Avante!», SA
Rua de S. Bernardo, 14
1200 Lisboa
Telef. 67 01 93

Redacção:
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa Codex
Telef. 793 62 72

Distribuição:
CDL - Central Distribuidora Lívica, SA
Av. Santos Dumond, 57 - 2º - 1000 Lisboa
Telef. 76 11 31/2

Impressão:
Heska Portuguesa
Venda Nova - Amadora

Depósito legal - 1622/88

Tiragem: 10 000 exemplares

2 ABERTURA

Uma tarefa central

4 MESA REDONDA

Mobilizar energias

13 ASSEMBLEIA

Resistência e iniciativa ao serviço do país

18 CAMPANHA

Campanha eleitoral e propaganda

23 ORGANIZAÇÃO

A organização e a campanha eleitoral

26 SOCIAL

Reformados e deficientes

31 TEMA

Marxismo hoje

34 FESTA

Festa do «Avante!» ponto de encontro

36 ACTIVIDADE

Eleições nos bancários do Sul e Ilhas

39 LUTAS

Lutas na hotelaria

42 PÁGINA ABERTA

Aprender e ensinar

43 CRÍTICA

A mentira e a verdade — II

46 ECONOMIA

A repartição do rendimento nacional

51 NOTAS, FACTOS, ETC.

«Povo traíçoeiro, manhoso e vigarista»
• A gratidão ou o engano? • «Prouder, Stronger, Better!» (Mais orgulhosa, mais forte, Melhor!) • Adivinhação

56 DOCUMENTOS

Proclamação eleitoral do PCP

Nota - O documento sobre o Sector Empresarial do Estado publicado no nº 192, de Maio-Junho passado, foi aprovado pela Comissão Política do Comité Central



Inglaterra

O pior está para ver-se

■ Manoel de Lencastre

São férias inquietantes, as deste ano, para os britânicos. «Conseguirei manter o meu emprego?» Esta é a pergunta angustiante que mora no peito da esmagadora maioria dos cidadãos destas ilhas. Um vírus estranho penetrou no viver do povo britânico como consequência da recessão. Mas nós dizemos que isto é mais do que uma simples e cíclica recessão e, para não termos de utilizar outras designações, acrescentamos apenas que a sociedade britânica perdeu o norte. Voltará a encontrar-se? Certamente. Mas, em que condições?

Um milhão de pessoas nas listas de espera dos hospitais. Taxistas passam manhãs inteiras às voltinhas por Piccadilly, Leicester Square. Ninguém os chama. Estudantes sem perspectivas abordam as carruagens do metropolitano tocando guitarra, fazendo pedatórios, tal como homens de meia idade, desempregados e, portanto, com menos perspectivas ainda, tocam desesperadamente o «Suddenly» em banjos desafinados mas ninguém lhes dá nada. Indiferentes, melancólicos, os passageiros voltam-lhes a cara e, ainda que saibam o porquê de tudo isto, preferem esquecer. Têm medo da realidade.

Mas, essa, a realidade, é que se não esconde de ninguém. Está aí, bem às claras, diante de todos. De Janeiro a Junho, foram à falência 23 000 empresas e o desemprego, como é óbvio, marcha de novo a caminho dos 3 milhões. O comércio conhece uma crise abismal. As lojas estão, praticamente, vazias. Esta recessão é diferente. Agora, os desempregados não são somente os metalúrgicos, os mineiros, os tipógrafos da imprensa, os operários da indústria do aço, os da construção civil ou os dos estaleiros. Agora, são os arquitectos e os advogados, os agentes do sector das propriedades, os da publicidade, os corretores da Bolsa, os agentes de compras e vendas de empresas, os dos investimentos, os especialistas de negócios em moeda estrangeira, os pequenos e médios comerciantes, os consultores múltiplos das diversíssimas actividades parasitárias nascidas como cogumelos nos dois anos do «boom» thatcherista, a classe média que constitui o sustentáculo do Partido Conservador e que, tendo-se lançado, cegamente, à conquista da fortuna, caiu no charco da falência e do desemprego. Os Bancos expulsam-nos das habitações de valor astronómico cujos empréstimos hipotecários elevados ao dobro pelo acréscimo dos juros se tornaram impossíveis de sustentar. E, assim, todo o reluzente mercado da habitação caiu na maior crise que jamais se viu em Inglaterra. E, o pior, dizem-nos, está ainda para ver-se.

A indústria automóvel não cessa de afundar-se. Os trabalhadores da Ford, em Halewood, já foram notificados de que, a partir de Setembro, passam a 3 dias. Os da Jaguar ficarão a 4 dias desde o princípio de Agosto. As vendas mensais de automóveis, normalmente um bom indicador do optimismo e da confiança do mercado, já baixaram, este ano em mais de 300 000 unidades. A Ford reduz os seus preços. A Rover, a Vauxhall, a Peugeot, fazem o mesmo. A Nissan já fez cortes nos preços de certos carros que vão até £3800 (mil contos). Mas, a interminável crise estende-se a todas as esferas da vida social e económica. As pessoas, por exemplo, já se servem dos cartões de crédito para pagarem ao supermercado, à estação de serviço, a simples assinatura do comboio e os Bancos, proprietários das companhias emissoras dos famigerados cartões, começaram a reduzir a respectiva circulação. Dizem que não confiam em metade dos seus portadores.

Há dias, o Banco TSB revelou a horrível história das suas contas. Teve de pôr de lado 344 milhões de libras como reserva para as dívidas duvidosas da sua subsidiária, Hill Samuel, daí resultando um prejuízo em todo o grupo de £150 milhões que se acumulou desde Novembro até Abril. Foram 6 «gloriosos» meses, como se vê, na linha dos desastres, aliás, que todos os Bancos britânicos têm sofrido. Os economistas do «Oxford Economic Forecasting» esperam que a situação se agrave ainda mais e prevêem tempos catastróficos para o sector da hotelaria, dos restaurantes e do turismo, em geral, com devastadores aumentos no desemprego. Dizem que o «output» dos sectores da

engenharia mecânica e eléctrica cairá, até ao fim do ano, em mais de 7%. Igualmente, esperam-se prejuízos, quebras na produção e nos níveis de emprego, nas indústrias químicas, têxteis e da construção civil. A balança de pagamentos regista défices constantes e os 6 biliões de libras negativos que o chanceler Norman Lamont previu, serão, indubitavelmente, ultrapassados. A British Rail (comboios) acaba de revelar prejuízos de £42,4 milhões e, logo o «Times», sem perda de tempo gritou: «Desfaçam-se dela!» A privatizada British Steel (aços) declarou esta semana que se prepara para encerrar várias fábricas colocando 6000 trabalhadores em perigo de desemprego.

E no resto do mundo...

«Ah, mas isso é em Inglaterra...», concluir-se-á. «Talvez que as coisas nos outros países não sejam assim tão graves». Seja-nos permitido recorrer a alguns exemplos: só em Maio, o desemprego nos E.U.A. aumentou em 6,9% (370 000 trabalhadores); a Time-Warner, esse grande império, colocou um empréstimo no mercado para poder atender a vencimentos relacionados com dívidas aos Bancos que ascendem a 11 biliões de dólares; os Bancos america-

nos registaram quebras nos lucros, só de Janeiro a Abril, que se aproximaram dos 6 biliões de dólares; ainda nos E.U.A., as manobras financeiras para salvar os Bancos especializados em empréstimos para habitação própria, todos falidos, conheceram o colapso; os lucros dos Bancos japoneses Nomura, Nicko, Yamaichi, Daiwa, diminuíram em nada menos de 71%; a Wang (computadores) reduziu em 3000 o número dos seus empregados; o Den Norske Bank (Noruega) anunciou estar a conhecer prejuízos avultados; a Olivetti viu baixarem-lhe as vendas em 6%; a Philips vai retirar-se (fugir) do mercado dos electrodomésticos; a St. Gobain (grande multinacional francesa) anunciou que os seus lucros continuam em acentuado declínio; a IBM já começou a preparar os accionistas para os piores resultados desde a Grande Depressão americana; a Boeing, desesperada para realizar vendas, não sabe o que fazer aos aviões que tem em stock e que ninguém quer comprar.

Visitámos Lisboa, recentemente. Aí, pelo menos, no país irreal que o informador do Governo e a TV insistem em projectar, corretudo na melhor das atmosferas. Valha-nos isso... porque o que vai pelo resto do mundo não é, repetimos, uma simples recessão cíclica — é uma profundíssima crise económica, financeira e social que começa a destruir as raízes do sistema.



Gazetilha

É assim ou não é

Sem esquecer o passado
(diz Cavaco a dar ao dente
de si próprio tão inchado
de si próprio tão seguro)
eis que se está, no presente,
a construir o futuro...

Outro caminho lhe auguro
dele mais propriamente:
o de negar o futuro
que tanto nos tem roubado,
para ofender o presente
e regressar ao passado...

Valha-te Deus, Ó João!

Dar contas à oposição?
João de Deus acha que não
e diz isto mesmo a rir.
Ela, de chapéu na mão,
é que tem de lhe pedir...

Valha-te Deus, ó João
de naufrágios capitão
pinheiro inútil, aflito
antes fosses eucalipto
sempre davas celulose

em vez de dares só pose...

Mas que cheiro!

O Nogueira, o Montalvão,
o bebé-chorão Durão...
São intrigas e recados
e protestos e cuidados
de ofendidos e humilhados
que perdem mesa e mezinha:
a lista de deputados
o PSD cozinha...

Rasteiras, conspirações,
vinho e veneno nas taças
estocadas, ameaças
denúncias e alcapões
punhais fora da bairra
o coice, a dentada, o murro,
PSD lá cozinha

Mas que grande cheiro a esturro!

Sim, por quê?

Nos ruidosos jornais já se escreveu
nas estações de Rádio já se disse
sempre a TV nos mostra, sem meiguice,
que o comunismo já finiu, morreu.
Mas o anticomunismo, esse, cresceu.
Jornais, Rádio, TV, por casmurrice,
não abrandam na raiva e na aldrabice
contra o tal comunismo, que morreu.

E eu pergunto a mim próprio: mas por quê?
Por que razão jornais, Rádio, TV
insistem no seu ódio fariseu,

malham no comunismo a sua guerra?
Por quê bater em quem já está por terra?
Por quê, se o comunismo já morreu?...

■ **IGNOTUS SUM**

Incrível!



Nem uma palha

Ainda a polémica em torno da Ponte de S. João não arrefeceu e já outra ameaça dar que falar, desta feita na Madeira, onde Alberto João Jardim, com a fogaosidade que se lhe conhece, continua a mandar como em quinta própria. Em causa está a ampliação do aeroporto do Funchal, obra encomendada ao engenheiro Edgar Cardoso, já lá vão uns anitos. Agora que finalmente as obras parecem estar em vias de arrancar, pretende o responsável rever o projecto inicial, considerando que «uma obra que foi projectada há meia dúzia de anos está sujeita a que as situações mudem» e parece óbvia a necessidade de o adaptar «às condições actuais». Bom, como se sabe a lógica não é o forte de João Jardim. No regresso de uma visita ao Canadá, disse para quem o quis ouvir que Edgar Cardoso «não mexerá uma palha» no projecto existente e que «as obras arrancarão seguindo aquele (projecto) que temos em nosso poder».

Em seis anos mudam as situações e as tecnologias? Jardim quer lá saber. Não mudassem! Com tantas modernices o futuro aeroporto Intercontinental Prof. Cavaco Silva ainda se arriscava a mudar de nome.

Ideias

Demitiu-se Marcelo Rebelo de Sousa de Alto Comissário para «Lisboa-Capital Europeia da Cultura 1994» e Santana Lopes nem pestanejou. Num país de Altos disto e daquilo o que há mais é comissários, quanto mais cultos. Que o diga Helena Vaz da Silva, nome prontamente ventilado para ocupar a vaga, que com invejável modéstia fez saber que para a função possui não uma, nem duas, nem três, mas cento e vinte mil ideias. É obra. Para já, não se conhece ainda nenhuma, mas Helena Vaz da Silva fez saber que tanta ideia tem duas contrapartidas: ser apoiada em simultâneo pelo Governo e pela Câmara, e acumular as novas funções com as que exerce no Centro Nacio-

nal de Cultura e na Comissão Nacional da UNESCO. É justo. Tanta ideia bem merece uns cargos extra. Assim, se alguma der para o torto, sempre se pode questionar se a culpa é da Alta Comissária, da presidente do CNN ou da representante da UNESCO...

Conselhos a Marcelo

«Neste Verão, Marcelo precisa assim de redescobrir a arte da escolha de amigos políticos e de repensar o significado da lealdade na mesma política. Deve manter-se, para bem de Lisboa - que continua a soçobrar nos sonhos e pesadelos de Sampaio - vivo, inovador, dinâmico, alegre, certo e atento. Deve, a partir de 6 de Outubro, exercer um protagonismo de alto perfil e qualidade. (...)tem de, regressado de Wimbledon, voltar a dar bolas e ideias.» São conselhos de *O Diabo* a Marcelo Rebelo de Sousa. Com as ideias da candidata a comissária, os lisboetas vão andar num virote. Ora bolas, bolas, bolas.

frases da Semana

«Todas as questões que se projectam para além do presente têm implicações no futuro»

☞ (João de Deus Pinheiro, Primeira Página/RTP, 2.7.91)

«A sinalização das vias não está a funcionar, a automatização das agulhas não funciona completamente e as agulhas que funcionam estão a dar uma barraca dos diabos»

☞ (José Viseu, vice-coordenador do Sindicato Ferroviário Norte de Portugal, sobre a precariedade da via que leva à Ponte de S. João, «O Jornal», 5.7.91)

«Pretendemos a prazo dominar o Governo, mas sabemos perfeitamente que não será nas eleições de 6 de Outubro»

☞ (Nuno Abecasis em conferência de imprensa, 4.7.91)

«'Cartilha', de João de Deus, é o melhor livro que já li»

☞ (Idem, Público, 8.7.91)

«Quem se lixou fui eu»

☞ (Falcão e Cunha, secretário-geral do PSD, Expresso, 6.7.91)

«Hoje, do primeiro-ministro a qualquer secretário de Estado, todos se passeiam pelo país, como reis e senhores que distribuem ou negam "benesses" a quem entendem»

☞ (Luís Sá, da Comissão Política do PCP, Público, 8.7.91)

«Por que é que os partidos querem as regiões administrativas e não as fazem? Hipocrisia política? O problema é que não é seguro que essa operação dê votos, e os partidos têm medo de perder votos»

☞ (Silva Marques, deputado do PSD, em seminário no Porto, 7.7.91)

ENCONTRO NACIONAL DE CANDIDATOS E ACTIVISTAS CDU



Sábado a partir das 14.30
no Hotel Altis/Lisboa

No final:
convívio no Terraço do Vitória



A JCP organiza sábado
NO CASTELO DE S. JORGE

Num Espaço Antigo um Rumo Novo

11h - JOGOS — 14h - CAFÉ-CONCERTO — 17h - ESPECTÁCULO: Jorge Lomba; Retiro dos Patacos; Abandaládarua, Ex Votos — 21h - DISCOTECA

Sessão de esclarecimento com Domingos Abrantes

Realiza-se amanhã, sexta-feira, no Palácio Anjos em Algés, uma sessão de esclarecimento sobre as próximas eleições legislativas em que participará o camarada **Domingos Abrantes**.

A sessão tem início às 21.30.



Noites do Vitória

À sexta à noite
o encontro é no Terraço do Vitória

amanhã:
A MÚSICA DOS ANOS 60

CDU/Coimbra reúne com activistas

A Comissão Coordenadora Distrital de Coimbra da CDU reúne-se hoje à noite no Salão das Piscinas Municipais com activistas e apoiantes da Coligação para discussão e aprovação do **Manifesto Eleitoral para o Distrito de Coimbra**.

FESTA POPULAR CDU na Mata do Outeiro da Vela

Jogos populares às 11h
Intervenção política às 15h
Música às 16h

Participação de
João Amaral e Ramon La Féria,
candidatos da CDU

FESTA CDU EM CAXIAS



Sábado a partir das 19.30
no Coreto de Laveiras

Fado de Abril às 21.30

- Almoço
- Festa
- Convívio

Com os Reformados Amadora COMÍCIO 16 horas

Com a participação:

- Orlando Ferreira
- Membro da C. Concelhia do PCP Amadora
- Presidente da FARPICA
- Orlando Almeida
- Executivo do PCP Amadora
- Presidente da C.M.A.
- **CARLOS CARVALHAS**
- Secretário-Geral Adjunto do CC do PCP
- Cabeça de lista por Lisboa a Ass. da República

CDU

Jardim
das Águas
Livres (Mina)
5ª Feira
11 Julho
12.00 horas

para
um
**Portugal
Melhor**



Terça-feira, 16

Carlos Carvalhas visita distrito de Portalegre

Visita à Coudelaria de **Alter do Chão**
- às 11h
Encontro com o Executivo camarário de **Alter do Chão** - às 15h30
Visita à JF de **Vaiamonte**, concelho de **Monforte** - 17h
Encontro com a população de **Vaiamonte** - 17h30
Encontro com a população de **Arronches** - 19h

**Apresentação dos candidatos CDU
pelo distrito de Portalegre:**
no Miradouro da cidade, a partir das 21.00.
Intervenção de Carlos Carvalhas

Debates

Em Faro

A **Situação da Saúde** é tema do debate que a Direcção Regional do Algarve promove amanhã às 21.30 no Hotel Faro, com a participação do camarada **João Camilo**.

Em Beja

Da série que tem vindo a promover desde Junho, a CDU/Beja promove mais um debate sob o tema **Poder Local e Regionalização**: no salão nobre da CM de Beja, amanhã, sexta-feira, às 21.00, com a participação de **Lourdes Hespanhol, Munhoz Frade, João Rocha, António Vitória, Lopes Guerreiro e José Filipe**.

Televisão

Quinta, 11

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Eternos Novatos
21.55 Os Culpados
22.45 Crônicas do Sobrenatural
23.10 24 Horas
23.30 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.55 Nos Caminhos de James Cook
16.20 O Homem da Carabina
16.45 Recreio do 2
17.10 A Vida é Dura
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Palco de Estrelas
21.55 Fora de Jogo
22.55 Maria Candelária
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 12

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 À Descoberta do Mundo
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.05 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Sassá Mutema
21.25 Monsenhor
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Cheers, Aquele Bar
00.05 24 Horas
00.40 Remate
01.05 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha!
15.45 O Século dos Cirurgiões
16.10 As Aventuras de Black Beauty
16.45 Recreio do 2
17.20 Stan Laurel
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.50 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.20 Rotações
23.20 Derrick
00.10 Roseanne

Sábado, 13

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Notícias
13.15 Febre em Beverly Hills
14.05 The Genesis Story
15.40 O Fugitivo da Selva
(ver «Filmes na TV»)
17.25 T & T
17.25 Memórias da Humanidade
18.45 Ilha do Sol
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.35 Corações Periféricos
22.40 Casa Cheia
23.15 Hercule Poirot
00.15 Fogo na Laguna
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Fora d'Horas
11.00 O Mundo em Extinção
11.55 Forum Musical
13.15 Agarra o 2
14.10 A Caravana Perdida
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Outras Músicas
21.00 Estádio
00.20 Jean-Michel Jarre

Domingo, 14

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo de Audubon
14.40 Mapa Cor de Rock
15.50 O Invencível Davy Crockett
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Mãe à Força
17.45 Mistura Fina
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.35 Domingo Desportivo
24.00 Viagem ao Maravilhoso

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Fora de Horas
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.00 Competir
12.30 Primeiro Jornal
12.40 Troféu
18.00 Vida Nova
19.00 Ford - O Homem e a Máquina
19.50 Palavra Puxa Palavra
20.40 Fórmula 1
21.00 Nós Dois
22.50 Artes e Letras - «Nureyev - II»
22.50 14 de Julho
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 15

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.30 Jogos Sem Fronteiras
23.10 Prala da China
24.00 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
12.40 Bate, Bate, Coração

13.35 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Expedição
16.40 Recreio do 2
17.10 O Livro dos Recordes
18.00 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.50 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Falar Claro
22.00 Teatro - «Tela de Amor e de Intriga»

Torça, 16

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Guerra em Tempo de Paz
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Sassá Mutema
21.30 A Lei das Ruas
22.30 1ª Página
23.30 A Mansão dos Marblehead
24.00 24 Horas
00.35 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
16.05 Frikadelle-Tglatelle
16.40 Recreio do 2
17.05 Tribunal de Juri
17.50 Clip Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 CInemagazine
22.00 Viver a Sua Vida
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Arsenio Hall
00.25 Universidade Aberta

Quarta, 17

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 O Império de Carson
14.55 Rock Steady
15.45 A Vida Continua...
16.40 Lenny
17.10 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.00 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 A Grande Cidade
(Ver «Filmes na TV»)
23.40 24 Horas
00.05 Remate

Canal 2

12.00 Primeiro Jornal
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Acores - Gente Nossa
16.35 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
17.50 Clip-Club
18.40 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.55 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Bert Kaempfert em Concerto
23.00 Pop-Off
23.30 Atletismo
00.05 Universidade Aberta

Filmes na TV



Maria Candelária

«Maria Candelária» (México/1943). Realização de Emilio Fernandez, fotografia de Gabriel Figueroa, interpretação de Dolores Del Rio, Pedro Armendariz. Cor, 93 minutos.

Exibido e premiado no Festival de Cannes em 1946, foi «Maria Candelária» que revelou Emilio Fernandez junto do público cinéfilo europeu, para o qual este filme e este cineasta passaram a ser referências importantes da cultura mexicana contemporânea de raiz social. O filme decorre numa pequena comunidade rural e conta a história trágica de uma bela índia Dolores Del Rio - que tendo ousado



pousar para um pintor acabar por ser punida com a morte, ela e o seu amante, vítimas dos preconceitos vigentes. Um melodrama sem saídas mas de grande densidade poética, que a fotografia («pictórica», como a classificaram) de Gabriel Figueroa decisivamente sublinha.

Quinta, 22.55, Canal 2

Monsenhor

«Monsenhor» (EUA/1982). Realização de Frank Perry, interpretação de Christopher Reeve, Genevieve Bujold, Fernando Rey. Cor, 115 minutos.

Dessa coisa bem real que é o Vaticano como império financeiro tecido de muitas malhas obscuras, das suas relações com a Mafia e de outras alianças muito pouco católicas se ocupa pretensamente, pelos vistos, este faz-de-conta, este filme muito «romanesco», muito cheio de «intriga» e de «transgressões» - ao fim e ao cabo muito aliado, quer face à realidade concebida, quer face a outros filmes que nela se têm inspirado. Christopher Reeves, que já foi «Superman», oferece desta vez o que tem de melhor à batina de um padre, financeiro de talento, nada ortodoxo, a quem no entanto não faltarão as melhores bênçãos...

Sexta, 21.25, Canal 1

A Caravana Perdida

«Wagonmaster» (EUA/1950). Realização de John Ford, interpretação de Ben Johnson, Joanne Dru, Harry Carey Jr., Ward Bond, Charles Kerper. P/B, 83 minutos.

«A Caravana Perdida» não costuma aparecer na longa lista dos filmes a não perder de Ford. É no entanto um clássico do western e uma das mais puras e poéticas obras do seu autor, espécie de malha condensada dos temas e posturas estéticas e éticas que foi depois trazendo a primeiro plano ao longo de toda a sua carreira de cineasta.

Da longa jornada de um grupo de Mormons através do Utah em

pretação de Gene Hackman, Danny Glover, Jerry Reed. Cor, 101 minutos.

História da amizade entre dois homens, dois americanos em combate no Vietnam: um, em terra, fugindo ao «inimigo», ou seja, aos combatentes vietna-

mitas; o outro, no ar, guiando pela rádio e defendendo o primeiro. Uma história bonita de solidariedade, capaz de emocionar quem consiga abstrair-se do contexto real e esqueça, ao vê-la, quem foi o verdadeiro inimigo nesta guerra e quem foram verdadeiramente as vítimas - deixando-se levar na tentativa de perversão histórica que nunca é o objectivo menor destes filmes made in USA sobre a guerra do Vietnam.

Sábado, 15.40, Canal 1

Fogo na Laguna

«Laguna Heat» (telefilme, EUA/1988). Realização de Simon Langton, interpretação de Jason Robards, Rip Torn, Catherine Hicks, Harry Hamlin, Anne Francis. Cor, 100 minutos.

Policia adaptado de um romance de Jefferson Parker, o maior mérito deste telefilme estará nas interpretações de Jason Robards e Rip Torn, dois grandes actores.

Sábado, 00.15, Canal 1

O Invencível Davy Crockett

«Davy Crockett King of the Wild Frontier» (EUA/1955). Realização de Norman Foster, interpretação de Fess Parker, Buddy Essen, Basil Ruysdael. Cor, 89 minutos.

Concebido inicialmente como uma série de três episódios para televisão, este filme conta as aventuras de Davy Crockett, herói mitificado da conquista do Oeste, com o brilho técnico habitual dos Estúdios Disney, que o produziram.

Domingo, 15.50, Canal 1

14 de Julho

«Quatorze Juillet» (França/1933). Realização de René Clair, interpretação de Annabella, Pola Negri, George Rigaud. P/B, 89 minutos.

O cinema de René Clair nesta primeira fase da sua carreira é geralmente elogiado pela capacidade que teve de traduzir de forma apa-

Tempo

Para o fim-de-semana o INMG prevê a continuação de tempo quente, com céu pouco nublado ou limpo e nevoeiros matinais no litoral a Norte do Cabo da Roca.



CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Um Chá Deserto	—	★★★	★★★	★★★
B Danças com Lobos	—	★★★	★★★	★★★
C Eduardo Mãos de Tesoura	—	★★★	★★★	—
D Na Lista Negra	—	★★★	—	—
E Nouvelle Vague	—	★★★★	—	★★★
F Texasville	—	★★★★	—	★★★★
G Sentimento	—	★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Leonardo Bertolucci — Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Kevin Costner — Amoreiras/9 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30) — Lisboa.
- C — Real. Tim Burton — Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Irwin Winkler — Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), King Triplex/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00), Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Jean-Luc Godard — King Triplex/1 — (14.15, 16.15, 18.15, 20.15, 22.15) — Lisboa.
- F — Real. Peter Bogdanovich — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- G — Real. Luchino Visconti — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) — Lisboa.



«Sentimento», de Visconti

TEATRO

ACADEMIA MUSICAL JOAQUIM XAVIER

Alam. Linhas de Torres, 45. 6ª e sáb. às 21.45. A VOZ HUMANA, de Jean Cocteau, interpretação de Arminda Lemos, produção do grupo de teatro A Barca (até 13/7).

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. CONFISSÃO AO LUAR, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. CORAÇÃO NA BOCA, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30). SONHOS, texto e encenação de Figueira Cid (5ª, 6ª e sáb. às 15 e 21.30; dom. às 16).

TEATRO DA GRAÇA

Trav. S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. PAIS E FILHOS, de Turguev. Encenação de Rogério de Carvalho, interpretação de Mário Jacques, Isabel de Castro, André Maia, Maria José Pascoal, entre outros.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3475454. De 3ª a dom. 20.30 e às 23. A GRANDE FESTA, encenação de Francisco Nicholson.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossló. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.

TEATRO S. LUIZ

R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio. A BIRRA DO MORTO, de Vicente Sanchez, encenação e interpretação de

Mário Viegas (sáb. e dom. às 21.45); MÁRIO GIN TÓNICO VOLTA A ATACAR, adaptação de contos de Mário Henrique Leiria por Mário Viegas (2ª, 3ª e 4ª às 21.30); O CANTINHO DA MARIA, interpretação de Maria Vieira (sáb. às 16).

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. A MAIS FORTE, de Strindberg, interpretação de Lúcia Sigalho e Mónica Calle (até 18/7)

TEATRO VILLARET

Av. Fontez Pereira de Melo. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 20.30, dom. também às 16. Bilhetes: de 800\$00 a 1800\$00. OS BANCÁRIOS TAMBÉM TÊM ALMA, encenação de Armando Cortez, interpretação de Raul Solnado, Io Apolloni, Manuela Maria.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. O PECADO DE JOÃO AGONIA, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. MARATHONA, de Ricardo Monti, encenação de Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

TEARTO RUA DO HEROISMO

Porto. 3ª e 5ª às 9.30 e 11, sáb. às 21.30. O ANIVERSÁRIO DA INFANTA, de Oscar Wilde, encenação de João Luís, pelo grupo Pé de Vento (até 14/7)

TEATRO DE BOLSO DE SETÚBAL

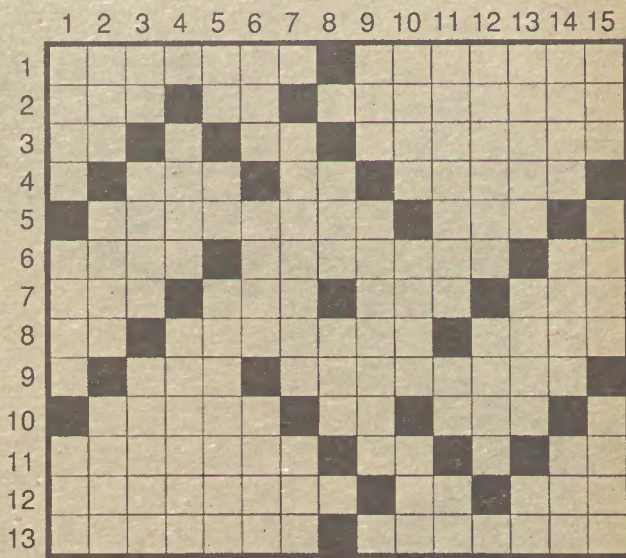
Setúbal. 3ª, 4ª e dom. às 19, 5ª e sáb. às 19 e 22. SERÁ QUE FUISUFICIENTEMENTE MARXISTA?, de Patrick Besson, encenação de Carlos César.

Para crianças

PAPA-LÉGUAS

R. Prof. Santos Lucas, 26-A. Tel. 7141823. Sáb. às 16, dom. às 11. SOPA E COISAS SELVAGENS, adaptação de um livro de Maurice Sendak por Mário Jorge, pelo Teatro Papa-Léguas.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais 1- Informação; acariciara; 2- argola; aparência; esperançoso; 3- pron. pess.; art.; comentado; 4- lista; em partes iguais (farm.); oráculo; 5- planta para infusão; ovário de peixe; 6- conspurcada; com areia; sair; 7- ave corredora; ligue; divisão de tempo; composição poética; 8- decifra; fundamental; galináceos; 9- imitação de pancada; trabalharam à noite; 10- patamar; apelido; senhor inglês; 11- perpétuos; nota musical; atmosfera; 12- sobrecarregados; oferece; ligação; 13- nadaras; flor.

Verticais 1- Aparelho de pesca de arrasto; carimbo; colocar; 2- exclamação; cima; padeça; porco; príncipe indiano; suspendam; 4- juba; derrotara; 5- aqui; escumilha; transformar em lâminas; 6- enguia; adv. quant.; monte de palha; 7- partireis; socorro; 8- ice; estudos; 9- nome de mulher; caminharas; 10- delgado; metal precioso; jornada; 11- carinhosa; art.; antemeridiano; 12- chumbava; (pop.); melodia; 13- arma branca curta; pô ovos; ant. artigo; 14- instrumento de madeira para juntar o sal; o mesmo; adv. lug.; 15- argola; acredita; pão de milho.

Solução do número anterior

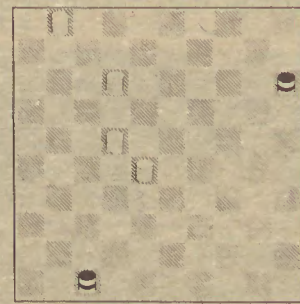
Horizontais 1- Gratos; Cícero; 2- ardor; por; dolar; 3- Olavo; amole; 4- crava; clava; 5- ela; mês; aba; 6- mama; solar; usar; 7- im; viam; ló; 8- tara; sabem; aman; 9- lvo; sal; ova; 10- Ramada; trevas; 11- maneta; cuides; 12- nem; seu; ver; 13- abalar; manada.

Verticais 1- Gás; emitir; Na; 2- rr; clamavam; 3- adoram; romana; 4- tola; afã; anel; 5- orava; edema; 6- vá; SOS; at; 7- pó; moras; ás; 8- dó; fel; bar; eu; 9- rã; sável; Cu; 10- MC; rim; tu; 11- ídolo; criva; 12- cola; uma; Eden; 13- elevas; movera; 14- Rá; abalavas; 15- oro; aromas; sã.

DAMAS

CCCXII - 11 de Julho 1991
Proposição nº 312
Por: F. Léquibin
Le jeu de Dames, IX, 1921

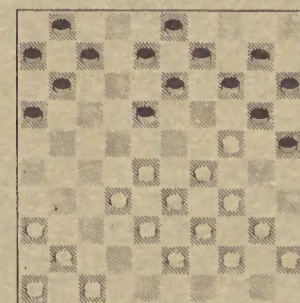
Pr.: [2]: (15) (47)
Br.: [4]: (1), (12), (22) (28)



Branças jogam e ganham

Golpe nº 312
Por: Catalan
- Dez. 1920

Pr.: [16]: 1-3-6-7-8-9-10-11-13-14-15-16-18-20-25-26
Br.: [16]: 24-28-29-32-33-34-36-38-39-40-41-43-44-45-46-47



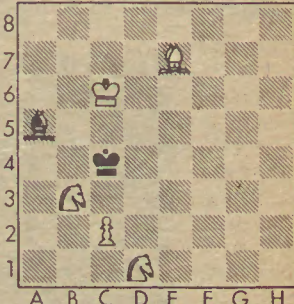
Soluções do nº CCCXII

Nº 312 (F.L.): 1. 22-36, 15-4; 2. 28-33, 47x7; 3. 1-18 e + 1. 15-42; 2. 36-41, 47x36; 3. 28-22 e + 1. 47-42; 2. 28-10 e 36-13++
Golpe Nº 312 (C.): 1. 24-19 (13x24); 2. 36-31, (26x37); 3. 34-30, 25x23; 4. 28x30 (37x28); 5. 33x4=D+ Se: 1. 14x23; 2. 28x19 (13x24); 3. 36-31 e D.
A. de M.M.

XADREZ

CCCXII - 11 de Julho de 1991
Proposição nº 312/A
Por: Karl Junker
Die Schwalbe, 1957

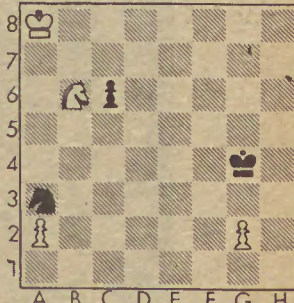
Pr.: [2]: Ba5-Rç4
Br.: [5]: Pç2-Cs.b3, d1-B67-Rç6



Mate em 4 lances

Proposição nº 312/B
Por: Arthur Havasi
Sydsvenenska Dagbladet, 1924

Pr.: [3]: Pç6-Ca3-Rg4
Br.: [4]: Ps.a2, g2-Cb6-Ra8



Branças jogam e ganham

Solução do Nº CCCXII

Nº 312/A (K.J.): 1. B.f8!, B61; 2. Bç5, Bb4; 3. Cç3+, Rç3; 4. Bd4++
Nº 312/B (A.H.): 1. Rb7, ç5; 2. Rç6, ç4; 3. Rç5, ç3; 4. Cd5, ç2; 5. Cç3+, Rg3; 6. Cç2, Cç2; 7. a4 e g.
A. de M.M.

rentemente ligeira o essencial e mais profundo dos tipos humanos e comunidades que retrata: Paris, os seus bairros populares, neste caso Montmartre preparando-se para a comemoração do 14 de Julho. Houve quem o acusasse então de um certo folclorismo, e é de crer que essa impressão se acentue, agora que tal tempo e tal quadro da vida popular urbana são definitivamente do passado e dificilmente se poderá dizer, como há 40 anos dizia um crítico, que neste cinema «todos os franceses encontram um pouco de si próprios e todos os estrangeiros um pouco de França».

Domingo, 22.50, Canal 2

Viver a Sua Vida

«Vivre sa Vie» (França/1962). Realização de Jean-Luc Godard, interpretação de Anna Karina, Sady Rebbot, André S. Labarthe, Guylaine Schlumberger. P/B, 82 minutos.

Eis o fio desta história: Nana, caixeira numa loja de discos, por dinheiro começa a prostituir-se, sob «protecção» de um proxeneta; um dia este decide vendê-la a uma organização rival, a negociação resulta em altercação e Nana é morta.

Segundo o próprio Godard, mais do que uma história o que ele quis filmar foi «um pensamento em marcha, o interior de alguém que dá o seu corpo mas conserva a alma, experimentando os sentimentos mais profundos». E Truffaut escreveu que o filme «nos conduz permanentemente aos limites do abstracto, depois aos limites do concreto e é este balanço que cria a emoção».

A crítica, no geral, assinala a construção rigorosa, o virtuosismo técnico que patenteia com os seus admiráveis planos-sequências e a luminosa interpretação de Anna Karina; mas há quem vá mais longe e lhe chame simplesmente «obra-prima».

FESTA 91

FESTIVAL DE TEATRO DE ALMADA Almada, 4 a 18 de Julho

Esta semana:

- LIBERDADE EM BREMEN (A Barraca, Lisboa) - Palácio da Cerca, Quinta, 22.00
- ELE HÁ COISAS DO DIABO (CDIAG, Loures) - Palácio da Cerca, Sexta, 22.00
- MOZARTE E SALIERI (Comp. Teatro de Almada) - Teatro Municipal, Sáb., 18.30
- ODEMARÍTIMA (João Grosso, Lisboa) - Palácio da Cerca, Sáb., 22.30
- TERRA (A Comuna, Lisboa) - Incrível, Dom., 22.00
- LAZARILLO DE TORMES (Rafael Alvarez, Espanha) - Palácio da Cerca, Seg., 22.00
- DANCES OF PATIENCE AND DESOLATION (Teatre Cantabile 2, Dinamarca) - Palácio da Cerca, Terça, 22.15
- SIMPLEMENT COMPLIQUÉ (Théâtre La Chamaille, França) - Palácio da Cerca, Quarta, 22.00
- FESTIVAL DA OTITE 2 (A Comuna, Lisboa) - Palácio da Cerca, Quinta, 22.15

A Grande Cidade

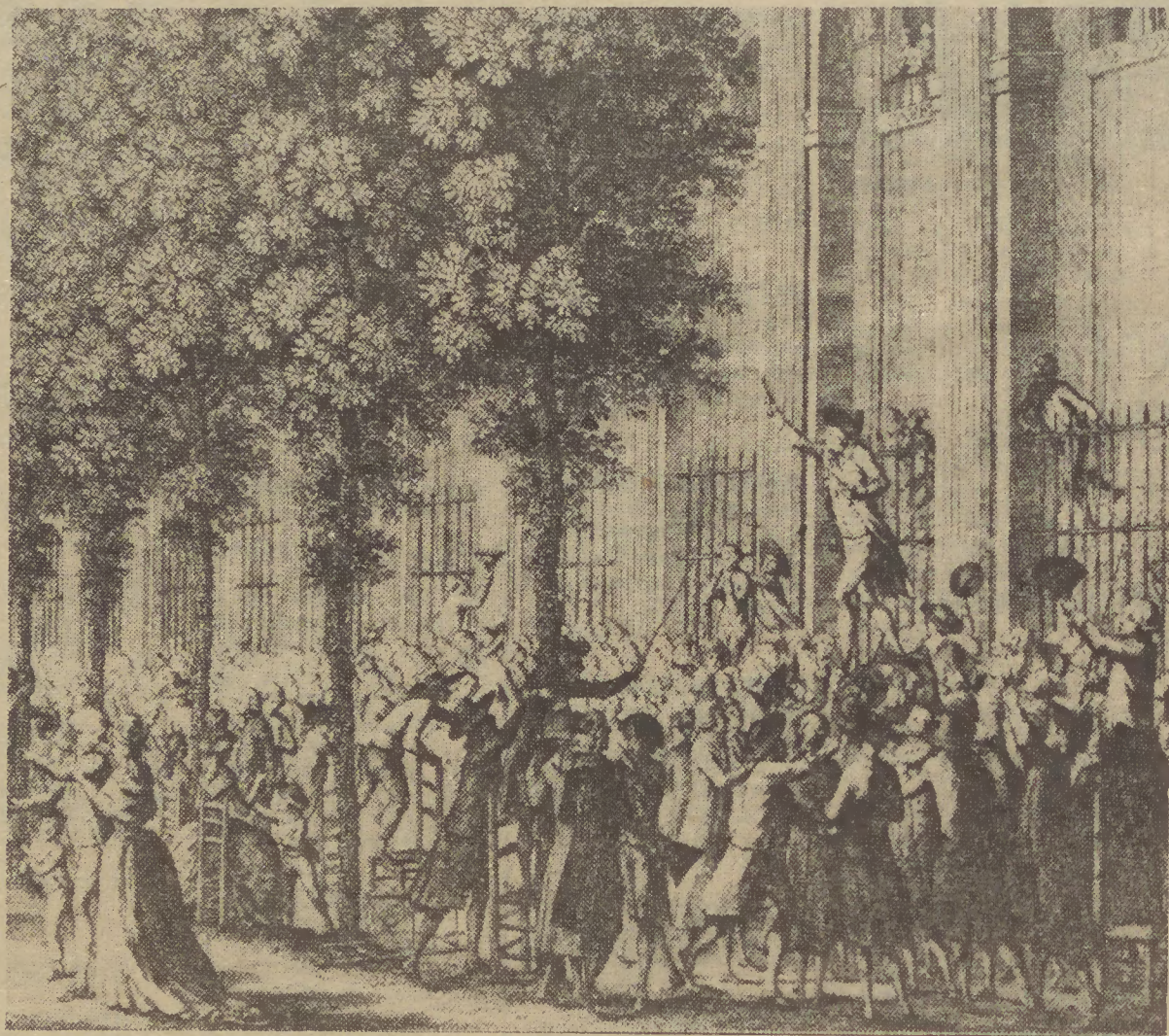
«A Grande Cidade» (EUA/1987). Realização de Ben Bolt, interpretação de Matt Dillon, Diane Lane, Tommy Lee Jones, Bruce Dern, Lee Grant. Cor, 105 minutos.

Reconstituição dos meios do jogo clandestino na Chicago dos anos 50, «A Grande Cidade» acompanha a trajectória de um jovem jogador de dados confrontado com a violência de um meio onde tudo, até a vida, se joga. Matt Dillon volta a interpretar neste filme um papel de jovem marginal.

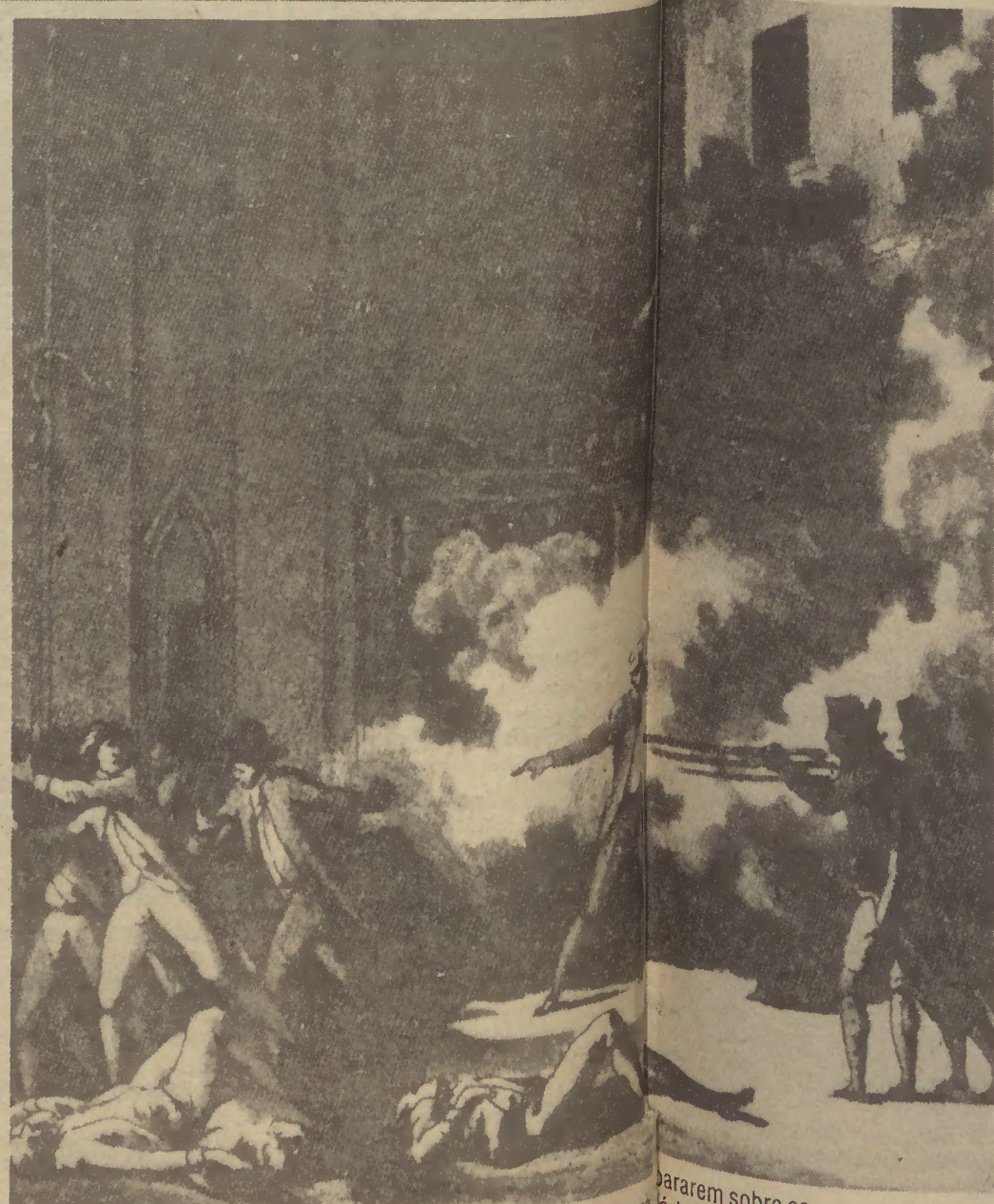
Quarta, 21.45, Canal 1



A gravura clássica da tomada da Bastilha pelo povo de Paris, em 14 de Julho de 1789. Embora não inteiramente exacta do ponto de vista factual, o desenho ilustra dois aspectos essenciais: o assalto através da ponte levadiça, cujo apeir constituiu o primeiro episódio do assalto, quando dois populares rebentaram as correntes que a sustinham, e o papel desempenhado pelos dois canhões com que os assaltantes foram apoiados, trazidos pelo contingente da Guarda Francesa que a eles se juntou e que permitiram demolir as portas da segunda linha de defesa da fortaleza, sem o que o êxito do assalto final seria muito improvável



A jornada da tomada da Bastilha começou de facto a 12 de Julho, quando Luís XVI demitiu o ministro das Finanças Necker, provocando a ira do povo parisiense. As manifestações começaram em vários pontos, procurando os populares armas para se defenderem do anunciado cerco de Paris que seria o seguimento do golpe de estado realista que começara com a demissão. Na gravura, Camille Desmoullins fala à multidão junto ao Palais Royal



Na gravura, o governador da Bastilha dá ordem aos soldados para que matem os manifestantes que haviam entrado no primeiro pátio da fortaleza. Historicamente o episódio não se passou exactamente assim, uma vez que a primeira descarga de canhão que nessa altura se ouviu foi consequência de um mal entendido de um gesto parlamentar com emissários populares, mas a partir da ira

«A 14 de Julho, em Versailles, o rei deitara-se cedo, depois de ter escrito no seu diário: "14 de Julho, *nada*."»

É despertado em sobressalto.

O duque de La Rochefocauld-Liancourt está à sua cabeceira.

Trava-se então um diálogo famoso:

- Sire, a Bastilha foi tomada.

- Tomada?

exclama Luís XVI assombrado.

- Sim, Sire, pelo povo. O governador foi assassinado. Passeiam a sua cabeça espetada numa lança pela cidade.

- Mas isso é uma revolta!

- Não, Sire, é uma revolução!»



Harné e Humbert, os dois dirigentes do assalto à Bastilha. Constituído acima de tudo um símbolo da opressão realista e uma prisão, o motivo essencial que levou o povo ao assalto da Bastilha foi a convicção de que ali poderia encontrar armas para se defender do golpe de Luís XVI. Na prisão, quando da sua tomada, apenas se encontravam sete presos e a guarnição era de pouco mais de uma centena de soldados. No assalto morreram 98 homens e ficaram feridos 73

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

O Ministério dos Negócios Estranhos

Assim de repente, nove milhões de contos parece ser uma enorme quantidade de dinheiro, mas como na vida tudo atira um bocadinho para o relativo, convém reflectirmos adequadamente antes de largarmos postas de banqueiro.

Para a generalidade e de um ponto de vista individual, nove milhões de contos é algo que transborda absurdamente do que se entende por uma confortável conta bancária - e se não fosse assim, com certeza que o totoloto e as pensões de reforma teriam, respectivamente, outra expressão no imaginário nacional e na demagogia governamental. Todavia nove milhões de contos podem ser uma bagatela na aquisição de fragatas Meko ou de aviões Corsair, na alienação do «Diário de Notícias» ou em indemnizações a latifundiários, mesmo que as primeiras não sirvam, os segundos não voem e as restantes apenas beneficiem uns tantos «mecos» que integram a tripulação dos velhos e novos corsários deste País.

Nove milhões de contos podem igualmente ser vistos como uma verba adequada ao estímulo para a conclusão de uma auto-estrada que o Governo quer inaugurar antes das próximas eleições, ou suficiente para uns hospitais que os governantes da tutela possam encomendar com proveito, ou conveniente para uma especulação com o ouro nacional numa vigarice internacional.

É tudo, de facto, relativo. Por isso é que o Tribunal de Contas, em acórdão com data de 6 de Junho passado e citado pela «Capital», considera que os 9,194 milhões de contos gastos, sem justificação, pelo Ministério dos Negócios Estranhos, têm relatividades a mais. Uma delas é configurada por situação geral de impunidade e ausência de garantias de legalidade, regularidade e correcção financeira na utilização dos dinheiros públicos por parte deste Ministério, que criou certamente ocasiões para vários actos de má gestão ou até de fraude e, do mesmo modo, tornou difícil ou impossível preveni-los, detectá-los e puni-los, distinguindo-os de irregularidades meramente formais.

O resultado foi um buraco de mais de nove milhões de contos.

Entretanto, desta análise decorre uma série de «recomendações» ao Governo, mais especificamente aos Ministérios dos Negócios Estranhos e das Finanças, ambos dados como responsáveis, ao mais alto nível, por toda esta situação, enquanto este acórdão surgia na sequência de várias diligências do Tribunal de Contas junto do executivo de Cavaco Silva no sentido de este rever diversas práticas que se relacionam com a execução do orçamento do MNE, com especial relevo para as que se relacionam com o funcionamento das representações diplomáticas e postos consulares, na qualidade de Cofres do Tesouro, conduzindo a pagamentos que excedem os montantes fixados no OE, de modo continuado e em valores significativos (...) o que, sublinha-se, constitui uma situação de desrespeito e violação da Constituição e da Lei Financeira.

É claro que o Governo enfrentou já o problema: na Lei do Orçamento deste ano amnistiou, pura e simplesmente, as infracções financeiras praticadas, repetindo o milagre de tapar uma cratera de nove milhões de contos com uma simples assinatura. Mas como não se pode pensar em tudo, esqueceu-se de fazer acompanhar este «perdão» (que arquivou qualquer coisa como 1414 processos!) de medidas que impeçam a reincidência. Daí que o Tribunal de Contas, em desespero de causa (e porque não pode fazer mais nada perante uma Administração que se auto-amnistia), recomende ao Governo que, ao menos, actue decididamente nesse sentido, não se limitando a apagar sistematicamente as sanções que decorreriam da violação da legalidade e, assim, a perpetuar impunes o desperdício e a ilegalidade financeira. Perante isto, a bizarría do ministério de Deus Pinheiro a andar pelas saunas é a deslocar-se como um rei da Mesopotâmia deixa de ser uma das anedotas deste Governo para confirmar um Governo de anedota.

■ HC

Declaração da Comissão Política do PCP

PSD deturpa realidade

Na sequência da reunião da sua Comissão Política, ontem realizada, o PCP considera oportuno chamar a atenção da opinião pública para um conjunto de quatro questões políticas cuja análise, compreensão e entendimento é da maior relevância para o próprio desfecho das eleições legislativas de 6 de Outubro.

O PCP pretende assim assumir publicamente e responder frontalmente a um conjunto de mistificações e deturpações da realidade que estão conhecendo uma grande circulação, em resultado quer dos poderosos meios de influência de que o PSD dispõe quer, noutro plano, de equívocos, ambiguidades e erros de análise veiculados por sectores democráticos.

1ª Questão: será verdade que o PSD corre para uma vitória certa e para a renovação da maioria absoluta?

O PCP responde: o PSD procura que os eleitores e inclusive os eleitores dos partidos da oposição acreditem naquilo em que o próprio PSD tem as mais sérias dúvidas. Nenhum resultado está antecipadamente adquirido.

Mas o que é certo é que apesar da utilização ilegítima e abusiva do aparelho de Estado e dos recursos públicos ao serviço de uma estratégia de conservação do poder a qualquer preço, a evolução do ambiente pré-eleitoral e outros elementos desmontam aquela linha de propaganda.

Mesmo tendo presente as «sondagens» que têm sido publicadas a verdade é que nenhuma dá uma maioria absoluta ao PSD e quase todas mostram que o PSD que obteve 51% em 1987, atestaria hoje perdas da ordem dos 10 pontos, ou mesmo superiores, o que autoriza a perspectiva de que a derrota do PSD é perfeitamente possível.

É nesse sentido que convergem, por um lado, a reprovação generalizada da governamentalização do Estado, e a desmontagem da febre inauguracionista e do marketing político do PSD e de Cavaco Silva, por outro lado a amplitude e diversidade das movimentações sociais exprimindo o descontentamento e o protesto de sectores muito vastos da população com a política do Governo, e a mobilização para a vitória democrática que decorre por todo o país e em que é justo destacar o empenho e a actividade da CDU.

O PCP sublinha a existência de condições favoráveis para a derrota da direita, para colocar o PSD e o CDS em minoria na futura Assembleia da República e alcançar aí uma maioria de deputados pertencentes aos partidos democráticos, designadamente do PCP e do PS. A maioria democrática é um objectivo que está ao alcance do povo português. Lutar com confiança, constitui um contributo fundamental para a concretização de tal perspectiva.

2ª Questão: será verdade que a grande e decisiva disputa eleitoral é apenas entre o PSD e o PS?

O PCP responde: os esforços para promover a bipolarização e atribuir ao PS o estatuto de única força de alternativa, são, objectivamente nuns casos e subjectivamente noutros, contribuições para favorecer o PSD e impedir uma vitória democrática.

Muitos dos que atribuem ao PS o objectivo irrealista de obter uma maioria absoluta ou o objectivo incertamente realizável de ser o partido mais votado, fazem-no para, logo de seguida, concluir que o PS não mostra a correspondente dinâmica e, nesse viciado esquema, decretarem que não há alternativa ao PSD.

O PCP insiste, sem temor de ser desmentido seja por quem for, o resultado que será determinante para a possibilidade institucional de uma alternativa não é o PS passar a ser o partido mais votado mas que as forças democráticas, designadamente PCP e PS, alcancem a maioria de deputados.

A questão decisiva para a formação de um governo democrático não é o PS «ficar em primeiro lugar», mas sim que a direita (PSD e CDS) fiquem em minoria e que os partidos democráticos possam constituir uma maioria de apoio a um governo democrático.

Não reconhecer abertamente esta realidade, alimentar insensatas pretensões hegemónicas e bipolarizadoras, insistir na maioria absoluta (como o fizeram Almeida Santos e Victor Constâncio) e como acaba de o fazer Jorge Sampaio, manter profundas ambiguidades programáticas e no plano da política de alianças, como vem fazendo o PS, não só não contribui para reforçar como pelo contrário leva ao enfraquecimento da perspectiva de uma alternativa democrática susceptível de mobilizar e potenciar o apoio do povo português.

O PCP reafirma a necessidade objectiva e a indispensabilidade de uma convergência democrática, envolvendo designadamente o PCP e o PS. E sublinha, neste quadro, a possibilidade efectiva e a perspectiva de ser constituído um Governo estável e de legislatura, de alternativa ao do PSD, e que empreenda uma política democrática para o desenvolvimento de Portugal.

Tendo em conta a não inocente frequência com que o Secretário-Geral do PS é apresentado na comunicação social como «o líder da oposição», o PCP apela ao respeito pela verdade política e lembra que o PCP que não pretende liderar nenhuma outra força

política, não aceita ser liderado por dirigentes de outras forças políticas e lidera-se a si próprio, autónoma e soberanamente.

3ª Questão: será verdade que o PSD detém a iniciativa política e conduz o debate pré-eleitoral?

O PCP responde: o PSD está em múltiplos domínios na defensiva política. O desmascaramento do seu frenesim inaugurativo, com o seu cortejo de procedimentos escandalosamente irregulares, ampliou reservas, desconfiança e hostilidade em importantes sectores da opinião pública. A questão do seu controlo dos principais meios de comunicação social adquiriu considerável impacte social e grande relevância política. A despudorada apropriação pelo PSD de tudo de quanto de positivo resulta da normal evolução da sociedade portuguesa, do andamento da Administração Pública, da obra das autarquias locais e até das mudanças trazidas pela revolução de Abril suscita um cada vez maior movimento de opinião que repudia tais tentativas de manipulação e tais exhibições de falta de escrúpulos.

A amplitude do movimento social reivindicativo e de protesto que está em curso, abrangendo sectores do operariado, trabalhadores dos transportes, magistrados, professores, médicos e paramédicos, polícias, sargentos, agricultores, e para as múltiplas e vastas expressões de descontentamento na sociedade portuguesa, cujos interesses verdadeiramente impõem uma nova política nacional, põe em crescente evidência o carácter nefasto da política do PSD.

O PCP chama entretanto a atenção para que o justo relevo e importância que tem assumido um conjunto de incidentes e conflitos da responsabilidade directa do Governo, não deve levar a afastar a atenção de um vasto conjunto de situações e problemas fundamentais para a vida dos portugueses e do país.

Pela sua parte, o PCP continuará a dar prioridade na sua intervenção aos problemas reais e às aspirações mais sentidas por amplas camadas sociais e a confrontar o PSD e o Governo com os seus fracassos e responsabilidades.

E chama a atenção, igualmente, para iniciativas legislativas recentes (como é o caso do «pacote laboral») e outras decisões políticas do Governo PSD, cuja aplicação e efeitos altamente lesivos dos interesses dos trabalhadores e da população portuguesa se irão fazer sentir após as eleições, caso o resultado destas não ponha termo à política de direita que tem vindo a ser realizada e não abra caminho a uma viragem democrática.

O PCP reafirma: o PSD e o Governo não detêm verdadeiramente a iniciativa política. O PCP tem dado uma destacadíssima contribuição no plano político e social para o desmascaramento da política e a erosão da base de apoio ao Governo e para a limitação da sua margem de manobra.

Silenciar ou ignorar a realidade para que ela se subordine aos esquemas e preconceitos previamente definidos é prova de dogmatismo que acabará por ser vencida pela força da própria realidade.

4ª Questão: será verdade que o PCP e a CDU têm um papel subalterno nas eleições?

O PCP responde: O PCP e a CDU desempenham um papel de primeiro plano nas próximas eleições. São essenciais e indispensáveis para garantir que à derrota eleitoral da direita, em vez de se seguirem as conhecidas tentações de novos-velhos compromissos do PS com a direita, se siga a derrota política do PSD com a concretização de uma alternativa democrática. Serão essenciais para uma nova política e para a formação de um novo governo.

O PCP e a CDU participam nas eleições para crescer eleitoralmente porque é o seu reforço eleitoral que melhor defende os interesses sociais de amplas camadas da população, mais marcará o rumo futuro dos acontecimentos e mais garantias dá que não se frustrarão as esperanças de uma viragem democrática.

O movimento de interesse, expectativa, abertura e apoio que tem vindo a desenvolver-se em torno da CDU e das candidaturas por ela apresentadas às eleições legislativas de Outubro, constitui um dos traços do momento político que mais auspiciosas perspectivas abre em relação ao novo rumo necessário para Portugal.

O contributo da CDU para a vida política, que se pauta pela discussão séria e ponderada dos problemas, pelo conhecimento rigoroso das realidades, pela elaboração de orientações e de respostas em diálogo com o país real, tem naturalmente valor e importância em termos eleitorais imediatos. Mas apresenta também e potencia, para além deles, formas mais participadas e activas de intervenção na vida política do país, seguramente indispensáveis para a construção da política democrática alternativa.

O PCP, ao mesmo tempo que destaca e valoriza o empenhamento de milhares de activistas e o trabalho já realizado pela CDU, apela para uma mobilização ainda mais vasta e interventiva, para a multiplicação das acções de participação e de esclarecimento dirigidas à inteligência e à sensibilidade das portuguesas e portugueses e à mobilização democrática para a próxima e decisiva batalha eleitoral.